



DIÁRIO DA REPÚBLICA

ÓRGÃO OFICIAL DA REPÚBLICA DE ANGOLA**Preço deste número - Kz: 670,00**

Toda a correspondência, quer oficial, quer relativa a anúncio e assinaturas do «Diário da República», deve ser dirigida à Imprensa Nacional - E.P., em Luanda, Rua Henrique de Carvalho n.º 2, Cidade Alta, Caixa Postal 1306, www.impresanacional.gov.ao - End. teleg.: «Imprensa».	ASSINATURA	O preço de cada linha publicada nos Diários da República 1.ª e 2.ª série é de Kz: 75.00 e para a 3.ª série Kz: 95.00, acrescido do respectivo imposto do selo, dependendo a publicação da 3.ª série de depósito prévio a efectuar na tesouraria da Imprensa Nacional - E. P.
	Ano	
	As três séries Kz: 470 615.00	
	A 1.ª série Kz: 277 900.00	
	A 2.ª série Kz: 145 500.00	
	A 3.ª série Kz: 115 470.00	

SUMÁRIO

EMIS — Empresa Interbancária de Serviços, S. A.
Flexomundo, Limitada.
CONSULENG — Engenharia e Consultoria, S. A.
METASISTEMAS CONSULTING — Auditores e Consultores, Limitada.
Débora Gomes, Limitada.
Yasmira, Limitada.
EHSAN — Comércio Geral, Limitada.
JOMAPEMA — Comércio Geral, Indústria, Importação e Exportação.
PROJECT & AR — Climatizações, Limitada.
Zumiga Express, Limitada.
Spielmed, Limitada.
Angohospitais, S. A.
Alfrevir, Limitada.
Alsystem, Limitada.
JARDINS DA YOBA — Produção Agrícola, Limitada.
K&LO — Móveis, Limitada.
Delight Foods, Limitada.
Hermosa (SU), Limitada.
MARSAM — Comércio e Serviços, Limitada.
Águia Viagens, Limitada.
AGROBAL — Sociedade Comercial e Industrial, Agrícola, Limitada.
Inzu Concepts, Limitada.
Mamukundo, Limitada.
ANTÓNIO MUTONDENO & FILHOS — Importação e Exportação, Limitada.
Operlogistics, S. A.
SAMBA MUHONGO & FILHOS — Comércio Geral e Prestação de Serviços, Limitada.
ANGOPREDIAL — Empreendimentos Imobiliários, Limitada.
LAVOREM — Angola (SU), Limitada.
Konate Drissa & Filhos Comercial, Limitada.
Syramec, Limitada.

DENSE — Comércio e Serviços, Limitada.
AIYRA — Investimentos (SU), Limitada.
AGRO — Mascavo, Limitada.
Passos de Ouro, Limitada.
Nofe, Limitada.
KAMAKOSSA — Produção, Transformação e Serviços, Limitada.
Sandro Comercial, Limitada.
Go To Be, Limitada.
Cooperativa Agro-Pecuária Cala Uenda, S.C.R.L.
Cedsimed, Limitada.
REAL OVO — Produção de Ovos, Limitada.
Glofarma, Limitada.
Conservatória do Registo Comercial de Luanda.
«Acor Trading, Limitada».
«Mabiala Carreira — Comercial».
«O.M.C.A — Comercial».
«Farmácia Dolfred».
«Organizações Mesa Luís & Filhos».
«Pastelaria Snack-Bar Olivença».
«Marauda — Comercial».
«F.C.K. — Lavandaria».
«Javane — Comercial».
«Tuchana».
«BLACK AND WHITE — Sauna And Beauty — Comercial».
Loja dos Registos do Kilamba Kiayi — Luanda.
«Dimafer — Comercial».
Conservatória dos Registos da Comarca do Moxico.
«João Angelo Paulo».
«CCS».
Conservatória do Registo Comercial da 2.ª Secção do Guiché Único da Empresa.
«P.V.F. — Comércio e Prestação de Serviços».
«C.P.A.V. — Comercial».
Loja de Registos do Namibe.
«Elfrio».

Conservatória do Registo Comercial de Luanda — BUE Km 30.

«Cetelina Mata.
«Tisangol». «Beliana — Comercial». «Vlako — Comercial». «Tatiana Soares». «Aidove». «Samuel Francisco». «António Mateus». «Suzana Kindai». «José Lino Sonhi». «Kudikuatequessa». «Joana Correia». «Sanjala — Comercial». «Felicía Hunha». «Bianda — Comercial». «Iladio Rosendo». «Emília Tito». «Delgado Xique». «Sofia Francisco». «Graciete — Comercial». «Esperança Sebastião Adão». «Paula Adão». «Helena Clotide». «O. F. R.».

EMIS — Empresa Interbancária de Serviços, S. A.

Certifico que, com início a folhas 32, do livro de notas para escrituras diversas n.º 977-A, do 1.º Cartório Notarial da Comarca de Luanda, se encontra lavrada a escritura do teor seguinte:

Aumento de capital e alteração parcial do pacto social na sociedade «EMIS — Empresa Interbancária de Serviços, S. A.».

No dia 14 de Setembro de 2012, em Luanda e no 1.º Cartório Notarial, a cargo do Notário, Licenciado, Amorbelo Vinevala Paulino Sitôngua, perante mim, Pedro Manuel Dala, Notário-Adjunto, compareceram como outorgantes:

Pedro Maiangala Puna, casado, natural de Cabinda, residente habitualmente em Luanda, Município e Bairro da Maianga, Rua da Maianga, Casa n.º 24, Zona 5, titular do Bilhete de Identidade n.º 00026140CA025, emitido pela Direcção Nacional de Identificação, em Luanda, aos 20 de Novembro de 2007, e José Gualberto de Matos, casado, natural de Portugal, mas de nacionalidade angolana, residente em Luanda, Município e Bairro da Ingombota, Avenida Lénine, n.º 91, 4.º andar, Apartamento D, titular do Bilhete de Identidade n.º 000158549OE035, emitido pela Direcção Nacional de Identificação, em Luanda, aos 4 de Maio de 2000, que outorgam neste acto na qualidade de Presidente e Vice-Presidente do Conselho de Administração, respectivamente, em nome e em representação da sociedade

«EMIS — Empresa Interbancária de Serviços, S. A.», com sede em Luanda, Avenida Comandante Valódia, n.º 2, 3.º andar, registada e matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Luanda, sob o n.º 136/03, com NIF 5401115970.

Verifiquei a identidade dos outorgantes pelos mencionados documentos, a qualidade em que intervêm e a suficiência dos seus poderes para este acto, verifiquei-as em face dos documentos que no fim menciono e arquivo.

E por eles foi dito:

Que, conforme deliberações da Assembleia Geral de Accionistas, expressa pelas actas, datadas de 9 de Dezembro de 2011 e 15 de Junho de 2012, pela presente escritura procedem ao aumento do capital social da sociedade que passa dos actuais Kz: 123.510.000,00 (cento e vinte e três milhões, quinhentos e dez mil kwanzas), para Kz: 910.000.000,00 (novecentos e dez milhões de kwanzas), sendo a importância do aumento verificado de Kz: 786.490.000,00 (setecentos e oitenta e seis milhões, quatrocentos e noventa mil kwanzas), resultante de incorporação de reservas e conversão de prémio de emissão, com a seguinte nova distribuição:

Accionista	Kwanzas	Número de Acções	Percentagem
BNA	409.500.000,00	4.095.000	45,00%
BFA	59.150.000,00	591.500	6,50%
BPC	56.420.000,00	564.200	6,20%
BANCO BIC	42.133.000,00	421.300	4,63%
BAI	37.219.000,00	372.190	4,09%
BANCO SOL	28.028.000,00	280.280	3,08%
BCI	24.206.000,00	242.060	2,66%
BMA	23.478.000,00	234.780	2,58%
BRK	22.022.000,00	220.220	2,42%
BESA	20.839.000,00	208.390	2,29%
BCA	20.202.000,00	202.020	2,22%
BCGTA	20.111.000,00	201.110	2,21%
BANC	19.110.000,00	191.100	2,10%
BPA	18.928.000,00	189.280	2,08%
FINIBANCO	18.928.000,00	189.280	2,08%
BNI	18.018.000,00	180.180	1,98%
BCH	17.927.000,00	179.270	1,97%
BSB	17.927.000,00	179.270	1,97%
VTB	17.927.000,00	179.270	1,97%
BVL	17.927.000,00	179.270	1,97%
Total	910.000.000,00	9.100.000	100,00%

E em consequência do acto precedente, alteram o corpo do artigo 4.º do pacto social da sociedade, que passa a ter a seguinte nova redacção:

ARTIGO 4.º

O capital social é de Kz: 910.000.000,00 (novecentos e dez milhões de kwanzas), integralmente realizado em dinheiro, dividido e representado por 9.100.000 acções do valor nominal de Kz: 1.000,00, cada uma.

Em tudo não alterado continua conforme escritura inicial.

Assim o disseram e outorgaram.

Instruem este acto:

- a) Certidão da Conservatória do Registo Comercial de Luanda;
- b) Duas Actas da Assembleia Geral da sociedade;
- c) Comprovativo do capital social actualizado.

Aos outorgantes e na presença de ambos fiz em voz alta a leitura desta escritura, a explicação do seu conteúdo e a advertência da obrigatoriedade do registo do acto no prazo de 90 dias.

Está conforme.

É certidão que fiz extrair e vai conforme o original.

1.º Cartório Notarial da Comarca de Luanda, em Luanda, aos 15 de Novembro de 2012. — A Ajudante, *Doroteia Pedro Gomes*.
(13-01376-L01)

Flexomundo, Limitada

Certifico que, com início a folhas 50, verso, a 52, do livro de notas para a escritura diversas n.º 9-U, do Cartório Notarial da Comarca do Kwanza-Sul, se encontra lavrada a escritura do teor seguinte:

Constituição da sociedade «Flexomundo, Limitada».

No dia 30 de Outubro de 2013, nesta Cidade do Sumbe e no Cartório Notarial desta Comarca, perante mim, Orlando António, Licenciado em Direito, Notário do referido Cartório compareceram como outorgantes:

Primeiro: — António José Evaristo Lemos, casado com Ana Simão Lemos, sob o regime de comunhão de adquiridos, natural do Waku-Kungo, Província do Kwanza-Sul, titular do Bilhete de Identidade número zero zero zero trezentos e dezanove mil, trezentos e trinta e um KS trinta e cinco, emitido pelo Sector de Identificação Nacional, em Luanda, aos 12 de Junho de 2007, residente habitualmente no Bairro É Quinze, Casa n.º 226-E, Sumbe;

Segundo: — Ângela Kathambi Soares Maneco, solteira, natural da Quibala, Província do Kwanza-Sul, titular do Bilhete de Identidade número zero zero zero quinhentos e setenta e dois mil, seiscentos e noventa e três KS zero trinta e dois, emitido pelo Sector de Identificação Nacional, em Luanda, aos 14 de Junho de 2010, residente habitualmente na Zona 1, Rua 14 de Abril, Condomínio Pôr do Sol, Sumbe;

Terceiro: — Helena Amarília Simão de Lemos, solteira, natural do Waku-Kungo, Província do Kwanza-Sul, titular do Bilhete de Identidade número zero zero zero quatrocentos e dezoito mil, seiscentos e dez KS zero trinta e um, emitido pelo Sector de Identificação Nacional, em Luanda, a 1 de Agosto de 2012, residente habitualmente no Bairro da Ingombota, Rua do Cafaco, n.º 39, 6.º, 21, Luanda.

Verifiquei a identidade dos outorgantes pelos seus respectivos bilhetes de identidade.

E por eles foi dito:

Que, pela presenta escritura e de comum acordo constituem entre si uma sociedade por quotas de responsabilidade limitada, com a sua sede na Rua Aeroporto, Município do Sumbe, sob denominação de «Flexomundo, Limitada» com sede social na Rua do Aeroporto, Município do Sumbe, Província do Kwanza-Sul, cujo objecto social é o previsto no artigo 3.º do seu estatuto.

O capital social é de cem mil kwanzas, integralmente realizado em dinheiro, dividido e representado por três quotas, sendo uma no valor nominal de sessenta mil kwanzas, pertencente ao sócio António José Evaristo Lemos, e duas quotas iguais no valor de nominal de vinte mil kwanzas, uma para cada sócio, nomeadamente, Ângela Kathimba Soares Maneco e Helena Amarília Simão de Lemos.

Que a gerência e a administração da sociedade, em todos os seus actos e contratos, em juízo e fora dela, activa e passivamente, será exercida pela sócia Ângela Kathimba Soares Manecos, que desde já fica nomeada gerente, com dispensa de caução, sendo necessária duas assinaturas para obrigar validamente a sociedade.

A sociedade reger-se-á pelos artigos constantes do documento complementar elaborado nos termos do n.º 2 do artigo 55.º da Lei da Simplificação e Modernização dos Actos Notariais, que fica a fazer parte integrante desta escritura e que os outorgantes declaram ter lido e conhecer o seu conteúdo, pelo que dispensam a qui a sua leitura.

Assim o disseram e outorgaram.

Arquivo:

- a) Certificado de admissibilidade, passado pelo Ficheiro Central de Denominações Sociais, em Luanda, aos 9 de Fevereiro de 2012;
- b) Documento complementar mencionado no teor da Escritura;
- c) Talão de depósito do Banco de Poupança e Crédito, do Sumbe, de 25 de Outubro de 2013.

Aos outorgantes fiz em voz alta e na presença simultânea de ambos a leitura e a explicação do conteúdo desta escritura, bem como a advertência da obrigatoriedade do registo deste acto no prazo de 90 dias.

Assinaturas: António José Evaristo Lemos, Ângela Kathambi Soares Maneco e Helena Amarília Simão de Lemos. — O Notário, Orlando António.

Conta registada sob o n.º 34. — Orlando António.

É certidão que fiz extrair e vai conforme o original que reporto.

Cartório Notarial da Comarca do Kwanza-Sul, no Sumbe, aos 31 de Outubro de 2013. — O notário, *ilegível*.

ESTATUTO DA SOCIEDADE FLEXOMUNDO, LIMITADA

CAPÍTULO I Constituição, Denominação, Sede e Objecto

ARTIGO 1.º (Constituição e denominação)

A sociedade, constituída por quotas de responsabilidade limitada, adopta a denominação de «Flexomundo, Limitada», e rege-se pelo presente estatuto e pela legislação aplicável às sociedades por quotas de responsabilidade limitada.

ARTIGO 2.º (Sede e outras formas de representação)

A sociedade tem a sua sede na Rua do Aeroporto, no Município do Sumbe, Província do Kwanza-Sul, podendo ser transferida para outros locais, dentro do território nacional, bem como associar-se a pessoas singulares ou colectivas, nacionais ou estrangeiras, abrir filiais, agências, sucursais e outras formas de representação em território nacional ou no estrangeiro, onde e quando as condições sociais o aconselharem.

ARTIGO 3.º (Objecto social)

A sociedade tem por objecto o exercício da actividade da aviação civil, revenda de combustíveis, seus derivados e *banking*, indústria gráfica e alimentar, agro-pecuária, agro-indústria, prestação de serviços, construção civil, comércio geral, turismo, hotelaria e pescas, podendo ainda dedicar-se a qualquer outro ramo de comércio ou indústria em que os sócios acordem com as limitações legais.

CAPÍTULO II Duração, Capital Social, Cessão de Quotas e Gerência

ARTIGO 4.º (Duração)

A sociedade durará por tempo indeterminado, contando-se o seu início a partir da data da escritura.

ARTIGO 5.º (Capital social)

O capital social é de Kz: 100.000,00 (cem mil kwanzas), integralmente realizado em dinheiro e acha-se dividido e representado por três quotas, sendo uma no valor nominal de Kz: 60.000,00 (sessenta mil kwanzas) pertencente ao sócio António José Evaristo Lemos, e duas quotas iguais no valor nominal de Kz: 20.000,00 (vinte mil kwanzas) uma para cada sócio, nomeadamente, Ângela Kathambi Soares Maneco e Helena Amarilis Simão de Lemos.

Não serão exigíveis prestações suplementares de capital, mas os sócios poderão fazer à sociedade suprimentos de que ela carecer, mediante os juros e nas condições que estipularem.

ARTIGO 6.º (Cessão de quotas)

A cessão de quotas entre os sócios é livre ficando dependente do consentimento da sociedade, quando feita a estranhos.

ARTIGO 7.º (Gerência)

A gerência e administração da sociedade em todos os seus actos e contratos em juízo e fora dele, activa e passivamente, serão exercidos por Ângela Kathambi Soares Maneco, que desde já fica nomeada gerente com dispensa de caução, sendo necessário para obrigar validamente a sociedade, duas assinaturas. A gerente ora nomeada, poderá delegar a outros sócios ou em pessoa estranha à sociedade, todos ou parte dos seus poderes de gerência, com o consentimento dos sócios, conferindo para o efeito o respectivo mandato em nome da sociedade. Fica vedado à gerente obrigar a sociedade em actos e contratos estranhos aos negócios sociais, com letras de favor, fianças, abonações ou documentos semelhantes.

ARTIGO 8.º (Assembleias Gerais)

As Assembleias Gerais serão convocadas, quando a lei não prescreva outras formalidades por cartas, correio electrónico, ou bilhetes-postais registados, dirigidos aos sócios com oito dias de antecedências pelo menos. Se qualquer dos sócios estiver ausente da sede social, a convocação deverá ser feita com dilação suficiente para ele poder comparecer.

ARTIGO 9.º (Lucros)

Os lucros líquidos da sociedade apurados, deduzida a percentagem de cinco por cento para o fundo de reserva legal, quando devida, e quaisquer outras percentagens para fundos especiais criados em assembleia geral, serão divididos pelos sócios na proporção das suas quotas bem como as perdas se as houver.

ARTIGO 10.º (Balanços)

Os anos sociais serão civis e os balanços serão dados em 31 de Dezembro de cada ano, devendo estar aprovados e assinados até fins de Março imediato.

ARTIGO 11.º (Dissolução da sociedade)

A sociedade não se dissolverá pelo falecimento ou interdição de qualquer dos sócios, continuando com os sobreviventes e os herdeiros ou representantes do sócio falecido ou interdito, devendo estes nomear um que a todos represente enquanto a quota se mantiver indivisa. Dissolvida a sociedade por acordo dos sócios e nos demais casos legais, todos os sócios serão liquidatários e a liquidação e partilhas, procederão como então acordarem. Na falta de acordo e se alguns dos sócios o pretender o activo social será lícitado em globo, com obrigação do pagamento do passivo e adjudicado ao sócio que melhor preço oferecer em igualdade de condições.

ARTIGO 12.º
(Disposições finais e transitórias)

Para todas as questões resultantes da aplicação do presente estatuto, quer entre os sócios, seus herdeiros ou representantes, quer entre eles e a própria sociedade, fica estipulado o Fórum da Comarca do Kwanza-Sul em Sumbe, com expressa renúncia a qualquer outro. Os casos omissos serão regulados por disposições da Lei Comercial e demais legislação aplicável na República de Angola.

(13-21389-L01)

CONSULENG — Engenharia e Consultoria, S. A.

Certifico que, com início a folhas 91, do livro de notas para escrituras diversas n.º 1-C, do Cartório Notarial da Loja dos Registos do Kilamba Kiaxi, se encontra lavrada a escritura do teor seguinte:

Dissolução da sociedade «CONSULENG — Engenharia e Consultoria, S. A.»

No dia 9 de Dezembro de 2013, nesta Cidade de Luanda, e no Cartório Notarial da Loja dos Registos do Kilamba Kiaxi, perante mim, Daniel Wassulo Calambo, Notário do referido Cartório, compareceu como outorgante Emanuel de Oliveira Domingos, casado, natural de Luanda, residente e domiciliado em Luanda, na Rua 50, Casa n.º 82, 1.ª Zona, Bairro Kilamba Kiaxi, Município de Kilamba Kiaxi, titular do Bilhete de Identidade n.º 000060410LA024, emitido pela Direcção Nacional de Identificação, em representação de João Vieira N'Gola, solteiro, natural de Luanda, residente habitualmente em Luanda, na Rua da Cerâmica, Casa n.º 20-A, Bairro Samba, Município do Samba, titular do Bilhete de Identidade n.º 000954678LA035, emitido pela Direcção Nacional de Identificação, de Pascoal Diando de Almeida, solteiro, natural de Luanda, residente habitualmente em Luanda, na Rua do Samba, n.º 18, Zona 3, Bairro da Samba, Município da Samba, titular do Bilhete de Identidade n.º 000117499LA028, emitido pela Direcção Nacional de Identificação, de Pedro António Passos, solteiro, natural de Malanje, residente habitualmente em Luanda, na Rua 19, Casa n.º 97, Zona 9, Bairro Mártires de Kifangongo, Município da Maianga, titular do Bilhete de Identidade n.º 000040212ME030, emitido pela Direcção Nacional de Identificação, de Francisco de Almeida Bendinha, casado com Felisbela Santa Rosa Martins, sob o regime de comunhão de bens adquiridos, natural de Luanda, residente habitualmente em Luanda, Casa n.º 14-CZ-212, Zona 18, Bairro Cazenga, Município do Cazenga, titular do Bilhete de Identidade n.º 000110472LA019, emitido pela Direcção Nacional de Identificação, e de José Castelo Agostinho, solteiro, natural do Bengo, residente habitualmente em Luanda, na Rua Alda Lara, Casa n.º 3, Zona 11, Bairro Nelito Soares, Município do Rangel, titular do Bilhete de Identidade n.º 000110684BO019, emitido pela Direcção Nacional de Identificação.

Verifiquei a identidade do outorgante, bem como a qualidade e a suficiência de seus poderes para o acto, em face dos documentos que no fim menciono e arquivo.

Declarou o outorgante:

Que no uso dos poderes conferidos, os seus representantes são os únicos sócios da sociedade anónima denominada «CONSULENG — Engenharia e Consultoria, S.A.», com sede em Luanda, no Condomínio Mirantes do Talatona, Casa D, Luanda Sul, com capital social de Kz: 2.000.000,00 (dois milhões de kwanzas), realizado em dinheiro, dividido e representado em 4.000 (quatro mil) acções, com o valor nominal de Kz: 500,00 (quinhentos kwanzas) cada uma, das quais 800 (oitocentas) acções, correspondente a Kz: 400.000,00 (quatrocentos mil kwanzas), equivalente a 20% (vinte por cento) do capital social são pertencentes à João Vieira N'Gola, 800 (oitocentas) acções, correspondente a Kz: 400.000,00 (quatrocentos mil kwanzas), equivalente a 20% (vinte por cento) do capital social são pertencentes à Pascoal Diando de Almeida, 800 (oitocentas) acções, correspondente a Kz: 400.000,00 (quatrocentos mil kwanzas), equivalente a 20% (vinte por cento) do capital social são pertencentes à Pedro António Passos, 800 (oitocentas) acções, correspondente a Kz: 400.000,00 (quatrocentos mil kwanzas) equivalente a 20% (vinte por cento) do capital social são pertencentes à Francisco de Almeida Bendinha e 800 (oitocentas) acções, correspondente a Kz: 400.000,00 (quatrocentos mil kwanzas), equivalente a 20% (vinte por cento) do capital social são pertencentes à Mateus José Castelo Agostinho.

Que, pela presente escritura, e no uso dos poderes que lhe foram conferidos, e dando cumprimento à deliberação adoptada em reunião da Assembleia Geral, realizada aos 22 de Outubro de 2013, e nos termos dos artigos 141.º e 145.º da Lei das Sociedades Comerciais, vêm declarar dissolvida a dita sociedade para todos os efeitos legais, a partir desta data.

Mais disse: que em conformidade com a Declaração de Inactividade Tributária, emitida pelo 4.º Bairro Fiscal de Luanda, datada de 24 de Outubro de 2013, que faz parte integrante da presente escritura, a dissolução em causa surge por incapacidade financeira, não tendo nada a salientar, quer no passivo, quer no activo.

Assim o disse e outorgou.

Instruíram este acto os seguintes documentos:

- Documentos complementares a que se faz alusão;
- Acta de dissolução da sociedade, datada de 22 de Outubro de 2013;
- Certidão da Conservatória do Registo Comercial da sociedade «CONSULENG — Engenharia e Consultoria, S. A.»;
- Declaração de Inactividade Tributária, emitida pelo 4.º Bairro Fiscal de Luanda, datada de 24 de Outubro de 2013.

Finalmente, lida e explicado o seu conteúdo por responder à vontade firme e esclarecida da outorgante, vai a presente escritura ser assinada pelo interveniente, com a advertência da obrigatoriedade de se requerer o registo do acto no prazo de três meses a contar desta data.

Está conforme.

É certidão que fiz extrair e vai conforme o original.

Cartório Notarial da Loja dos Registos do Kilamba Kiaxi, em Luanda, aos 9 de Dezembro de 2013. — A
2.ª Ajudante, *Lúcia Constantino dos Santos*. (13-21405-L01)

METASISTEMAS CONSULTING — Auditores e Consultores, Limitada

Certifico que, de folhas 87 a 88, do livro de notas para escrituras diversas n.º 13-F, 2.ª Série, do 3.º Cartório Notarial da Comarca de Luanda, se encontra lavrada a escritura do teor seguinte:

Alteração parcial do pacto social na sociedade «METASISTEMAS CONSULTING — Auditores e Consultores, Limitada».

No dia 5 de Dezembro de 2013, em Luanda e no 3.º Cartório Notarial desta Comarca, perante mim, Nair Ivone Gabriel Falcão, Notária-Adjunta no referido Cartório, compareceu como outorgante:

Maria Manuela Correia Fernandes, solteira, maior, natural da Ingombota onde reside habitualmente, no Bairro da Kinanga, Rua Américo Boavida, n.º 194, titular do Bilhete de Identidade número zero zero quatro seis sete seis quatro LA zero quatro seis, emitido pela Direcção Nacional de Identificação Civil, aos 17 de Fevereiro de 2010, que outorga por si individualmente e ainda na qualidade de mandatária, em nome, representação de Sílvio do Sacramento Neto Jaime, solteiro, maior, natural de Luanda, onde reside habitualmente, no Bairro Comandante Valódia, Rua Bento de Azevedo, Casa n.º 60, titular do Bilhete de Identidade número zero zero zero três zero dois quatro dois LA zero três quatro, emitido pela Direcção Nacional de Identificação Civil, aos 13 de Abril de 2012.

Verifiquei a identidade da outorgante pela exibição do referido bilhete de identidade, bem como certifico a qualidade em que intervém e a suficiência dos poderes para o acto, em face da Acta adiante mencionada.

E por ela foi dito:

Que ela e seu representado são os únicos e actuais sócios da sociedade por quotas denominada «METASISTEMAS CONSULTING — Auditores e Consultores, Limitada», constituída por escritura de 17 de Maio de 2013, lavrada com início a folhas 37, do livro de notas para escrituras diversas n.º 146-A, do Cartório Notarial do Guiché Único da Empresa, com o NIF5417224979, registada na Conservatória do Registo Comercial de Luanda, 2.ª Secção do Guiché Único, sob

o n.º 1.532-13, com o capital social de Kz: 120.000,00 (cento e vinte mil kwanzas), integralmente realizadas, em dinheiro, dividido e representado por duas quotas, sendo uma no valor nominal de Kz: 108.000,00 (cento e oito mil kwanzas), pertencente à sócia Maria Manuela Correia Fernandes, e, outra no valor nominal de Kz: 12.000,00 (doze mil kwanzas), pertencente ao sócio Sílvio do Sacramento Neto Jaime;

Que em reunião da Assembleia Geral Extraordinária da aludida sociedade, realizada aos 22 de Novembro de 2013, constante de acta adiante referida, foi deliberado alterar a forma de obrigar da referida sociedade e consequentemente o artigo 10.º do pacto social, que passa a ter a seguinte nova redacção;

ARTIGO 10.º (Vinculação da sociedade)

A sociedade obriga-se pela:

- a) Assinatura de um gerente;
- b) Assinatura de um gerente delegado;
- c) Assinatura de um ou mais procuradores, de acordo com os poderes que vierem a constar da procuração.

Que, todas as demais cláusulas, não alteradas, por esta escritura se mantêm firmes e válidas.

Assim o disse e outorgou.

Instruem o acto os seguintes documentos:

- a) Acta Avulsa n.º 2, da sociedade «METASISTEMAS CONSULTING — Auditores e Consultores, Limitada», realizada, aos 22 de Novembro de 2013;
- b) Certidão da matrícula da mesma sociedade, passada pela Conservatória do Registo Comercial de Luanda, 2.ª Secção do Guiché Único, aos 16 de Maio de 2013, devidamente autenticada.

Fiz à outorgante em voz alta e na sua presença, a leitura desta escritura, a explicação do seu conteúdo e efeitos, bem como a advertência de se requerer o registo do acto no prazo de noventa (90) dias a contar da data de hoje.

Assinatura: Maria Manuela Correia Fernandes. — A
Notária, Teresa Azenayda Cardoso Canda Monteiro.

Imposto do selo: Kz: 2.000,00 (dois mil kwanzas).

Conta registada sob o n.º 2.

É certidão que fiz extrair e vai conforme o original a que me reporto.

3.º Cartório Notarial da Comarca de Luanda, em Luanda, aos 12 de Dezembro de 2013. — A Ajudante-Principal,
Antónia de Jesus Albino da Costa Cristelo. (13-21408-L01)

Débora Gomes, Limitada

Certifico que, de folhas 14 a 16, do livro de notas para escrituras diversas com o n.º 472-A, do 4.º Cartório Notarial da Comarca de Luanda, encontra-se lavrada e registada a escritura de teor seguinte:

Constituição da sociedade denominada «Organizações Débora Gomes, Limitada».

No dia 13 de Dezembro de 2013, em Luanda e no 4.º Cartório Notarial da Comarca, sito na Rua de Lobito, n.º 34, perante mim, Guimarães Martinho João da Silva, Notário do referido, compareceu como outorgante:

João Domingos Gomes Francisco, casado, natural do Cazenga, Província de Luanda, onde reside habitualmente, Casa n.º 7-CZ 27, Zona 18, Bairro Cazenga, Município do Cazenga, titular do Bilhete de Identidade n.º 001690676LA036, emitido pela Direcção Nacional de Identificação Civil, em Luanda, aos 9 de Junho de 2010, que outorga neste acto, por si, e como representante legal de seus filhos menores, consigo conviventes; Débora António Gomes, solteira, natural, do Cazenga, Província de Luanda, onde reside habitualmente, Casa n.º 38, Zona 18, Bairro Cazenga, Município do Cazenga, titular do Bilhete de Identidade n.º 005829984LA046, emitido pela Direcção Nacional de Identificação Civil, em Luanda, aos 19 de Fevereiro de 2012; Joquebede António Gomes, solteira, natural, do Cazenga, Província de Luanda, onde reside habitualmente, Casa n.º 38, Zona 18, Bairro Cazenga, Município do Cazenga, titular do Bilhete de Identidade n.º 005985896LA047, emitido pela Direcção Nacional de Identificação Civil, em Luanda, aos 26 de Fevereiro de 2013.

Verifiquei a identidade do outorgante, mediante exibição do seu Bilhete de Identidade.

E disse o outorgante:

Que, pela presente escritura constitui entre si e seus representados legais, seus filhos uma sociedade por quotas denominada «Organizações Débora Gomes, Limitada», com sede social em Luanda, Bairro Zango 1, Rua da Pomobel, casa s/n.º, Município de Viana, Província de Luanda, com o capital social de Kz: 100.000,00 (cem mil kwanzas), integralmente realizado em dinheiro, dividido e representado por três quotas, sendo uma quota no valor nominal de Kz: 60.000,00 (sessenta mil kwanzas), pertencente ao sócio João Domingos Gomes Francisco, e duas quotas no valor nominal de Kz: 20.000,00 (vinte mil kwanzas) cada, pertencente às sócias Joquebede António Gomes, e Débora António Gomes, respectivamente.

Que, a dita sociedade tem por objecto social, o previsto no artigo 3.º do pacto social e, reger-se-á pelas disposições constantes do documento complementar elaborado em separado nos termos e para efeitos do n.º 2, do artigo 55, da Lei n.º 1/97, de 17 de Janeiro, Lei da Simplificação e Modernização dos Registos Predial, Comercial e Serviços Notarial, que passa a fazer parte integrante desta escritura e que eles declaram já haver lido, tendo deste modo pleno conhecimento do seu conteúdo, pelo que dispensam a sua leitura.

Assim o disse e outorgou.

Instruíram este acto:

- a) Certificado de admissibilidade emitido pelo Ficheiro Central de Denominações Sociais, aos 4 de Novembro de 2013;
- b) Comprovativo de depósito do capital social;
- c) Documentos complementares.

Finalmente, lida e explicado o seu conteúdo por corresponder a vontade firme e esclarecida do outorgante, vai a presente escritura ser assinada pelo interveniente e por mim Notário, com advertência da obrigatoriedade de se requerer o registo do acto no prazo de 90 dias, a contar da presente data.

ESTATUTO DA SOCIEDADE ORGANIZAÇÕES DÉBORA GOMES, LIMITADA

ARTIGO 1.º

A sociedade adopta a denominação de «Débora Gomes, Limitada», tem a sua sede na Província de Luanda, ao Município de Viana, Bairro Zango 1, Rua da Pomobel, casa s/n.º, podendo abrir filiais, sucursais, agências, delegações ou qualquer outra forma de representação onde e quando lhe convier em todo território nacional.

ARTIGO 2.º

A sua duração é por tempo indeterminado, contando o seu início para todos efeitos legais a partir da data da escritura pública.

ARTIGO 3.º

O seu objecto social é o exercício de escola de condução, comércio geral por grosso e a retalho, indústria, pescas, agro-pecuária, agricultura, hotelaria, turismo, informática, telecomunicações, construção civil e obras públicas, tipografia, modas e confecções, transporte, marítimo e terrestres, camionagem, trânsitos, cabotagem, *rent-a-car*, compra e venda de viaturas novas, de ocasião ou usadas, oficina auto, frio, assistência técnica, transportes de passageiros ou de mercadorias, aluguer de viaturas com ou sem condutor, venda de combustíveis e lubrificantes, óleos, medicamentos, material cirúrgico, gastável e hospitalar, produtos químicos e farmacêuticos, farmácia, centro médico, clínica geral, perfumaria, venda de material de escritório, escolar, salão de cabeleireira, botequim, ourivesarias, relojoaria, agência de viagens e imobiliários, embarcação de pescas, relações públicas, pastelaria, panificação, geladaria, montagens de cozinhas industriais, exploração florestal, mineira, venda de madeira e carvão, pesquisa e exploração de recursos naturais, exploração de parques de diversões, realização de espectáculos culturais, recreativas e desportivas; exploração de bombas de combustíveis ou estação de serviços, representações, prestações de serviços, colégios, educação, cultura e ensino, importação e exportação, podendo dedicar-se a qualquer outro ramo de comércio ou indústria em que os sócios acordem e seja permitida por lei.

ARTIGO 4.º

O capital social é de (Kz: 100.000,00) cem mil kwanzas, integralmente realizado em dinheiro, dividido e representado por (3) três quotas, sendo uma do valor normal de (Kz: 60.000,00) sessenta mil kwanzas, pertencente ao sócio João Domingos Gomes Francisco e duas no valor nominal de (Kz: 20.000,00) vinte mil kwanzas, pertencentes aos sócios Débora António Gomes e Joquebede António Gomes.

ARTIGO 5.º

Não serão exigíveis prestações suplementares de capital, mas os sócios poderão fazer à sociedade, os suprimentos de que ela necessitar, mediante os juros e nas condições que estipularem em Assembleia Geral.

ARTIGO 6.º

A cessão de quotas entre os sócios é livre, mas quando feita a pessoas estranhas, à sociedade fica dependente do consentimento deste a obter por maioria simples de votos correspondentes ao capital social.

ARTIGO 7.º

A gerência e administração da sociedade em todos os seus actos e contratos, em juízo e fora dele, activa e passivamente será exercida pelo sócio João Domingos Gomes Francisco, que dispensado de caução fica desde já nomeado gerente, sendo necessário a sua assinatura para obrigar validamente a sociedade.

O sócio-gerente poderá delegar em pessoa estranha à sociedade, mediante procuração, todos ou parte dos poderes de gerência.

Fica vedado ao gerente obrigar a sociedade em actos e contratos estranhos aos negócios sócias, tais como letras de favor, fianças, abonações ou documentos semelhantes.

ARTIGO 8.º

As Assembleias Gerais serão convocadas quando a lei não prescreva outras formalidades, por cartas registadas, dirigidas aos sócios com pelo menos quinze dias de antecedência.

ARTIGO 9.º

Os lucros líquidos apurados, depois de deduzida a percentagem para fundo de reserva legal, quanto devida e quaisquer outras percentagens para fundos ou destinos especiais, criados em Assembleia Geral, serão divididos pelos sócios na proporção das suas quotas, bem como as perdas se as houver.

ARTIGO 10.º

Dissolvida a sociedade por acordo dos sócios, e nos demais casos legais, todos eles serão liquidatários e à liquidação e partilha procederão como acordarem.

Na falta de acordo e se algum dos sócios o pretender, será o activo social lícitado em globo com a obrigação do pagamento do passivo e adjudicado ao sócio que melhor preço oferecer em igualdade de condições.

ARTIGO 11.º

A sociedade não se dissolverá por morte ou interdição de qualquer um dos sócios, continuando com os sobreviventes os herdeiros ou representantes do sócio falecido ou interdiçado, devendo estes nomear um que, a todos represente enquanto a quota estiver indivisa.

ARTIGO 12.º

Em todo omissos regularão as deliberações sociais tomadas em forma, as disposições da Lei n.º 1/04, de 13 de Fevereiro, e demais legislação aplicável.

Está conforme.

É certidão que fiz extrair e vai conforme o original.

4.º Cartório Notarial da Comarca de Luanda, em Luanda, 16 de Dezembro de 2013. — A ajudante de notário, ilegível. (13-21414-L01)

Yasmira, Limitada

Certifico que, no Cartório Notarial da Comarca do Namibe, folha 28, livro 361-C/2012, de notas de escrituras diversas se acha exarado o seguinte:

Escritura de constituição da sociedade denominada «Yasmira, Limitada».

Aos 8 dias de Novembro de 2012, nesta Cidade e no Cartório Notarial da Comarca do Namibe, sito na Rua Nzinga Mbandi, a meu cargo, e perante mim, Maria Amélia Rodrigues Barros da Cunha, Notária de 1.ª Classe, do referido Cartório, compareceram como outorgantes:

Primeiro: — Nilda Madalena Domingas Batila, solteira, maior, natural de Cabinda, Província de Cabinda, com a residência no Bloco n.º 63, 2.º andar, Apartamento n.º 21, Zona 9, Bairro Mártires de Kifangondo, Maianga, portadora do Bilhete de Identidade n.º 000049782CA015, emitido pelo Arquivo de Identificação Nacional em Luanda, aos 6 de Março de 2013, neste acto, representada por Manuel Nancari Chandicua, solteiro, maior, natural e residente na Província do Namibe, Largo José Espírito Santo, portador de Bilhete de Identidade n.º 002723979NE038, emitido pelo Arquivo de Identificação Nacional em Luanda, aos 20 de Junho de 2012;

Segundo: — Jasmin Grazielle Batila Sayen, menor, filho de Mohamed Sayen e de Nilda Madalena Domingas Batila, natural de Ingombota, Luanda;

Terceiro: — Amira Linda Batila Sayen, menor, filha de Mohamed Sayen e de Nilda Madalena Domingas Batila, natural de Luanda, Província de Luanda.

Verifiquei a identidade dos outorgantes pelos mencionados documentos, que conferi e arquivo.

E por eles, foi dito:

Que, pela presente escritura, entre eles outorgantes, constituem uma sociedade por quotas de responsabilidade limitada, denominada «Yasmira, Limitada», tem a sua sede no Município do Namibe, Rua Nzinga Mbandi, com o capital social de Kz: 120.000,00 (cento e vinte mil kwanzas),

integralmente realizado em dinheiro, dividido e representado por três quotas sendo no valor nominal de Kz: 48.000,00 (quarenta e oito mil kwanzas), equivalente a 40%, pertencente à sócia Nilda Madalena Domingas Batila, e duas outras iguais no valor nominal de Kz: 36.000,00 (trinta e seis mil kwanzas), equivalente a 30%, cada uma, pertencentes às sócias Jasmin Grazielle Batila Sayen e Amira Linda Batila Sayen, totalizando 100% do capital inicial.

Que a dita sociedade tem por objecto social o previsto no artigo 3.º dos seus Estatutos e rege-se pelos artigos constantes do documento complementar elaborado em separados nos termos e para os efeitos do n.º 2 do artigo 55.º da Lei n.º 1/97, de 17 de Janeiro, Lei da Simplificação e Modernização dos Actos Notariais, que fica a fazer parte integrante desta escritura e que os outorgantes declaram ter lido, tendo pleno conhecimento do seu conteúdo, pelo que é dispensada a sua leitura.

Assim o disseram e outorgaram.

Arquivo os seguintes documentos:

- a) Documento complementar “estatuto” que acima se faz alusão;
- b) Certificado de amissibilidade, emitido pelo Ficheiro Central de Denominações Sociais, em Luanda, aos 5 de Novembro de 2012;
- c) Comprovativo do depósito do capital social.

Finalmente, aos outorgantes fiz em voz alta e clara a leitura desta escritura, explicado o seu conteúdo e efeitos, com a advertência da obrigatoriedade de requerer o registo deste acto no prazo de 90 dias.

O imposto de selo do acto é de Kz: 365,00.

Registada sob o n.º 46/2012.

É certidão que fiz extrair e vai conforme o original, integralmente transcrito ao qual autentico com o selo branco em uso neste cartório.

Cartório Notarial da Comarca do Namibe, aos 24 de Outubro de 2013. — A Notária-Adjunta, *Nisia Nahomi Chipita Tavares Manuel*.

ESTATUTO DA SOCIEDADE YASMIRA LIMITADA

1.º

A sociedade adopta a denominação de «Yasmira, Limitada», tem a sua sede no município do Namibe, Rua Nzinga Mbandi, poderá deslocar livremente a sede social dentro do município ou para limítrofe, e bem assim criar sucursais, filiais, agências ou formas de representação, no território nacional ou no estrangeiro.

2.º

A sua duração é por tempo indeterminado e o seu início conta-se para todos os efeitos legais a partir da data da presente escritura.

3.º

A sociedade tem como objecto o comércio grosso e a retalho, hotelaria e turismo, pastelaria, padaria, prestação de serviços, estação de serviço, venda de material de construção e equipamentos, acessórios, aparelhos domésticos e electrónicos, transportes, importação e exportação.

4.º

O capital social é de Kz:120.000,00 (cento e vinte mil kwanzas) e corresponde a soma das seguintes quotas: uma no valor nominal de Kz: 48.000,00 (quarenta e oito mil kwanzas), equivalente a 40%, pertencente à sócia Nilda Madalena Domingas Batila, e duas outras quotas iguais no valor nominal de Kz: 36.000,00 (trinta e seis mil kwanzas), equivalente a 30%, cada, pertencente à sócia Jasmin Grazielle Batila Sayen e Amira Linda Batila Sayen, totalizando 100% do capital inicial, já realizado em dinheiro.

5.º

A gerência da sociedade será exercida por Nilda Madalena Domingas Batila; com ou sem remuneração, conforme vier a ser decidido pelos sócios.

6.º

A sociedade poderá nomear mandatários ou procuradores da mesma para a prática de determinados actos ou categorias de actos, atribuindo tais poderes através de procuração.

7.º

1. A sociedade obriga-se a assinatura de um gerente.
2. A gerência não poderá obrigar a sociedade em letras de favor, fianças, abonações, nem em quaisquer actos semelhantes ou estranhos aos negócios sociais sem o consentimento dos sócios.

8.º

Os lucros líquidos apurados, depois de deduzida a percentagem legal para fundo e reserva, e quaisquer outras percentagens para fundos ou destinos especiais criados em Assembleia Geral, serão distribuídos pelos sócios na proporção das suas quotas, e em igual proporção serão suportadas se as houver.

9.º

A cessão e divisão de quotas, no todo ou em parte, a estranhos, depende de consentimentos da sociedade, gozando os sócios em primeiro lugar e a sociedade em segundo lugar do direito de preferência.

10.º

Mediante prévia deliberação dos sócios fica permitida a participação da sociedade em agrupamentos complementares de empresas, bem como em sociedades com objecto diferente, ou reguladas por lei especial, e inclusivamente como sócia de responsabilidade limitada.

11.º

1. A sociedade dissolve-se em todos os casos previstos na lei e ainda quando os sócios tal deliberem em Assembleia Geral por voto unânime.

2. Salvo expressa deliberação em contrário dos sócios, todos eles serão liquidatários.

12.º

No omissão regularão as deliberações da Lei n.º 1/04, de 13 de Fevereiro, as deliberações sociais tomadas em forma legal e demais legislação aplicável (Lei das Sociedades Comerciais).

(13-21423-L01)

EHSAN — Comércio Geral, Limitada

Certifico que, de folhas 17 a 19 do livro de notas para escrituras diversas n.º 472-A deste Cartório Notarial, encontra-se lavrada a escritura de teor seguinte:

Aumento do capital social, mudança da sede e alteração parcial do pacto na sociedade «EHSAN — Comércio Geral, Limitada».

No dia 16 de Dezembro de 2013, em Luanda e no 4.º Cartório Notarial da Comarca, perante mim Notário, Guimarães Martinho João da Silva, compareceu como outorgante:

Irondina Maria Pinto Ehsan, casada sob regime de comunhão de adquiridos com Mohammed Raunaque Ehsan, natural do Sambizanga, Província de Luanda, onde reside habitualmente, Rua Comandante Valódia, n.º 74, Zona 10, Distrito do Sambizanga, titular do Bilhete de Identidade n.º 000170454LA017, emitido pela Direcção Nacional de Identificação, aos 10 de Junho de 2010, que outorga neste acto na qualidade de sócia e gerente da sociedade «EHSAN — Comércio Geral, Limitada», com sede em Luanda, Bairro operário, Zona 10, Rua do Kicombo, Casa n.º 136, Distrito do Sambizanga, registada na Conservatória do registo Comercial de Luanda, sob n.º 532/2003, com NIF; 5402107483, e como representante legal de seu filho menor consigo convivente Shahil Esmael Pinto Ehsan, de 12 anos de idade, natural da Ingombota, Província de Luanda, titular do Bilhete de Identidade n.º 005315600LA046, emitido pela Direcção Nacional de Identificação, aos 31 de Outubro de 2011.

Verifiquei a identidade da outorgante pelos mencionados documentos de identificação bem como a qualidade e a suficiência dos poderes em que intervêm, em face da certidão comercial que me foi exibido.

E por ela foi dito:

Que, ela e o seu representado legal, são os únicos e actuais sócios da sociedade, «EHSAN — Comércio Geral, Limitada», com sede em Luanda, Bairro Operário, Zona 10, Rua do Kicombo, Casa n.º 136, Distrito do Sambizanga, registada na Conservatória do Registo Comercial de Luanda, sob n.º 532/2003, com NIF; 5402107483, com capital social

de Kz: 20.000,00 (vinte mil kwanzas) integralmente realizado em dinheiro, dividido e representado por duas quotas, sendo uma no valor nominal de Kz: 15.000,00 (quinze mil kwanzas), pertencente à sócia Irondina Maria Pinto Ehsan e outra no valor nominal de Kz: 5.000,00 (cinco mil kwanzas), pertencente ao sócio Shahil Esmael Pinto Ehsan.

Que pela presente escritura, dando cumprimento ao deliberado em Assembleia Geral de 4 de Novembro de 2013, para o melhor desenvolvimento nos negócios sociais, e em conformidade as exigência legal, prevista na Lei n.º 1/04, de 13 de Fevereiro, Lei das Sociedades Comerciais, aumenta o capital social da dita sociedade para Kz: 170.000,00 (cento e setenta mil kwanzas), sendo o aumento verificado de Kz: 150.000,00 (cento e cinquenta mil kwanzas), por incorporação de reserva.

Que este aumento corresponde ao aumento da participação de cada sócio, proporcionalmente ao valor nominal das suas quotas, pelo que no novo capital social à sócia Irondina Maria Pinto Ehsan, reforça a sua quota para Kz: 145.000,00 (cento e quarenta e cinco mil kwanzas) e o sócio Shahil Esmael Pinto Ehsan, reforça a sua quota para Kz: 25.000,00 (vinte e cinco mil kwanzas).

Que ainda no âmbito da mesma deliberação deliberam transferir a sede social do Bairro Operário, Zona 10, Rua do Kicombo, Casa n.º 136, Distrito do Sambizanga, para o Bairro do Camama-Jardim do Éden, Rua Hortênsia n.º 12-21-A, Distrito do Kilamba Kiaxi.

Que em consequência dos actos praticados alteram o artigo 1.º e 4.º do seu estatuto, que passam a ter as seguintes redacções:

ARTIGO 1.º

A sociedade mantém a denominação de «EHSAN — Comércio Geral, Limitada», tem a sua sede social em Luanda, Bairro do Camama, Jardim do Éden, Rua Hortênsia, n.º 12-21-A, Distrito do Kilamba Kiaxi, podendo mudá-la para qualquer outro local do território nacional, bem como instalar filiais, sucursais, agências ou qualquer outra forma de representação comercial em território nacional ou no estrangeiro onde e quando o seu interesse social aconselham.

ARTIGO 4.º

O capital social é de Kz: 170.000,00 (cento e setenta mil kwanzas), integralmente realizado em dinheiro, dividido e representado por duas quotas, sendo uma no valor nominal de Kz: 145.000,00 (cento e quarenta e cinco mil kwanzas) pertencente à sócia Irondina Maria Pinto Ehsan e outra no valor nominal de Kz: 25.000,00 (vinte e cinco mil kwanzas), pertencente ao sócio Shahil Esmael Pinto Ehsan.

As cláusulas não alterada considera-se firme e válido. Instruam este acto:

a) Documentos legais da sociedade em apreço;

b) Uma certidão de casamento;

c) Uma Acta n.º 1/13, datada aos 4 de Novembro de 2013.

Finalmente, ao outorgante e na sua presença, fiz em voz alta a leitura desta escritura e a explicação do seu conteúdo com a advertência da obrigatoriedade de requerer o registo deste acto no prazo de 90 dias a contar desta data.

O Notário, Guimarães Martinho João da Silva.

É certidão que fiz extrair que vai conforme o original de que me reporto.

4.º Cartório Notarial da Comarca de Luanda, em Luanda, aos 16 de Dezembro de 2013. — O Ajudante do Notário, *Nelson André*.

(13-21425-L01)

JOMAPEMA — Comércio Geral, Indústria, Importação e Exportação

Pacto social da sociedade «JOMAPEMA — Comércio Geral, Indústria, Importação e Exportação, Limitada».

Certifico que, por escritura de 9 de Dezembro de 2013, lavrada com início a folhas 48, do livro de notas para escrituras diversas n.º 179-A, do Cartório Notarial do Guiché Único da Empresa, a cargo da Notária, Isabel Tormenta dos Santos, Licenciada em Direito, compareceram como outorgantes:

Primeiro: — Pedro Domingos António, solteiro, maior, natural de Malanje, Província de Malanje, residente habitualmente em Luanda, no Município de Belas, Distrito Urbano da Samba, Bairro Morro Bento, Avenida 21 de Janeiro, Casa n.º 175;

Segundo: — José Mateus Queta, solteiro, maior, natural do Cazenga, Província de Luanda, onde reside habitualmente, no Município de Luanda, Distrito Urbano da Maianga, Bairro Cassenda, Rua 16, Prédio n.º 5, 6.º andar, Apartamento 22;

Terceiro: — Pedro Ribeiro Marcos Albano, solteiro, maior, natural de Mucari, Província de Malanje, residente habitualmente em Luanda, no Município de Belas, Distrito Urbano da Samba, Bairro Futungo de Belas, casa s/n.º, Zona 3;

Quarto: — Morais António da Costa, solteiro, maior, natural do Sambizanga, Província de Luanda, onde reside habitualmente, no Município de Luanda, Distrito Urbano e Bairro da Maianga, Rua Amílcar Cabral, n.º 153, 2.º F;

Verifiquei a identidade dos outorgantes pelos mencionados documentos de identificação;

E declaram os mesmos;

Que, o primeiro, segundo e terceiro outorgantes são os únicos e actuais sócios da sociedade comercial por quotas de responsabilidade limitada, denominada «JOMAPEMA — Comércio Geral, Indústria, Importação e Exportação, Limitada», com sede social em Luanda, no Município da Samba, Bairro Morro Bento, Rua 21 de Janeiro, Quarteirão 3, n.º 1175, constituída por escritura de 2 de Agosto de 2012,

com início a folhas 78 verso 79, de notas para escrituras diversas n.º 101-A, registada pela Conservatória do Registo Comercial de Luanda, 2.ª Secção do Guiché Único, sob o n.º 298-12, com o capital social de Kz: 100.000,00 (cem mil kwanzas), integralmente realizado em dinheiro, dividido e representado por três quotas, sendo duas iguais no valor nominal de Kz: 35.000,00 (trinta e cinco mil kwanzas) cada uma, pertencentes aos sócios Pedro Domingos António e José Mateus Queta e outra no valor nominal de Kz: 30.000,00 (trinta mil kwanzas), pertencente ao sócio Pedro Ribeiro Marcos Albano, respectivamente, titular do NIF5417186163;

Que, conforme a acta de deliberação da mencionada sociedade datada de 29 de Novembro de 20113, os sócios decidem aumentar o capital de Kz: 100.000,00 (cem mil kwanzas), para Kz: 200.000,00 (duzentos mil kwanzas), sendo o valor do aumento de Kz: 100.000,00 (cem mil kwanzas), valor este que já deu entrada na caixa social da referida sociedade e subscrita pelos sócios da seguinte forma:

O primeiro e o segundo outorgantes subscrevem uma quota no valor nominal de Kz: 15.000,00 (quinze mil kwanzas) e unificam com as quotas que já detinham na sociedade no valor nominal de Kz: 35.000,00 (trinta e cinco mil kwanzas) cada uma, passando a ser titulares de uma única quota no valor nominal de Kz: 50.000,00 (cinquenta mil kwanzas), cada uma;

O terceiro outorgante subscreve uma quota no valor nominal de Kz: 20.000,00 (vinte mil kwanzas) e unifica com a quota que já detinha na sociedade no valor nominal de Kz: 30.000,00 (trinta mil kwanzas), passando a ser titular de uma única quota no valor nominal de Kz: 50.000,00 (cinquenta mil kwanzas);

Ainda pela presente escritura, o quarto outorgante subscreve uma quota no valor nominal de Kz: 50.000,00 (cinquenta mil kwanzas), a sociedade prescinde do seu direito de preferência ao abrigo do disposto no artigo 5.º do pacto social, sendo assim o quarto outorgante admitido na sociedade como novo sócio;

Em função do presente acto, decidem os actuais sócios alterar o artigo 4.º do pacto social, que passa a ter a seguinte redacção:

ARTIGO 4.º

O capital social é de Kz: 200.000,00 (duzentos mil kwanzas), integralmente realizado em dinheiro, dividido e representado por quatro quotas iguais no valor nominal de Kz: 50.000,00 (cinquenta mil kwanzas) cada uma, pertencentes aos sócios Pedro Domingos António, José Mateus Queta, Pedro Ribeiro Marcos Albano e Morais António da Costa, respectivamente.

Declaram os mesmos que se mantêm firmes e válidas as disposições, não alteradas pela presente escritura.

A sociedade tem como objecto social, o previsto no artigo 3.º do seu estatuto e reger-se-á pelos artigos constantes do documento complementar, elaborado nos termos do

ESTATUTO DA SOCIEDADE SPIELMED, LIMITADA

ARTIGO 1.º (Denominação e sede)

A sociedade adopta a denominação social «Spielmed, Limitada», com sede social na Província de Luanda, Ho Chi Min, Edifício n.º 343, 19.º andar, Apartamento 1, Bairro Nelito Soares, Distrito Urbano do Rangel, Município de Luanda, podendo transferi-la livremente para qualquer outro local do território nacional, bem como abrir filiais, sucursais, agências ou outras formas de representação dentro e fora do País.

ARTIGO 2.º (Duração)

A sua duração é por tempo indeterminado, contando-se início da sua actividade, para todos os efeitos legais, a partir da data de celebração da presente escritura.

ARTIGO 3.º (Objecto)

A sociedade tem como objecto social o comércio a grosso e a retalho nas áreas de saúde, medicamentos, produtos químicos, material e equipamento cirúrgico e hospitalar, educação, água, electricidade, mobiliário diversos, vestuário, calçado e fardamento, material e equipamento escolar e de escritório, importação e exportação, comércio geral, ferragens e ferramentas, máquinas industriais e agrícolas e seus acessórios e pneus, materiais de construção civil, construção civil e obras públicas, engenharia, indústria, agricultura, prestação de serviços, formação profissional, consultoria, transporte, exploração mineira, indústria petrolífera, distribuição de bens de consumo, produtos alimentares e frescos, bebidas e higiene, hotelaria e turismo, podendo dedicar-se a qualquer outro ramo do comércio, indústria, agricultura, agro-pecuária e serviços em que as sócias acordem e seja permitido por lei.

ARTIGO 4.º (Capital)

O capital social é de Kz: 100.000,00 (cem mil kwanzas), integralmente realizado em dinheiro, dividido e representado por 2 (duas) quotas, sendo uma (1) no valor nominal de Kz: 90.000,00 (noventa mil kwanzas), pertencente à sócia Esperança Augusto Baptista e outra quota no valor nominal de Kz: 10.000,00 (dez mil kwanzas), pertencente à sócia Joana Joyce Baptista Seymour.

ARTIGO 5.º (Cessão de quotas)

A cessão de quotas a estranhos fica dependente do consentimento da sociedade, à qual é sempre reservado o direito de preferência, deferido às sócias se a sociedade dele não quiser fazer uso.

ARTIGO 6.º (Gerência)

A gerência e administração da sociedade, em todos os seus actos e contratos, em juízo e fora dele, activa e pas-

ARTIGO 11.º

No caso de morte ou interdição de qualquer sócia, a sociedade subsistirá, com os herdeiros ou representante legal, respectivamente, os herdeiros deverão nomear um de entre eles, qual a todos represente, enquanto a quota permanecer indivisa.

ARTIGO 12.º

Em caso de arrolamento, penhora, arresto ou inconclusão de quota em massa falida ou insolvente, a sociedade poderá amortizar a quota da sócia respectivo. A sociedade poderá ainda amortizar a quota, se esta for cedida sem o consentimento daquela.

ARTIGO 13.º

O ano social coincide com o ano civil.

ARTIGO 14.º

Todas as despesas resultantes da constituição da sociedade, designadamente, as desta escritura, registos e outras despesas inerentes, serão suportadas pela sociedade.

ARTIGO 15.º

A sociedade dissolver-se-á nos casos expressamente previstos na lei.

ARTIGO 16.º

Salvo deliberação em contrário da Assembleia Geral, a liquidação da sociedade será feita extrajudicialmente, competindo aos membros da gerência em exercício as funções liquidatárias.

ARTIGO 17.º

No omissso regularão as deliberações sociais, as disposições da Lei n.º 1/04, de 13 de Fevereiro, que é a Lei das Sociedades Comerciais e demais legislação aplicável.

(13-21482-L02)

Spielmed, Limitada

Certifico que, por escritura de 16 de Dezembro de 2013, lavrada com início a folhas 74, do livro de notas para escrituras diversas n.º 180-A, do Cartório Notarial do Guiché Único da Empresa; a cargo do Notário, Lúcio Alberto Pires da Costa, Licenciado em Direito, foi constituída entre:

Esperança Augusto Baptista, solteira, maior, natural de Waco-Kungo, Província do Kwanza-Sul, residente habitualmente em Luanda, no Distrito Urbano do Rangel, Bairro Nelito Soares, Rua Ho Chi Min, n.º 343, 1.º andar, Apartamento 5, que outorga neste acto por si individualmente e em nome e representação de sua filha menor, Joana Joyce Baptista Seymour, de 12 anos de idade, natural de Luanda e consigo convivente;

Uma sociedade comercial por quotas de responsabilidade limitada, que se regerá nos termos constantes dos artigos seguintes.

Está conforme.

Cartório Notarial do Guiché Único da Empresa, em Luanda, 17 de Dezembro de 2013. — O ajudante, *ilegível*.

sivamente, incumbe à sócia Esperança Augusto Baptista, que fica desde já nomeada gerente, com dispensa de caução, bastando a assinatura da gerente para obrigar validamente a sociedade.

1. Fica vedado à gerente obrigar a sociedade em actos e contratos estranhos aos negócios sociais da sociedade, tais como letras a favor, fianças, abonações ou actos semelhantes.

ARTIGO 7.º
(Dissolução)

A sociedade não se dissolverá por morte ou impedimento de qualquer das sócias, continuando a sua existência com as sobreviventes e herdeiras ou representantes da sócia falecida ou interdita, devendo estes nomear um que a todos represente, enquanto a quota se mantiver indivisa.

ARTIGO 8.º
(Liquidação)

Dissolvida a sociedade por acordo das sócias e nos demais casos legais, todas as sócias serão liquidatárias e a liquidação e partilha realizar-se-á como acordarem. Na falta de acordo e se alguma delas o pretender, será o activo social lícitado em bloco com obrigação do pagamento do passivo e adjudicado à sócia que melhor preço oferecer, em igualdade de condições.

ARTIGO 9.º
(Preferência na amortização)

A sociedade reserva-se o direito de amortizar a quota de qualquer sócia, quando sobre ela recaia arresto, penhora ou outra providência cautelar.

ARTIGO 10.º
(Foro competente)

Para todas as questões emergentes do presente contrato, quer entre sócias, seus herdeiros ou representantes, quer entre elas e a própria sociedade, fica estipulado o Foro da Comarca de Luanda, com expressa renúncia a qualquer outro.

ARTIGO 11.º
(Omisso)

No omisso regularão as deliberações sociais, as disposições da Lei n.º 1/04, de 13 de Fevereiro, que é a Lei das Sociedades Comerciais e a demais legislação aplicável.

(13-21483-L02)

Angohospitais, S. A.

Certifico que, por escritura de 19 de Novembro de 2013, lavrada com início a folhas 35, do livro de notas para escrituras diversas n.º 176-A, do Cartório Notarial do Guiché Único de Empresa, a cargo do Notário, Lúcio Alberto Pires da Costa, cujo texto integral fica depositado nesta Conservatória nos termos do n.os 3, 4 e 5 do artigo 169.º da Lei n.º 1/97, foi constituída uma sociedade anónima denominada «Angohospitais, S.A.», com sede em Luanda, no

Município de Luanda, Distrito Urbano da Ingombota, Largo Saydi Mingas, s/n.º, (Edifício Sede do BPC), que tem por objecto e capital social o estipulado nos artigos 2.º e 3.º do seu estatuto, que esta sociedade se vai reger pelo documento complementar elaborado nos termos do artigo 8.º do Código do Notariado, que fica a fazer parte integrante desta escritura e cujo conteúdo é perfeitamente conhecido de todos os outorgantes.

Está conforme.

Cartório Notarial do Guiché Único de Empresa, em Luanda, 20 de Novembro de 2013. — O ajudante, *ilegível*.

ESTATUTOS DA SOCIEDADE
ANGOHOSPITAIS, S.A.

CAPÍTULO I

ARTIGO 1.º
(Denominação, forma, duração e sede social)

1. A sociedade adopta a denominação «Angohospitais, S.A.», é constituída sob a forma de uma Sociedade anónima de responsabilidade limitada e durará por tempo indeterminado.

2. A sociedade tem a sua sede social na Província de Luanda, no Largo Saydi Mingas s/n.º (Edifício sede do BPC), Distrito Urbano da Ingombota, Município de Luanda.

- a) Por simples deliberação da Assembleia Geral, a sociedade poderá transferir ou deslocar a sua sede dentro do País, sem prejuízo das autorizações que, por lei, tenham de ser obtidas junto das autoridades públicas competentes;
- b) A mudança da sede para local não abrangido pelo número anterior é da competência da Assembleia Geral;
- c) O Conselho de Administração pode abrir e encerrar, no território nacional ou no estrangeiro, agências, delegações, sucursais, filiais ou outras formas de representação, nos termos da lei.

ARTIGO 2.º
(Objecto social)

1. A sociedade tem como objecto principal o desenvolvimento, construção e operação de hospitais, bem como a prestação de cuidados de saúde e serviços médicos a indivíduos ou grupos em qualquer especialidade da medicina, incluindo a informação, prevenção, diagnóstico e tratamento cirúrgico e extra-cirúrgicos.

2. A sociedade pode desenvolver todos e quais serviços relacionados à formação de quadros para a área de saúde.

3. A actividade que compreende o objecto social pode ser total ou parcialmente desenvolvida indirectamente através de participação em outras sociedades com o mesmo objecto ou objecto análogo.

4. A sociedade pode, por deliberação da Assembleia Geral, dedicar-se a qualquer outro ramo de actividade eco-

nómica em que os sócios deliberem e desde que permitido por lei e poderá, nomeadamente:

- a) Adquirir ou aceitar, participações noutras sociedades;
- b) De qualquer forma colaborar com outras sociedades, mesmo que reguladas por leis especiais, com objecto igual ou diferente do seu;
- c) Participar em/ou colaborar com agrupamentos de empresas e/ou associações sob qualquer forma não proibida por lei;
- d) Participar, directa ou indirectamente, em projectos de desenvolvimento que de alguma forma concorram para o objecto da sociedade, tais como comércio geral, importação e exportação.

CAPÍTULO II

CAPITAL SOCIAL E ACÇÕES

ARTIGO 3.º

(Capital social)

O capital social, integralmente subscrito e realizado em dinheiro, é o equivalente em kwanzas a USD 70.000,00 (setenta mil dólares americanos) que ao câmbio actual perfaz o montante de Kz: 7.000.000,00 (sete milhões kwanzas) que está dividido em 3000 (três mil acções), com o valor nominal de Kz: 700,00 (setecentos kwanzas) cada uma.

ARTIGO 4.º

(Acções)

1. Todas as acções representativas do capital social possuem natureza jurídica de acções ao portador.
2. Por solicitação dos accionistas, as acções poderão ser convertidas em acções nominativas.
3. As acções são registadas, obrigatoriamente, no livro de registo de acções da sociedade, sendo considerada accionista a pessoa singular ou colectiva, aquela que for possuidor das acções e subscrição do livro de acções.
4. Haverá títulos de 10, 50, 100 e 1000 (dez, cinquenta, cem e mil) acções, mas os accionistas podem a todo o tempo solicitar o desdobramento ou concentração dos títulos.

ARTIGO 5.º

(Transmissão de acções)

1. A transmissão de acções depende do consentimento da sociedade, mesmo que se realize entre accionistas, competindo à Assembleia Geral de accionistas conceder ou recusar o consentimento por maioria absoluta dos votos emitidos, independentemente do capital representado, não sendo contadas as abstenções para a determinação desta maioria.
2. O accionista que pretenda transmitir as suas acções, deverá notificar a Sociedade, por carta registada dirigida à sede social, acompanhada do certificado de inscrição das acções a ceder, com indicação da quantidade, número das acções, nome, apelido, profissão, domicílio e nacionalidade do(s) transmissário(s) proposto(s) e do preço e das condições da transmissão.

3. A Assembleia Geral de accionistas deve, num prazo não superior a 60 (sessenta) dias, pronunciar-se sobre o pedido formulado, findo o qual a transmissão solicitada considera-se livre.

4. Em caso de recusa do consentimento, que deve ser fundamentada, a sociedade obriga-se a fazer adquirir acções por outra pessoa nas condições estipuladas para a transmissão para que foi solicitado o consentimento.

ARTIGO 6.º

(Direito de preferência)

1. Os accionistas, na proporção das acções que já possuem, gozam do direito de preferência no caso de subscrição de novas acções ou de transmissão de acções.

2. Salvo disposição legal em contrário, os accionistas deverão, num prazo não superior a 15 (quinze) dias contados a partir da data do consentimento da sociedade para a transmissão de acções, exercer o direito de preferência na aquisição de acções, nas mesmas condições que o transmissor se propôs efectuar a transmissão.

ARTIGO 7.º

(Acções próprias)

A sociedade pode adquirir acções próprias, nas condições e dentro dos limites autorizados por lei.

CAPÍTULO III

Órgãos Sociais

ARTIGO 8.º

(Órgãos da sociedade e mandatos)

1. São órgãos da sociedade:
 - a) A Assembleia Geral dos accionistas;
 - b) O Conselho de Administração;
 - c) O Conselho Fiscal.
2. O mandato dos membros dos órgãos sociais tem uma duração de 5 (cinco) anos, sendo permitida a sua reeleição.
3. Os membros dos órgãos sociais consideram-se empossados na data da eleição e mantêm-se em efectividade de funções até à eleição de quem os substitua.
4. Os membros dos órgãos sociais têm direito à remuneração que vier a ser fixada pela Assembleia Geral.
5. Os órgãos sociais deverão reunir com a periodicidade estabelecida na lei ou nos regulamentos internos que vierem a ser aprovados que, igualmente, deverão estabelecer o modo de convocação e o quórum para reunir ou para deliberar.
6. De cada reunião será lavrada uma acta que deverá ser assinada por todos os presentes.
7. Os administradores ficam dispensados de caucionar a sua gestão.

SECÇÃO I

Assembleia Geral

ARTIGO 9.º

(Constituição da Assembleia Geral e direito de voto)

1. A Assembleia Geral é constituída pelas pessoas singulares ou colectivas que, segundo a lei e o contrato de sociedade, tiverem direito a, pelo menos, um voto.

2. Só poderão participar nas Assembleias Gerais os titulares de acções averbadas em seu nome, no livro de acções da sociedade, até 15 (quinze) dias antes da reunião.

3. Para o efeito do disposto no número anterior, as acções deverão manter-se registadas em nome dos accionistas, pelo menos, até ao encerramento da reunião da Assembleia Geral.

4. Os membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal devem estar presentes nas reuniões da Assembleia Geral, podendo intervir nos trabalhos, apresentar propostas e participar dos debates, salvo decisão em contrário da Assembleia Geral nos casos em que a lei o permita.

ARTIGO 10.º

(Voto e unidade)

1. A cada grupo de 600,00 (seiscentas) acções correspondem 1 (um) voto.

2. Os accionistas que não possuam o número de acções que lhes atribua direito de voto poderão agrupar-se de forma a perfazê-lo, devendo designar, por acordo, um só de entre eles para os representar na Assembleia Geral.

ARTIGO 11.º

(Representações em Assembleia Geral)

1. Sem prejuízo dos preceitos imperativos da lei sobre representação, qualquer accionista que tenha direito a assistir às Assembleias Gerais, pode fazer-se representar por terceiro, desde que este seja o seu cônjuge, ascendente ou descendente, membro do Conselho de Administração ou accionista.

2. Para se fazer representar em Assembleia Geral, o accionista deve enviar uma carta por si subscrita ao Presidente da Mesa da Assembleia Geral, identificando o representante; a carta que conceda poderes de representação em Assembleia Geral deve ser arquivada na sociedade e é válida para uma Assembleia especificada, quer reúna em primeira quer em segunda convocação.

3. As pessoas colectivas deverão comunicar ao Presidente da Mesa da Assembleia Geral, por carta subscrita por quem tenha poderes para o feito, recebida até 24 horas antes da data de realização da Assembleia, com a indicação do nome da pessoa que as represente.

ARTIGO 12.º

(Mesa da Assembleia Geral)

A Mesa da Assembleia Geral será constituída por um presidente e dois vogais, que podem ser ou não accionistas.

ARTIGO 13.º

(Convocação, quórum e reunião)

1. A Assembleia Geral, quando a lei não estipule de forma diferente, será convocada pelo respectivo Presidente da Mesa, com uma antecedência mínima de 30 (trinta) dias relativamente à data da reunião, mediante carta registada ou outro meio capaz de comprovadamente e atempadamente fazer chegar o aviso, nomeadamente telex, fax ou correio electrónico, devendo mencionar sempre a ordem de trabalhos.

2. Salvo nos casos em que a lei exija determinada maioria para reunir, a Assembleia Geral considera-se regularmente constituída, em primeira convocação, independentemente do capital social representado.

3. A Assembleia Geral convocada para deliberar sobre a fusão, cisão ou transformação da sociedade e para proceder à alteração dos estatutos só se considera regularmente constituída se estiverem presentes ou representados accionistas que representem dois terços do capital social.

4. Se por estipulação legal ou estatutária, em primeira convocatória, não estiver reunido o capital suficiente para a Assembleia Geral pode validamente funcionar, esta poderá reunir em segunda convocação com qualquer número de accionistas, podendo a convocatória da Assembleia Geral fixar, desde logo, a data da segunda reunião.

5. A segunda reunião deverá ter lugar não antes de 15 (quinze) dias a seguir à primeira data marcada para a realização da primeira.

6. A Assembleia Geral reunir-se-á:

- a) Em sessão ordinária, no primeiro trimestre de cada ano;
- b) Em sessão extraordinária, sempre que o Conselho de Administração ou o Conselho Fiscal julguem conveniente e o requeiram ao Presidente da Mesa ou quando requerida, a este mesmo órgão, por accionistas que representem, pelo menos, 5% do capital subscrito.

ARTIGO 14.º

(Competência da Assembleia Geral)

1. Para além do que estiver estipulado na lei e nos estatutos, compete, em especial, à Assembleia Geral:

- a) Eleger os membros dos órgãos sociais os respectivos presidentes fixar a remuneração que lhes caberá;
- b) Aprovar o relatório de gestão, as contas do exercício e o parecer do Conselho Fiscal;
- c) Definir as políticas gerais da sociedade;
- d) Promover a elaboração de planos de actividade e orçamentos anuais e plurianuais, aprovando-os e coordenando a sua execução;
- e) Decidir sobre a afectação dos lucros;
- f) Adquirir, onerar e alienar quaisquer bens e direitos sempre que o entenda conveniente para a sociedade;
- g) Decidir sobre a emissão de obrigações ou outros títulos negociáveis;
- h) Deliberar sobre a proposta de aplicação de resultados;
- i) Apreciar o desempenho da administração e fiscalização da sociedade e, sendo caso disso, destituir, dentro da sua competência, os administradores, mesmo que a destituição não conste da ordem de trabalhos;

- j) Realizar as eleições que forem da sua competência;
- k) Deliberar sobre quaisquer alterações do pacto social, nomeadamente, sobre os aumentos ou diminuições do capital.

2. Compete ainda à Assembleia Geral, deliberar sobre:

- a) A fusão ou cisão da sociedade;
- b) A dissolução ou liquidação da sociedade.

ARTIGO 15.º
(Maioria)

Salvo disposição imperativa da lei ou disposição estatutária em sentido diverso, as deliberações da Assembleia Geral serão tomadas por maioria absoluta dos votos emitidos, independentemente do capital representado, não sendo contadas as abstenções para a determinação desta maioria.

SECÇÃO II
Conselho de Administração

ARTIGO 16.º
(Composição)

1. A administração da sociedade será exercida por um Conselho de Administração composto por 3 (três) membros, eleitos pela Assembleia Geral, de entre accionistas ou terceiros, pessoas singulares ou colectivas, estas últimas desde que individualizem a pessoa física que exercerá o cargo em seu nome.

2. O Conselho de Administração elegerá, de entre os seus membros, o Vice-Presidente.

3. Os membros do Conselho de Administração estão dispensados de prestar caução nos termos da lei.

ARTIGO 17.º
(Delegação de poderes)

1. Salvo disposição legal em contrário e sem prejuízo de poder continuar a deliberar sobre as matérias da sua competência, o Conselho de Administração poderá delegar em um ou mais administradores, a gestão de assuntos determinados e específicos, e poderá também delegar num ou mais administradores ou numa comissão executiva, constituída por um número ímpar de administradores, a gestão corrente da sociedade, devendo, num e noutro caso, definir em acta os limites e as condições da delegação.

2. Sendo criada uma comissão executiva, o Conselho de Administração deverá definir a sua composição e modo de funcionamento.

ARTIGO 18.º
(Atribuições do Conselho de Administração)

Para além do disposto na lei e nos presentes estatutos, ao Conselho de Administração compete, em especial:

- a) Gerir os negócios sociais e praticar todos os actos e operações inerentes ao seu objecto social;
- b) Elaborar e submeter à Assembleia Geral o relatório de contas de cada exercício social;
- c) Definir a organização interna da sociedade, aperfeiçoar e racionalizar os métodos de trabalho,

elaborar os regulamentos internos, manuais e instruções que entender convenientes;

d) Representar a sociedade em juízo e fora dele, activa e passivamente, podendo, nomeadamente, recorrer a árbitros ou tribunais arbitrais para solução de conflitos;

e) Constituir mandatários para o exercício de actos determinados e delegar os poderes nos membros conforme julgue conveniente;

f) Contratar os trabalhadores da empresa, fixar-lhes as condições contratuais aprovadas pela Assembleia Geral e exercer o poder disciplinar.

ARTIGO 19.º
(Presidente do Conselho de Administração)

1. Compete especialmente ao Presidente do Conselho de Administração:

- a) Representar a sociedade;
- b) Convocar e dirigir as reuniões do Conselho e coordenar a respectiva actividade;
- c) Zelar pela correcta execução das deliberações do Conselho de Administração.

2. Na falta ou impedimento do Presidente do Conselho de Administração este será substituído pelo vice-presidente ou por um vogal do Conselho de Administração por si designado para o efeito.

ARTIGO 20.º
(Reuniões)

1. O Conselho de Administração reunir-se-á ordinariamente com a periodicidade por si fixada, e extraordinariamente, sempre que seja convocado pelo seu presidente ou pela iniciativa de pelo menos dois dos seus administradores, com uma antecedência mínima de 7 (sete) dias relativamente à data da reunião, mediante carta registada ou outro meio capaz de comprovada e atempadamente fazer chegar o aviso, nomeadamente telex, fax ou correio electrónico.

2. O Conselho de Administração reúne-se validamente com a presença ou representação da maioria dos seus membros em exercício, devendo as deliberações constar de acta.

3. As deliberações do Conselho de Administração serão tomadas por maioria absoluta dos votos dos administradores presentes ou representados.

4. Um administrador pode fazer-se representar numa reunião do Conselho de Administração por outro administrador, mediante carta dirigida ao Presidente do Conselho de Administração a solicitar a representação, mas cada instrumento de representação não pode ser utilizado por mais de uma vez.

ARTIGO 21.º
(Forma de obrigar a Sociedade)

A sociedade obriga-se:

- a) Pela assinatura conjunta de dois membros do Conselho de Administração, dentro dos limites dos

poderes que lhes hajam sido conferidos pelo Conselho;

- b) Pela assinatura conjunta de dois membros do Conselho de Administração e um Procurador da Sociedade, no limite do respectivo mandato.

SECÇÃO III Conselho Fiscal

ARTIGO 22.º (Fiscalização da Sociedade)

1. A fiscalização da actividade social será exercida por um Conselho Fiscal ou por um Fiscal-Único e, em caso de impedimento, por um suplente.

2. O Fiscal-Único e o seu suplente têm de ser, obrigatoriamente, peritos contabilista ou contabilistas, membros ou não de sociedades de peritos contabilistas, os quais não podem ser accionistas da sociedade.

CAPÍTULO IV Dissolução e Liquidação

ARTIGO 23.º (Dissolução e liquidação)

A dissolução e liquidação da sociedade reger-se-ão pelas disposições da lei aplicável.

CAPÍTULO V Ano Social, Aplicação de Resultados

ARTIGO 24.º (Ano social)

O ano social coincide com o ano civil.

ARTIGO 25.º (Aplicação de Resultados)

1. Salvo cláusula contratual ou deliberação aprovada por maioria de três quartos dos votos correspondentes ao capital social, em assembleia regularmente convocada para o efeito, a sociedade distribui, anualmente, pelo menos metade dos lucros do exercício distribuíveis.

2. Um valor nunca inferior à vigésima parte dos lucros líquidos da sociedade é afectado à constituição ou reintegração da reserva legal, até que esta perfaça um valor equivalente à quinta parte do capital social.

3. O remanescente será afectado aos fins que o Conselho de Administração deliberar.

CAPÍTULO VI Disposições Finais e Transitórias Assunção pela Sociedade de Negócios Anteriores ao Registo

ARTIGO 26.º (Autorização de celebração de negócios após a constituição da sociedade e anteriores ao registo)

Nos termos dos artigos 21.º, n.º 1, alínea d) e 4, da Lei das Sociedades Comerciais, ficam os administradores expressamente autorizados pelo presente instrumento, a proceder à assinatura de quaisquer contratos, contratos promessa ou outros documentos, junto de quaisquer instituições, públi-

cas ou privadas, inerentes à aquisição de direitos sobre bens imóveis, financiamentos, prestação de serviços e outros, necessários à prossecução do objecto social da sociedade.

(13-21486-L02)

Alfrevir, Limitada

Certifico que, por escritura de 16 de Dezembro de 2013, lavrada com início a folhas 56, do livro de notas para escrituras diversas n.º 336, do Cartório Notarial do Guiché Único da Empresa, a cargo do Notário, Lúcio Alberto Pires da Costa, Licenciado em Direito, foi constituída entre:

Primeiro: — João Domingos Alfredo, solteiro, maior, natural do Ebo, Província do Kwanza-Sul, residente habitualmente, no Município do Cazenga, Bairro do Cazenga, Casa n.º 186, Zona 18;

Segundo: — Virgínia Massela Domingas Cativa, solteira, maior, natural de Menongue, Província do Kuando Kubango, residente habitualmente em Luanda, no Distrito Urbano da Samba, Bairro do Benfica, Casa n.º 173, Zona 3;

Uma sociedade comercial por quotas de responsabilidade limitada, que se regerá nos termos constantes dos artigos seguintes.

Cartório Notarial do Guiché Único da Empresa, em Luanda, 16 de Dezembro de 2013. — O auxiliar, *ilegível*.

ESTATUTOS DA SOCIEDADE ALFRE VIR, LIMITADA

1.º

A sociedade adopta a denominação de «Alfrevir, Limitada», com sede em Kuando Kubango, Bairro Azul, Rua da Escola, s/n.º, Município do Menongue, podendo transferi-la livremente para qualquer outro local do território nacional, bem como abrir filiais, sucursais, agências ou outras formas de representação dentro e fora do País.

2.º

A sua duração é por tempo indeterminado, contando-se o início da sua actividade, para todos os efeitos legais, a partir da data da celebração da presente escritura.

3.º

A sociedade tem como objecto social a recolha e transporte de resíduos sólidos e urbanos, recolha e transporte de resíduos tóxicos e perigosos, recolha e transporte de resíduos industriais, recolha e transporte de resíduos hospitalares, centrais de transferência de resíduos sólidos urbanos e industriais, limpeza de escritórios, aeroportos, metropolitano, portos, jardins, instalações industriais, matadouros, mercados e todo o tipo de instalações sejam públicas ou privadas, limpeza urbana, tratamento e eliminação de resíduos sólidos urbanos, industriais, hospitalares, tóxicos e perigo-

sos, aterros sanitários, centrais de tratamento, reciclagem, compostagens e incineração, com ou sem recuperação de energia, prestação de serviços e consultoria ligados à análise de projectos e impacto do meio ambiente, pesquisas e estudo do meio ambiente, comércio geral e indústria, hotelaria e turismo, *rent-a-car*, prestação de serviços relacionadas com as telecomunicações e tecnologias de informação, construção civil e obras públicas, serralharia, caixilharia de alumínio, agricultura e agro-pecuária, publicidade, venda de equipamentos, máquinas e ferramentas para construção civil, consultoria, exploração mineira e florestal, comercialização de telefones e seus acessórios, transporte marítimo, camionagem, agente despachante e transitários, compra e venda de viaturas, novas ou usadas e seus acessórios, aluguer de viaturas, venda e reparação de veículos automóveis, concessionária de material e peças separadas de transporte, fabricação de blocos e vigotas, comercialização de combustíveis e lubrificantes, exploração de bombas de combustíveis e estação de serviço, comercialização de medicamentos, material cirúrgico, gastável e hospitalar, produtos químicos e farmacêuticos, centro médico, clínica, perfumaria, plastificação de documentos, venda de material de escritório e escolar, decorações, serigrafia, impressões, agência de viagens, promoção e mediação imobiliária, perfumaria, relações públicas, pastelaria, geladaria, panificação, representações comerciais e industriais, venda de gás de cozinha, desporto e recreação, video clube, discoteca, realizações de actividades culturais e desportivas, manutenção de espaços verdes, segurança de bens patrimoniais, educação e cultura, escola de condução, saneamento básico, arquitectura e paisagismo, desinfestação, fabricação e venda de gelo, *cyber café*, electricidade, importação e exportação, exercício de operações petrolíferas que inclui a pesquisa, desenvolvimento e produção, exercício de actividades de formação, organização de seminários e conferências, consultoria e representação de companhias e na prestação de serviços de apoio às actividades petrolíferas, *marketing*, gestão financeira e gestão de participações sociais, armazenagem, comercialização e distribuição de produtos petrolíferos refinados, exploração e gestão de depósitos de combustíveis e lubrificantes, produtos petrolíferos refinados para os mercados nacionais e internacional e em geral, empreitadas de obras públicas e privadas, reparações, promoção e intermediação imobiliária, construção de infra-estruturas, montagem de elementos pré-fabricados, execução e reparação de sistemas de abastecimento de água e de redes de esgotos, consultoria e auditoria de segurança, formação e tratamento, exploração de posto de abastecimento de combustível derivados de petróleo e lojas de conveniência, serviço de suporte técnico de tecnologia de formação, fornecimento de mãos de obra especializada, serviço de recepção e protocolo, exploração mineira, florestal e agro-pecuária, transportes e logística em que os sócios acordem e seja permitido por lei.

4.º

O capital social é de Kz: 100.000,00 (cem mil kwanzas), integralmente realizado em dinheiro, dividido e representado por duas quotas iguais, no valor nominal de Kz 50.000,00 (cinquenta mil kwanzas), cada uma, pertencentes aos sócios João Domingos Alfredo e Virginia Massela Domingas Cativa, respectivamente.

5.º

O capital social poderá ser aumentado por deliberação dos sócios, e na proporção das suas quotas, ou na forma como se vier a acordar.

6.º

A cessão de quotas a estranhos fica dependente do consentimento da sociedade, à qual é sempre reservado o direito de preferência, deferido aos sócios se a sociedade dele não quiser fazer uso.

7.º

1. A gerência e administração da sociedade, em todos os actos e contratos, em juízo e fora dele, activa e passivamente, incumbem aos sócios João Domingos Alfredo e Virginia Massela Domingas Cativa, que desde já ficam nomeados gerentes, bastando 1 (uma) assinatura dos gerentes para obrigar validamente a sociedade.

2. Os gerentes nomeados poderão delegar no outro sócio ou em pessoa estranha à sociedade, parte dos seus poderes de gerência conferindo para o efeito o respectivo mandato, em nome da sociedade.

3. Em caso algum, a sociedade poderá ser obrigada em actos ou operações de interesse alheio, nomeadamente, em avales, fianças e actos semelhantes e estranhos aos negócios sociais.

8.º

As Assembleias Gerias serão convocadas por simples cartas registadas, dirigidas aos sócios com 30 dias de antecedência no mínimo, isto quando a lei não prescreva formalidades especiais de comunicação. Se qualquer dos sócios estiver ausente da sede social, a comunicação deverá ser feita com tempo suficiente para que possa comparecer.

9.º

Os lucros líquidos apurados, depois de deduzida a percentagem para fundos ou destinos especiais criados em Assembleia Geral, serão divididos pelos sócios na proporção das suas quotas, e em igual proporção serão suportadas as perdas se as houver.

10.º

A sociedade não se dissolverá por morte ou impedimento de qualquer dos sócios, continuando a sua existência com o sobrevivente e herdeiros ou representantes do sócio falecido ou

interdito, devendo estes nomear um que a todos represente, enquanto a quota se mantiver indivisa.

11.º

Dissolvida a sociedade por acordo dos sócios serão liquidatários e a liquidação e partilha verificar-se-ão como acordarem.

Na falta de acordo, e se algum deles o pretender, será o activo social lícitado em globo com obrigação do pagamento do passivo e adjudicado ao sócio que melhor preço oferecer, em igualdade de condições.

12.º

A sociedade reserva-se o direito de amortizar a quota de qualquer sócio, quando sobre ela recaia arresto, penhora ou providência cautelar.

13.º

Para todas as questões emergentes do presente contrato, quer entre os sócios, seus herdeiros ou representantes, quer entre eles e a própria sociedade, fica estipulado o Foro da Comarca de Luanda, com expressa renúncia a qualquer outro.

14.º

Os anos sociais serão os civis e os balanços serão dados em 31 de Dezembro de cada ano, devendo encerrar a 31 de Março imediato.

15.º

No omissso regularão as deliberações sociais, as disposições da Lei n.º 1/04, de 13 de Fevereiro, Lei das Sociedades Comerciais, e demais legislação aplicável.

(13-21487-L02)

Alsystem, Limitada

Certifico que, por escritura de 17 de Dezembro de 2013, lavrada com início a folhas 70, do livro de notas para escrituras diversas n.º 336, do Cartório Notarial do Guiché Único da Empresa, a cargo do Notário, Lúcio Alberto Pires da Costa, Licenciado em Direito, foi constituída entre:

Primeiro: — José Manuel Miranda Bonifácio, solteiro, maior, natural do Sambizanga, Província de Luanda, onde reside habitualmente, no Distrito Urbano do Sambizanga, Bairro Operário, Rua de Benguela, n.º 393, que outorga neste acto por si individualmente e em representação da sociedade «PROTAV — Indústria Transformadora de Alumínio e Vidro, Limitada», com a sede em Luanda, Município de Belas, Bairro do Lar Patriota-Benfica, Instalada da Estrada Kenguela Norte;

Segundo: — Adelino da Costa, solteiro, maior, natural da Maianga, Província de Luanda, onde reside habitualmente, no Distrito Urbano da Ingombota, Bairro Kanaga, Rua Beco 2;

Uma sociedade comercial por quotas de responsabilidade limitada, que se regerá nos termos constantes dos artigos seguintes.

Está conforme.

Cartório Notarial do Guiché Único da Empresa, em Luanda, 17 de Dezembro de 2013. — O ajudante, *ilegível*.

PACTO SOCIAL DA SOCIEDADE ALSYSTEM, LIMITADA

CAPÍTULO I

Tipo, Denominação, Sede, Objecto e Duração

ARTIGO 1.º

(Tipo e denominação)

A sociedade, constituída sob a forma de sociedade por quotas adopta a denominação de «Alsystem, Limitada».

ARTIGO 2.º

(Duração e sede)

1. A sociedade durará por tempo indeterminado e tem a sua sede na Província de Luanda, instalada na Rua do Ifal, casa s/n.º, Bairro da Cambamba, Distrito Urbano da Samba, Município de Belas.

2. Por simples deliberação da Gerência, a sede social poderá ser transferida para outro local, dentro da República de Angola e do mesmo modo, poderá a sociedade abrir, transferir ou encerrar filiais, sucursais, agências ou qualquer outra forma de representação social, no território nacional ou no estrangeiro.

3. A sociedade considera-se domiciliada nos lugares onde vier a estabelecer sucursais, com relação aos negócios concluídos por estas.

ARTIGO 3.º

(Objecto)

1. A sociedade tem por objecto a lacagem de alumínio e seus derivados, comércio e distribuição de alumínio e seus derivados, comércio geral a grosso e a retalho, promoção, mediação, gestão e exploração de imóveis ou empreendimentos próprios ou alheios, incluindo a sua exploração comercial ou turística, agro-pecuária, agricultura, hotelaria e turismo, telecomunicações, construção civil e obras públicas, segurança privada, transportes rodoviários, aéreos e marítimos, agente de navegação, comércio de medicamentos, material cirúrgico e hospitalar, comercialização de viaturas e assistência técnica, serviços de saúde, gestão hospitalar, agência de viagens, pescas e derivados, agências de espectáculos, educação e ensino, *rent-a-car*, prestação de serviços, representações comerciais, importação e exportação, podendo entretanto dedicar-se a qualquer ramo de comércio ou indústria em que os sócios acordem e seja permitido por lei.

2. É livremente permitida a participação da sociedade no capital social de outras sociedades, nacionais ou internacionais, mesmo com objecto diferente do seu ou reguladas por

leis especiais ou em agrupamentos de empresas, consórcios ou entidades de natureza semelhante, assim como, em sociedades gestoras de participações sociais, desde que o faça como sócia de responsabilidade limitada.

CAPÍTULO II Capital Social e Quotas

ARTIGO 4.º (Capital social)

1. O capital social, integralmente realizado e subscrito em dinheiro, é de Kz: 100.000,00 (cem mil kwanzas), dividido por 2 (duas) quotas, distribuídas da seguinte forma:

Uma quota, do valor nominal de Kz: 50.000,00 (cinquenta mil kwanzas), titulada pela sociedade «PROTAV — Indústria Transformadora de Alumínio e Vidro, Limitada».

Uma quota, do valor nominal de Kz: 50.000,00 (cinquenta mil kwanzas), titulada pelo sócio Adelino da Costa.

2. O capital social pode ser aumentado por deliberação dos sócios e na proporção das suas quotas ou na forma como se vier a acordar.

ARTIGO 5.º (Transmissão das quotas)

1. É livre a cessão de quotas entre os sócios.
2. Fora dos casos previstos no número anterior, a cessão de quotas, no todo ou em parte, a título gratuito ou oneroso, carece do consentimento prévio da sociedade, reservando-se a esta, em primeiro lugar, e aos sócios não cedentes, em segundo, com eficácia real, o direito de preferência, a exercer nos termos gerais.

ARTIGO 6.º (Amortização das quotas)

1. Para além dos casos previstos na lei, a sociedade, por deliberação da Assembleia Geral, a realizar no prazo de 60 (sessenta) dias, contados do conhecimento do respectivo facto, poderá amortizar a quota de qualquer sócio, nos seguintes casos:

- a) Por acordo com o sócio;
- b) Por penhora, arresto, arrolamento ou qualquer outro acto que implique a arrematação ou a adjudicação da quota;
- c) Por morte ou extinção, no caso de pessoa colectiva, falência, insolvência, interdição ou inabilitação de qualquer sócio;
- d) Por partilha, judicial ou extrajudicial, da quota, na parte em que não for adjudicada ao seu titular;
- e) Por cessão da quota, sem consentimento da sociedade, de harmonia com o disposto no n.º 2, do artigo 5.º do pacto social;
- f) Por ausência do sócio, sem que dele se saibam notícias, durante mais de 2 (dois) anos.

2. Salvo acordo em contrário, nos casos contemplados nas alíneas b) a f), do n.º 1, deste artigo, a contrapartida da amortização das quotas será a que corresponder ao seu valor,

apurado segundo o último balanço legalmente aprovado, podendo o seu quantitativo ser pago em quatro prestações semestrais iguais e sucessivas.

3. A quota amortizada figurará como tal no balanço, podendo, porém, os sócios deliberar, nos termos legais, correspondente redução do capital ou o aumento do valor das restantes quotas ou, ainda, a criação de uma ou mais quotas, para alienação a um ou a alguns dos sócios ou a terceiros.

CAPÍTULO III Órgãos Sociais

SECÇÃO I Disposições Gerais

ARTIGO 7.º (Órgãos sociais)

A sociedade tem os seguintes órgãos: a Assembleia Geral e a Gerência.

SECÇÃO II Assembleia Geral de Sócios

ARTIGO 8.º (Competência)

A Assembleia Geral compete deliberar sobre todas as matérias que a lei lhe atribua, com excepção das atribuídas pelo presente pacto social à Gerência, obrigando as suas deliberações, quando validamente aprovadas, todos os sócios e órgãos sociais.

ARTIGO 9.º (Mesa)

A Mesa da Assembleia Geral é constituída por um presidente e por um secretário, eleitos em Assembleia Geral, de entre sócios ou não.

ARTIGO 10.º (Convocação)

1. As Assembleias Gerais serão convocadas nos termos da lei.
2. A Assembleia Geral reunir-se-á, ordinariamente, uma vez por ano, para apreciação e votação do relatório, contas, aplicação de resultados e apreciação geral da administração da sociedade e, extraordinariamente, sempre que o seu presidente a convoque, por iniciativa própria, a solicitação da Gerência ou dos sócios que reúnam as condições legais para tal.
3. Na convocatória de uma Assembleia Geral pode, desde logo, ser fixada uma segunda data de reunião, para o caso de ela não poder reunir na primeira data marcada, por falta de representação do capital social exigida, por lei ou pelo pacto social, desde que entre as duas datas mediem mais de 30 dias.

ARTIGO 11.º (Representação dos sócios)

1. Qualquer sócio pode fazer-se representar, nas reuniões da Assembleia Geral, por outros sócios ou por estranhos, mediante carta dirigida ao Presidente da Mesa, em que iden-

tifique o seu representante e indique a duração e o âmbito dos poderes que lhe são conferidos, ou por procuração.

2. Os incapazes e as pessoas colectivas serão representados pela pessoa a quem, legal ou voluntariamente, couber a respectiva representação ou por quem esta indicar, pela forma prevista no número anterior.

3. No caso de contitularidade de quotas, só o representante comum, ou um representante deste, poderá participar nas reuniões da Assembleia Geral.

4. Os gerentes poderão estar presentes nas reuniões da Assembleia Geral e, mesmo que não disponham de direito de voto, poderão intervir nos trabalhos, apresentar propostas e participar nos seus debates.

ARTIGO 12.º (Quórum)

A Assembleia Geral só poderá reunir e validamente deliberar, em geral, estando presentes ou representados sócios que representem a maioria do capital social.

ARTIGO 13.º (Deliberações)

1. As deliberações de alteração do contrato e de fusão, cisão, transformação ou dissolução da sociedade, bem como a chamada de prestações suplementares, exigirão a aprovação por maioria de três quartos do capital social.

2. A aprovação de quaisquer outras deliberações, salvo disposição, legal ou contratual, em sentido contrário, requererá a maioria absoluta dos votos correspondentes à totalidade do capital social.

SECÇÃO III Gerência

ARTIGO 14.º (Composição e deliberações)

1. A sociedade será gerida e representada, em juízo e fora dele, por dois gerentes, José Manuel Miranda Bonifácio e por Adelino da Costa.

2. Os gerentes eleitos não poderão ser destituído por maioria inferior àquela que o elegeu.

3. Para efeitos do disposto no artigo 287.º da Lei das Sociedades Comerciais, os gerentes ficam, desde já, autorizados a exercer actividade concorrente com a sociedade, podendo a presente autorização ser revogada no caso concreto da nomeação de cada um dos gerentes, em cada mandato.

ARTIGO 15.º (Competência)

1. À Gerência cabe deliberar sobre todos os actos de administração e disposição que não estejam expressamente reservados, pela lei ou por este pacto social, aos outros órgãos sociais, competindo-lhe, nomeadamente:

- a) Representar a sociedade, em juízo e fora dele;
- b) Definir a orientação dos negócios sociais;
- c) Adquirir, alienar, permutar ou onerar quaisquer bens, móveis ou imóveis, da sociedade, bem

como, proceder à alienação, oneração e locação de estabelecimento comercial;

- d) Abrir, transferir ou encerrar filiais, sucursais, agências ou qualquer outra forma de representação social, em território nacional ou no estrangeiro;
- e) Subscrever ou adquirir participações noutras sociedades, bem como, onerá-las ou aliená-las;
- f) Confessar, desistir ou transigir, em quaisquer pleitos judiciais, bem como, aceitar compromissos arbitrais;
- g) Contrair empréstimos junto de instituições de crédito;
- h) Nomear representantes da sociedade junto de outras sociedades ou associações.

2. Qualquer membro da Gerência poderá fazer-se substituir por outro membro, nas suas faltas ou impedimentos.

3. A Gerência poderá constituir mandatários ou procuradores da sociedade para a prática de determinados actos ou categorias de actos, atribuindo tais poderes através de procuração.

ARTIGO 16.º (Formas de obrigar)

1. A sociedade fica validamente obrigada, em todos os seus actos e contratos, pela assinatura de um dos gerentes nomeados.

2. Fica, porém, vedado aos gerentes vincular a sociedade em fianças, abonações, letras de favor ou em quaisquer outros actos ou contratos semelhantes ou estranhos aos negócios sociais.

CAPÍTULO IV Exercícios Sociais, Lucros e Reservas

ARTIGO 17.º (Exercício anual)

O exercício social coincide com o ano civil.

ARTIGO 18.º (Lucros)

Os lucros sociais, depois de deduzida a parte destinada a constituir reservas obrigatórias, terão o destino que lhes for dado por deliberação da Assembleia Geral, sem qualquer limitação que não seja a decorrente de disposição legal imperativa.

CAPÍTULO V Dissolução e Liquidação

ARTIGO 19.º (Casos de dissolução)

A sociedade só se dissolverá nos termos e casos previstos na lei.

ARTIGO 20.º (Liquidação)

Em caso de liquidação da sociedade, e salvo deliberação em contrário, os membros da Gerência em exercício, contra os quais não esteja em curso ou tenha sido deliberada a instauração de acção de responsabilidade, passarão a exercer as funções de liquidatários.

CAPÍTULO VI Disposições Diversas

ARTIGO 21.º (Mandatos e reeleição)

1. Os membros dos órgãos sociais são eleitos por um período de 4 anos, sendo sempre permitida a reeleição, por uma ou mais vezes.
2. Os membros dos órgãos sociais consideram-se empossados logo que eleitos, sem dependência de quaisquer outras formalidades.
3. Findos os respectivos mandatos, os membros dos órgãos sociais permanecerão em funções até à sua efectiva substituição, independentemente do prazo por que tiverem sido designados.

ARTIGO 22.º (Lei e foro aplicáveis)

1. O presente pacto social rege-se pela lei angolana.
2. Para todas as questões emergentes deste pacto social, quer entre os sócios ou seus representantes, quer entre eles e a própria sociedade, fica estipulado o Foro de Luanda, com renúncia expressa a qualquer outro.

ARTIGO 23.º (Casos omissos)

Quanto ao não previsto neste pacto social aplicar-se-ão as normas legais aplicáveis e, em particular, as disposições do Código Comercial, da Lei das Sociedades Comerciais e legislação complementar.

ARTIGO 24.º (Autorização)

As operações sociais poderão iniciar-se a partir de hoje, para o que a Gerência fica, desde já, autorizada a celebrar quaisquer negócios jurídicos em nome da sociedade, permitindo-se-lhe, ainda, o levantamento do depósito das entradas para a aquisição de equipamento.

(13-21496-L02)

JARDINS DA YOBA — Produção Agrícola, Limitada

Certifico que, por escritura de 17 de Dezembro de 2013, lavrada com início a folhas 34, do livro de notas para escrituras diversas n.º 180-A, do Cartório Notarial do Guiché Único da Empresa, a cargo do Notário, Lúcio Alberto Pires da Costa, Licenciado em Direito, foi constituída entre:

Primeiro: — Paulo Jorge do Amaral Pereira, casado com Svetlana Veniaminovna Laukhina Pereira, sob o regime de comunhão de adquiridos, natural de Chicomba, Província da Huila, residente habitualmente em Luanda, no Município de Luanda, Distrito Urbano e Bairro da Samba, Rua da Samba, Casa n.º 78;

Segundo: — Svetlana Veniaminovna Laukhina Pereira, casada com o primeiro outorgante, sob o regime acima mencionado, natural de Moscovo-Rússia, de nacionalidade russa, residente habitualmente em Luanda, no Município de Luanda, Distrito Urbano e Bairro da Samba, Rua da Samba, n.º 79;

Uma sociedade comercial por quotas de responsabilidade limitada, que se regerá nos termos constantes dos artigos seguintes.

Está conforme.

Cartório Notarial do Guiché Único da Empresa, Luanda, 17 de Dezembro de 2013. — O auxiliar, ilegível

ESTATUTO DA SOCIEDADE JARDINS DA YOBA — PRODUÇÃO AGRÍCOLA, LIMITADA

1.º

A sociedade adopta a denominação de «JARDINS DA YOBA — Produção Agrícola, Limitada», e tem a sua sede na Rua Eurico Miranda Pereira, n.º 7, Yoba, Município de Chibia, Província da Huila, podendo abrir filiais, sucursais ou qualquer outra forma de representação dentro do território nacional angolano onde e quando convier os negócios da sociedade.

2.º

A sua duração é por tempo indeterminado, contando-se o seu início, para todos os efeitos legais, a partir desta data.

3.º

O seu objecto social será o exercício da actividade de produção e comercialização de todos os tipos de cereais, hortícolas, frutícolas, aves, ovos, gado bovino, suíno e caprino, mel, bem como a fabricação e comercialização de compotas, marmeladas, goiabadas e geleias biológicas e importação de cereais, batatas, aves e todo o tipo de gado, indústria de matadouros de aves e fábrica de rações, podendo ainda dedicar-se a qualquer outra actividade, industrial e comercial, em que os sócios acordem e seja permitida por lei.

4.º

O capital social é de Kz: 300.000,00, integralmente realizado em dinheiro, dividido e representado por duas quotas, sendo uma de Kz: 180.000,00, pertencente ao sócio Paulo Jorge do Amaral Pereira e outra de Kz: 120.000,00, pertencente à sócia Svetlana Veniaminovna Laukhina Pereira.

5.º

Não serão exigíveis prestações suplementares de capital, mas os sócios poderão fazer os suprimentos de que ela necessitar, mediante os juros e nas condições que estipularem.

6.º

A cessão de quotas é livre, mas quando feita a estranhos fica dependente do consentimento da sociedade, à qual é sempre reservado o direito de preferência, deferido aos sócios se aquela dele não quiser fazer uso.

7.º

1. A gerência e administração da sociedade, em todos os seus actos e contratos, em juízo e fora dele, activa e passivamente, serão exercidas por ambos aos sócios Paulo Jorge do Amaral Pereira e Svetlana Veniaminovna Laukhina Pereira, que, dispensados de caução, ficam, desde já, nomeados gerentes, sendo obrigatória a assinatura de apenas um dos gerentes para obrigar validamente a sociedade.

2. Os sócios-gerentes poderão delegar, mesmo em pessoa estranha a sociedade, parte dos poderes de gerência, conferindo para o efeito o respectivo mandato.

3. Fica vedado aos gerentes obrigar a sociedade em actos e contratos estranhos aos negócios sociais, tais como letras de favor, fianças, abonações ou documentos semelhantes.

8.º

As Assembleias Gerais serão convocadas quando a lei não prescreva outras formalidades por meio de cartas registadas, dirigidas aos sócios com pelo menos 30 dias de antecedência.

9.º

Os lucros líquidos apurados, depois de deduzida a percentagem de 5% para o fundo de reserva legal e quaisquer outras percentagens para o fundo ou destinos especiais criados em Assembleia Geral, serão repartidos pelos sócios na proporção das suas quotas bem como as perdas se as houver.

10.º

A sociedade não se dissolverá por morte ou interdição de qualquer dos sócios, continuando com os sobreviventes ou capazes e os herdeiros ou representantes do sócio falecido ou interdito, devendo estes nomear um que a todos represente, enquanto a quota estiver indivisa.

11.º

Dissolvida a sociedade por acordo dos sócios e nos demais casos legais todos eles serão liquidatários e a liquidação e partilha procederão como acordarem. Na falta de acordo e se algum deles o pretender, será o activo social liciado em globo com a obrigação do pagamento do passivo e adjudicado ao sócio que melhor oferecer em igualdade de condições.

12.º

No omissio regularão as disposições da Lei n.º 1/04, de 13 de Fevereiro, as deliberações sociais tomadas em formas legais e demais legislação aplicável.

(13-21488-L02)

K&LO — Móveis, Limitada

Certifico que, por escritura de 16 de Dezembro de 2013, lavrada com início a folhas 66, do livro de notas para escri-

turas diversas n.º 336, do Cartório Notarial do Guiché Único da Empresa, a cargo da Notária, Isabel Tormenta dos Santos, Licenciada em Direito, foi constituída entre:

Primeiro: — António Maria do Nascimento Lourenço, casado com Viviana Marisa da Silva Carlos da Piedade Lourenço, sob o regime de comunhão de adquiridos, residente em Luanda, no Distrito Urbano do Rangel, Bairro Rangel, Rua da Bolama, Casa n.º 5, Zona 15.

Segundo: — José Kidi Moura Francisco, solteiro, maior, residente em Luanda, no Distrito Urbano do Kilamba Kiaxi, Bairro Golf II, Vila Estoril, Casa n.º 20.

Uma sociedade comercial por quotas de responsabilidade limitada, que se regerá nos termos constantes dos artigos seguintes.

Está conforme.

Cartório Notarial do Guiché Único da Empresa, em Luanda, 16 de Dezembro de 2013. — O ajudante, *ilegível*.

ESTATUTO DA SOCIEDADE K&LO — MÓVEIS, LIMITADA

ARTIGO 1.º

(Denominação e sede)

A sociedade adopta a denominação de «K&LO — Móveis, Limitada», com sede social na Província de Luanda, Rua do Largo Mumbiri, Quarteirão Rio Kwanza, Edifício 429, Apartamento 4, Nova Centralidade Kilamba, Município de Belas, podendo transferi-la livremente para qualquer outro local do território nacional, bem como abrir filiais, sucursais, agências ou outras formas de representação dentro e fora do País.

ARTIGO 2.º

(Duração)

A sua duração é por tempo indeterminado, contando-se o início da sua actividade, para todos os efeitos legais, a partir da data da celebração da presente escritura.

ARTIGO 3.º

(Objecto)

A sociedade tem como objecto social o comércio geral a grosso e a retalho, importação e exportação, venda de móveis e imóveis, prestação de serviços, hotelaria e turismo, indústria, pescas, agro-pecuária, agricultura, informática, telecomunicações, construção civil e obras públicas, modas e confecções, transportes marítimo, aéreo e terrestre, camionagem, transitários, *rent-a-car*, compra e venda de viaturas novas e de ocasião ou usadas, aluguer de viaturas com ou sem condutor, transportes de passageiros ou de mercadorias, oficina auto, venda de material de escritório e escolar, salão de cabeleireira, botequim, assistência técnica, comercialização de petróleo e lubrificantes, farmácia, centro médico, clínica geral, perfumaria, agência de viagens, promoção e mediação imobiliária, relações públicas, pastelaria, panificação, geladaria, exploração de parques de diversões, realização de

espectáculos culturais, recreativos e desportivos, exploração mineira e florestal, exploração de bombas de combustíveis, estação de serviços, representações comerciais, serralharia, carpintaria, venda de alumínio e sua utilização, cultura e ensino geral, segurança de bens patrimoniais, podendo ainda dedicar-se a qualquer outro ramo do comércio ou indústria em que os sócios acordem e seja permitido por lei.

ARTIGO 4.º
(Capital)

O capital social é de Kz: 100.000,00, (cem mil kwanzas), integralmente realizado em dinheiro, dividido e representado por 2 (duas) quotas iguais no valor nominal de Kz: 50.000,00, (cinquenta mil kwanzas) cada uma, pertencentes aos sócios José Kidi Moura Francisco e António Maria do Nascimento Lourenço, respectivamente.

ARTIGO 5.º
(Cessão de quotas)

A cessão de quotas a estranhos fica dependente do consentimento da sociedade, à qual é sempre reservado o direito de preferência, deferido aos sócios se a sociedade dele não quiser fazer uso.

ARTIGO 6.º
(Gerência)

A gerência e administração da sociedade, em todos os seus actos e contratos, em juízo e fora dele, activa e passivamente, incumbe ao sócio António Maria do Nascimento Lourenço, que fica desde já nomeado gerente, com dispensa de caução, bastando a assinatura do gerente para obrigar validamente a sociedade.

1. Fica vedado ao gerente obrigar a sociedade em actos e contratos estranhos aos negócios sociais da sociedade, tais como letras de favor, fiança, abonações ou actos semelhantes.

ARTIGO 7.º
(Assembleia)

As Assembleias Gerais serão convocadas por simples cartas registadas, dirigidas aos sócios com pelo menos trinta (30) dias de antecedência, isto quando a lei não prescreva formalidades especiais de comunicação. Se qualquer dos sócios estiver ausente da sede social, a comunicação deverá ser feita com tempo suficiente para que possa comparecer.

ARTIGO 8.º
(Divisão dos lucros)

Os lucros líquidos apurados, depois de deduzida a percentagem para fundos ou destinos especiais criados em Assembleia Geral, serão divididos pelos sócios na proporção das suas quotas, e em igual proporção serão suportadas as perdas se as houver.

ARTIGO 9.º
(Dissolução)

A sociedade não se dissolverá por morte ou impedimento de qualquer dos sócios, continuando a sua existência com o sobrevivente e herdeiros ou representantes do sócio falecido ou interdito, devendo estes nomear um que a todos represente, enquanto a quota se mantiver indivisa.

ARTIGO 10.º
(Liquidação)

Dissolvida a sociedade por acordo dos sócios e nos demais casos legais, todos os sócios serão liquidatários e a liquidação e partilha realizar-se-á como acordarem. Na falta de acordo, e se algum deles o pretender, será o activo social licitado em bloco com obrigação do pagamento do passivo e adjudicado ao sócio que melhor preço oferecer, em igualdade de condições.

ARTIGO 11.º
(Preferência na amortização)

A sociedade reserva-se o direito de amortizar a quota de qualquer sócio, quando sobre ela recaia arresto, penhora ou providência cautelar.

ARTIGO 12.º
(Foro competente)

Para todas as questões emergentes do presente contrato, quer entre os sócios, seus herdeiros ou representantes, quer entre eles e a própria sociedade, fica estipulado o Foro da Comarca de Luanda, com expressa renúncia a qualquer outro.

ARTIGO 13.º
(Balanços)

Os anos sociais serão os civis e os balanços serão dados em 31 de Dezembro de cada ano, devendo encerrar a 31 de Março imediato.

ARTIGO 14.º
(Omisso)

No omissio regularão as deliberações sociais, as disposições da Lei n.º 1/04, de 13 de Fevereiro, que é a Lei das Sociedades Comerciais, e demais legislação aplicável.
(13-21477-L02)

Delight Foods, Limitada

Certifico que, por escritura de 16 de Dezembro de 2013, lavrada com início a folhas 62, do livro de notas para escrituras diversas n.º 336, do Cartório Notarial do Guiché Único da Empresa, a cargo do Notário, Lúcio Alberto Pires da Costa, Licenciado em Direito, foi constituída entre:

Primeiro: — Domingos Mateus Cardoso da Costa, solteiro, maior, residente no Distrito Urbano do Kilamba Kiaxi, Bairro Neves Bendinha, Rua Álvaro Canela n.º 12;

Segundo: — Ladislau Augusto Torres Bunga, solteiro, maior, residente no Distrito Urbano da Maianga, Bairro Cassequel, Casa n.º 4, Zona 9;

Uma sociedade comercial por quotas de responsabilidade limitada, que se regerá nos termos constantes dos artigos seguintes.

Está conforme.

Cartório Notarial do Guiché Único da Empresa, em Luanda, 16 de Dezembro de 2013. — O ajudante, ilegível.

CAPÍTULO I

Firma, Sede, Duração e Objecto

ARTIGO 1.º

(Firma)

A sociedade é constituída sob a forma de sociedade por quotas e adopta a firma «Delight Foods, Limitada».

ARTIGO 2.º

(Sede)

1. A sociedade tem a sua sede no Bairro de Viana, no Perímetro do Pólo Industrial de Viana, casa s/n.º, em Luanda, podendo ser deslocada, por deliberação da Assembleia Geral, nos limites da lei.

2. A Assembleia Geral poderá criar e encerrar sucursais, agências, delegações ou quaisquer outras formas locais de representação da sociedade, em território nacional ou no estrangeiro.

ARTIGO 3.º

(Duração)

A sociedade durará por tempo indeterminado.

ARTIGO 4.º

(Objecto)

1. A sociedade tem por objecto a actividade de comercialização, compra, venda, representação, importação, exportação, fabrico, fornecimento e distribuição de quaisquer produtos alimentares, incluindo bebidas.

2. A sociedade, por deliberação da Assembleia Geral, poderá adquirir participações como sócia de responsabilidade ilimitada, participações em sociedades com objecto diferente do seu ou em sociedades reguladas por leis especiais, bem como em agrupamentos de empresas e consórcios.

CAPÍTULO II

Capital Social, Quotas e Obrigações

ARTIGO 5.º

(Capital social)

O capital social integralmente subscrito e realizado, é de Kz: 100.000,00, (cem mil kwanzas) e corresponde à soma das seguintes quotas:

- i) Uma quota com o valor nominal de Kz: 90.000,00 detida por Domingos Mateus Cardoso da Costa; e
- ii) Uma quota com o valor nominal de Kz: 10.000,00 detida por Ladislau Augusto Torres Bunga.

ARTIGO 6.º

(Obrigações e títulos negociáveis)

A sociedade poderá emitir obrigações ou quaisquer outros títulos negociáveis, em qualquer das modalidades legalmente admissíveis.

ARTIGO 7.º

(Cessão de quotas)

1. A cessão total ou parcial de quotas a terceiros carece do consentimento expresso dos sócios e da sociedade, sendo deferido por esta ordem o direito de preferência na sua aquisição.

2. Caso vários sócios concorram no exercício do direito de preferência, a quota em causa será dividida, cabendo a cada sócio uma parte proporcional à respectiva quota.

3. O sócio que queira ceder a sua quota a terceiros deverá comunicar tal intenção aos sócios e à sociedade, indicando o cessionário e todas as condições da cessão.

4. A recusa do consentimento e o exercício do direito de preferência têm de ser comunicados ao sócio cedente no prazo máximo de 60 dias após a data de recepção da comunicação prevista no número anterior.

5. A falta de resposta à notificação, pela sociedade e pelos restantes sócios, no prazo em que lhes incumbe dá-la, será entendida como autorização para a cessão e renúncia por parte dos restantes sócios aos respectivos direitos de preferência.

ARTIGO 8.º

(Amortização de quotas)

1. A sociedade poderá deliberar a amortização de qualquer quota nos seguintes casos:

- a) Em caso de morte, interdição ou inabilitação de um sócio;
- b) Em caso de arrolamento, arresto ou penhora da quota ou de insolvência do sócio;
- c) Em caso de transmissão ou oneração não consentida pela sociedade;
- d) Quando o sócio praticar acto que viole o pacto social ou as obrigações sociais, designadamente prejudicando o bom-nome, a credibilidade ou a actividade da sociedade, nomeadamente por exercer actividade concorrente com a dela.

2. A deliberação referida no número anterior deverá ser tomada nos 90 dias subsequentes ao conhecimento do facto que permite a amortização.

3. A amortização prevista nos números anteriores deverá ser feita pelo valor nominal da quota, sem prejuízo dos casos em que a lei imponha critério diverso.

Em alternativa, a sociedade poderá adquirir a quota ou fazê-la adquirir, proporcionalmente pelos demais sócios ou por terceiro.

CAPÍTULO III

Assembleia Geral

ARTIGO 9.º

(Reuniões e convocação)

1. A Assembleia Geral reunir-se-á ordinariamente uma vez por ano e, extraordinariamente, sempre que a gerência o entenda conveniente ou quando o requerer qualquer sócio, nos termos da lei.

2. A Assembleia Geral será convocada por qualquer um dos gerentes ou pelo Presidente da Mesa da Assembleia Geral, caso esta tenha sido nomeada.

3. A Assembleia Geral será convocada por qualquer um dos meios legalmente admissíveis, expedida com uma antecedência mínima de 30 dias sobre a data fixada para a sua realização.

ARTIGO 10.º
(Participação e representação)

1. A Assembleia Geral é constituída por todos os sócios, ainda que impedidos de exercer o seu direito de voto.
2. Os sócios, independentemente de serem pessoas singulares ou colectivas, poderão fazer-se representar por qualquer pessoa, por intermédio de simples carta dirigida ao Presidente da Assembleia Geral.

ARTIGO 11.º
(Competência)

Estarão sujeitas a deliberação dos sócios, além de outras que a lei indicar, as seguintes matérias:

- a) A amortização de quotas, a aquisição, a alienação e a oneração de quotas próprias e o consentimento para a divisão ou cessão de quotas;
- b) A exclusão de sócios;
- c) A designação e destituição de gerentes;
- d) A aprovação do relatório de gestão e das contas do exercício, a atribuição de lucros e o tratamento dos prejuízos, bem como a aprovação de planos de negócios plurianuais e orçamentos;
- e) A exoneração da responsabilidade dos gerentes;
- f) A proposição de acções pela sociedade contra sócios e gerentes, bem como a desistência e transacção nessas acções;
- g) A alteração do contrato de sociedade;
- h) A fusão, cisão, transformação e dissolução da sociedade e o regresso da sociedade dissolvida à actividade.

CAPÍTULO IV
Gerência

ARTIGO 12.º
(Composição)

A administração da sociedade compete a um ou mais gerentes, nomeados pelos sócios em Assembleia Geral.

ARTIGO 13.º
(Competência)

Os gerentes devem praticar os actos que forem necessários ou convenientes para a realização do objecto social, com respeito pelas deliberações dos sócios, competindo-lhes inclusivamente as seguintes matérias:

- a) A alienação ou oneração de bens imóveis;
- b) A alienação, a oneração e a locação de estabelecimento;
- c) A subscrição ou aquisição de participações noutras sociedades e a sua alienação ou oneração; e
- d) Contracção de empréstimos junto de instituições de crédito.

ARTIGO 14.º
(Delegação)

Os gerentes podem delegar nalgum ou nalguns deles competência para determinados negócios ou espécies de negócios.

ARTIGO 15.º
(Forma de obrigar)

A sociedade obriga-se:

- a) Com a assinatura de qualquer gerente; ou
- b) Com a assinatura de um ou mais mandatários, em termos das respectivas procurações.

CAPÍTULO V
Disposições Gerais e Finais

ARTIGO 16.º
(Exercício)

O exercício coincide com o ano civil.

ARTIGO 17.º
(Lucros)

A Assembleia Geral poderá, para cada exercício, deliberar não distribuir lucros aos sócios.

ARTIGO 18.º
(Dissolução e liquidação)

1. A sociedade dissolve-se nos casos previstos na lei.
2. Serão liquidatários os gerentes em funções, salvo se a Assembleia Geral deliberar em contrário.

ARTIGO 19.º
(Foro)

Quaisquer litígios que oponham a sociedade aos sócios ou a membros dos órgãos sociais serão dirimidos no Foro da Província onde se situe a sede social.

(13-21470-L00)

Hermosa (SU), Limitada

Israel Carlos de Sousa Nambi, Licenciado em Direito Conservador-Adjunto da Conservatória do Registo Comercial de Luanda, 2.ª Secção do Guiché Único da Empresa.

Certifico que Grasiela Tawazane Correia Soares dos Reis, solteira, maior, residente em Luanda, Distrito Urbano e Bairro da Ingombota, Rua Samuel, n.º 20, 3.º, Apartamento 134, constituiu uma sociedade unipessoal por quotas denominada, «Hermosa (SU), Limitada», registada sob o n.º 4.108/13, que se vai reger pelo disposto no documento em anexo.

Está conforme.

Conservatória do Registo Comercial de Luanda, 2.ª Secção do Guiché Único da Empresa, em Luanda, 16 de Dezembro de 2013. — O ajudante, ilegível.

ESTATUTO DA SOCIEDADE
HERMOSA (SU), LIMITADA

ARTIGO 1.º
(Denominação e sede)

A sociedade adopta a denominação de «Hermosa (SU), Limitada», com sede social na Província de Luanda, Rua da Samba, Casa n.º 210-A, Bairro Samba, Município da Samba,

podendo transferi-la livremente para qualquer outro local do território nacional, bem como abrir filiais, sucursais, agências ou outras formas de representação dentro e fora do País.

ARTIGO 2.º
(Duração)

A sua duração é por tempo indeterminado, contando-se o início da sua actividade, para todos os efeitos legais, a partir do respectivo registo.

ARTIGO 3.º
(Objecto)

A sociedade tem como objecto social o comércio geral a grosso e a retalho, importação e exportação, venda de móveis e imóveis, prestação de serviços, hotelaria e turismo, indústria, pescas, agro-pecuária, agricultura, informática, telecomunicações, construção civil e obras públicas, compra, modas e confecções, transportes marítimo, aéreo e terrestre, camionagem, transitários, *rent-a-car*, compra e venda de viaturas novas e de ocasião ou usadas, aluguer de viaturas com ou sem condutor, transportes de passageiros ou de mercadorias, oficina auto, venda de material de escritório e escolar, salão de cabeleireira, botequim, assistência técnica, comercialização de petróleo e lubrificantes, farmácia, centro médico, clínica geral, perfumaria, agência de viagens, promoção e mediação imobiliária, relações públicas, pastelaria, panificação, geladaria exploração de parques de diversões, realização de espectáculos culturais, recreativos e desportivos, exploração mineira e florestal, exploração de bombas de combustíveis, estação de serviços, representações comerciais, serralharia, carpintaria, venda de alumínio e sua utilização, cultura e ensino geral, segurança de bens patrimoniais, podendo ainda dedicar-se a qualquer outro ramo do comércio ou indústria em que a sócia acorde e seja permitido por lei.

ARTIGO 4.º
(Capital)

O capital social é de Kz: 100.000,00 (cem mil kwanzas), integralmente realizado em dinheiro, representado por uma (1) quota no valor nominal de Kz: 100.000,00 (cem mil kwanzas), pertencente à sócia-única Grasiela Tawazane Correia Soares dos Reis.

ARTIGO 5.º
(Cessão de quotas)

A cessão da quota implica a saída da sócia cedente ou a transformação da mesma em sociedade pluripessoal.

ARTIGO 6.º
(Gerência)

A gerência e administração da sociedade, em todos os seus actos e contratos, em juízo e fora dele, activa e passivamente, incumbe à sócia-única, bastando a sua assinatura para obrigar validamente a sociedade.

1. Fica vedado à gerente obrigar a sociedade em actos e contratos estranhos aos negócios sociais da sociedade, tais como letras de favor, fiança, abonações ou actos semelhantes.

2. A sócia-única poderá nomear em pessoa estranha a sociedade para assumir as funções de gerência.

ARTIGO 7.º
(Decisões)

As decisões da sócia-única de natureza igual as deliberações da Assembleia Geral deverão ser registadas em acta por ele assinadas e mantidas em livro de actas.

ARTIGO 8.º
(Dissolução)

A sociedade não se dissolverá por morte ou impedimento da sócia-única, continuando a sua existência com o sobrevivente e herdeiros ou representantes da sócia falecida ou interdita, devendo estes nomear um que a todos represente, enquanto a quota se mantiver indivisa.

ARTIGO 9.º
(Liquidação)

A liquidação da sociedade far-se-á nos termos da Lei das Sociedades Comerciais.

ARTIGO 10.º
(Balanços)

Os anos sociais serão os civis e os balanços serão dados em 31 de Dezembro de cada ano, devendo encerrar a 31 de Março imediato.

ARTIGO 11.º
(Omisso)

No omissio regularão as deliberações sociais, as disposições da Lei n.º 19/12 de 11 de Junho, e ainda as disposições da Lei das Sociedades Comerciais, n.º 1/04, de 13 de Fevereiro.

(13-21472-L02)

MARSAM — Comércio e Serviços, Limitada

Certidão composta de 3 folhas, que esta conforme o original e foi extraído de folhas 37 a 39 do livro de notas para escrituras diversas deste Cartório n.º 210-B.

Cartório Notarial da Comarca da Huíla, no Lubango, aos 24 de Junho de 2013. — O notário, ilegível.

Constituição da sociedade «MARSAM — Comércio e Serviços, Limitada»

No dia 24 de Junho de 2013, nesta Cidade do Lubango, e no Cartório Notarial da Comarca da Huíla, a meu cargo, perante mim, Luís Tavares Monteiro de Carvalho, Notário do referido Cartório, compareceram como outorgantes:

Primeiro: — José António Malaquias Martinho, natural de Cascais-Portugal, residente no Lubango, casado, sob o regime de comunhão de adquiridos, com Sandra Cristina Macedo Martinho, titular do Cartão de Estrangeiro Residente n.º 0001564T01, emitido pelos Serviços Competentes em 30 de Maio de 2013;

Segundo: — Sandra Cristina Macedo Martinho, natural do Lubango, Província da Huíla, casada, sob o regime de comunhão de adquiridos, com o ora primeiro outor-

gante, residente no Lubango, titular do Bilhete de Identidade n.º 000379566HA032, emitido pelo Sector de Identificação Nacional, aos 19 de Setembro de 2012.

Verifiquei e certifico a identidade dos outorgantes em face dos seus mencionados documentos pessoais.

E por eles outorgantes foi dito:

Que encontrando-se em pleno acordo decidiram constituir e efectivamente pela presente escritura, constituem entre si uma sociedade por quotas de responsabilidade Limitada, que será regida pelas cláusulas e condições constantes da articulação seguinte:

ESTATUTO DA SOCIEDADE MARSAM — COMÉRCIO E SERVIÇOS, LIMITADA

1.º

A sociedade adopta a denominação de «MARSAM — Comércio e Serviços, Limitada», e terá a sua sede na Cidade do Lubango, Bairro Senhora do Monte, podendo abrir filiais, sucursais ou qualquer outra forma de representação, dentro do território nacional angolano ou no estrangeiro, onde e quando convier aos negócios da sociedade.

2.º

É constituída por tempo indeterminado, mas juridicamente a sua existência conta-se a partir de hoje.

3.º

O seu objecto social é a prestação de serviços, comércio geral, a grosso e a retalho, construção civil e obras públicas, turismo e hotelaria, agro-pecuária, *rent-a-car*, representação comercial, transportes de carga, concessionária de combustíveis e seus derivados, agência de publicidade, indústria, gestão imobiliária, pronto de socorro, agência de viagens, agência funerária, venda de viaturas e seus acessórios, recauchutagem, serviço de serralharia, exploração mineira, assistência médica e medicamentosa, actividade de limpeza, saneamento básico, terraplanagem, escola de condução, importação e exportação, podendo ainda dedicar-se a qualquer outro ramo de comércio ou indústria, desde que seja acordado pelos sócios e permitido por lei.

4.º

O seu capital social é da quantia de Kz: 100.000,00 (cem mil kwanzas), integralmente realizado em dinheiro, representado e dividido em duas quotas iguais do valor nominal de Kz: 50.000,00 (cinquenta mil kwanzas), cada uma e uma pertencente a cada um dos sócios, respectivamente.

5.º

A cessão de quotas entre os sócios é livre mas quando feita a estranhos fica dependente do consentimento da sociedade, à qual é sempre reservado o direito de preferência, deferido ao outro sócio se aquela dele não quiser fazer uso.

6.º

A gerência e a administração da sociedade em todos os seus actos e contratos bem como a sua representação em juízo e fora dele activa e passivamente serão exercidas pelo sócio José António Malaquias Martinho, que desde já nomeado gerente com dispensa de caução, sendo necessária a assinatura dos dois sócios para obrigar validamente a sociedade.

1. O sócio-gerente nas suas ausências ou impedimentos poderá no todo ou em parte delegar os seus poderes de gerência ao outro sócio ou em pessoas estranhas à sociedade, devendo para o efeito outorgar o necessário instrumento de mandato.

2. Fica expressamente proibido a gerência obrigar a sociedade em actos e contratos estranhos aos negócios sociais, tais como letras de favor, fianças abonações ou documentos semelhantes.

7.º

A sociedade nunca se dissolverá por morte ou interdição de qualquer um dos sócios, devendo continuar a sua existência jurídica com o sócio sobrevivente ou capazes e os herdeiros do sócio falecido ou interdito, devendo estes nomearem um que a todos represente enquanto a quota se mantiver indivisa.

8.º

As Assembleias Gerais quando a lei não prescrever outras formalidades, serão convocadas por meio de cartas registadas e dirigidas aos sócios com pelo menos trinta dias de antecedência. Se porventura qualquer um dos sócios estiver ausente da sede social, a convocação deverá ser feita com dilação suficiente para permitir a sua comparência.

9.º

Os anos sociais serão os civis e em cada ano social far-se-á um balanço que deverá estar encerrado e datado reportadamente até ao dia 31 de Dezembro do ano a que disser respeito.

10.º

Os lucros líquidos que serão apurados em cada balanço depois de deduzida a percentagem de 5% para o fundo de reserva legal e outras percentagens que forem criadas em Assembleia Geral, o remanescente será dividido pelos sócios na proporção das suas quotas. Na mesma proporção serão suportados os prejuízos quando os houver.

11.º

Para resolverem todas as questões emergentes e atinentes ao presente contrato, estipulam o Foro do Juízo da Comarca da Huila, com expressa renúncia a qualquer outro.

12.º

No omissio regularão as disposições da Lei n.º 1/04, de 13 de Fevereiro e demais disposições aplicáveis vigentes e a vigorar no País.

Assim o disseram e outorgaram.

Instrui ao acto:

- a) Certificado de admissibilidade passado pelo Ficheiro Central de Denominações Sociais em Luanda e arquivo-o para os devidos efeitos.

Foi lida em voz alta e clara a presente escritura, explicado o seu conteúdo e efeitos, na presença dos outorgantes, os quais assinam comigo Notário.

Adverti aos outorgantes que deverão proceder o registo do presente acto na conservatória competente no prazo de 90 dias.

O Notário, *Luís Tavares Monteiro de Carvalho*.

(13-21424-L01)

Águia Viagens, Limitada

Certifico que, por escritura de 9 de Dezembro de 2013, lavrada com início a folhas 70, do livro de notas para escrituras diversas n.º 3-B, do Guiché Único da Empresa - Anifil, sito na Rua Fernando Manuel Caldeira n.º 6-A, Bairro dos Coqueiros, Distrito Urbano da Ingombota, a cargo do Notário, Lúcio Alberto Pires da Costa, Licenciado em Direito, perante Eduardo Sapalo, Notário-Adjunto do referido Cartório, foi constituída entre:

Primeiro: — Pedro Diogo Mendes Machado, solteiro, maior, natural do Distrito Urbano do Rangel, Município e Província de Luanda, onde reside habitualmente, no Bairro Nelito Soares, Zona 11, Casa n.º 30;

Segundo: — Yido Kiota Mbuta, solteiro, maior, natural do Município do Uíge, Província com o mesmo nome, residente habitualmente em Luanda, no Distrito Urbano da Maianga, Bairro Rocha Pinto, Zona 6, casa s/n.º;

Uma sociedade comercial por quotas de responsabilidade limitada, que se regerá nos termos constantes dos artigos seguintes.

Está conforme.

Guiché Único da Empresa - Anifil, em Luanda, 10 de Dezembro de 2013. — O ajudante, *ilegível*.

ESTATUTO DA SOCIEDADE ÁGUIA VIAGENS, LIMITADA

ARTIGO 1.º

A sociedade adopta a denominação de «Águia Viagens, Limitada», com sede social na Província de Luanda, Rua B-1, n.º 30, Bairro Nelito Soares, Distrito Urbano do Rangel, Município de Luanda, podendo transferi-la livremente para qualquer outro local do território nacional, bem como abrir filiais, sucursais, agências ou outras formas de representação dentro e fora do País.

ARTIGO 2.º

A sua duração é por tempo indeterminado, contando-se o início da sua actividade, para todos os efeitos legais, a partir da data da celebração da presente escritura.

ARTIGO 3.º

A sociedade tem como objecto social da agência de viagens e prestação de serviços, podendo ainda dedicar-se a qualquer outro ramo de comércio ou indústria em que os sócios acordem e seja permitido por lei.

ARTIGO 4.º

O capital social é de Kz: 100.000,00 (cem mil kwanzas), integralmente realizado em dinheiro, dividido e representado por 2 (duas) quotas iguais no valor nominal de Kz: 50.000,00 (cinquenta mil kwanzas) cada uma, pertencentes aos sócios Pedro Diogo Mendes Machado e Yido Kiota Mbuta, respectivamente.

ARTIGO 5.º

A cessão de quotas a estranhos fica dependente do consentimento da sociedade, à qual é sempre reservado o direito de preferência, deferido aos sócios se a sociedade dele não quiser fazer uso.

ARTIGO 6.º

1. A gerência e administração da sociedade, em todos os seus actos e contratos, em juízo e fora dele, activa e passivamente, incumbem aos sócios Pedro Diogo Mendes Machado e Yido Kiota Mbuta, que ficam desde já nomeados gerentes, bastando as suas assinaturas, para obrigar validamente a sociedade.

2. Fica vedado aos gerentes obrigar a sociedade em actos e contratos estranhos aos negócios sociais da sociedade, tais como letras de favor, fiança, abonações ou actos semelhantes.

ARTIGO 7.º

A Assembleia Geral será convocada por simples cartas registadas, dirigidas aos sócios com pelo menos 30 (trinta) dias de antecedência, isto quando a lei não prescreva formalidades especiais de comunicação. Se qualquer dos sócios estiver ausente da sede social a comunicação deverá ser feita com tempo suficiente para que possa comparecer.

ARTIGO 8.º

Os lucros líquidos apurados, depois de deduzida a percentagem para fundos ou destinos especiais criados em Assembleia Geral, serão divididos pelos sócios na proporção das suas quotas, e em igual proporção serão suportadas as perdas se as houver.

ARTIGO 9.º

A sociedade não se dissolverá por morte ou impedimento de qualquer dos sócios, continuando a sua existência com o sobrevivente e herdeiros ou representantes do sócio falecido ou interdito, devendo estes nomear um que a todos represente, enquanto a quota se mantiver indivisa.

ARTIGO 10.º

Dissolvida a sociedade por acordo dos sócios e nos demais casos legais, todos os sócios serão liquidatários e a liquidação e partilha verificar-se-ão como acordarem. Na falta de acordo, e se algum deles o pretender será o activo social lícitado em globo, com obrigação do pagamento do passivo e adjudicado ao sócio que melhor preço oferecer, em igualdade de condições.

ARTIGO 11.º

A sociedade reserva-se o direito de amortizar a quota de qualquer sócio, quando sobre ela recaia arresto, penhora ou providência cautelar.

ARTIGO 12.º

Para todas as questões emergentes do presente contrato, quer entre os sócios, seus herdeiros ou representantes, quer entre eles e a própria sociedade, fica estipulado o Foro da Comarca de Luanda, com expressa renúncia a qualquer outro.

ARTIGO 13.º

Os anos sociais serão os civis e os balanços serão dados em 31 de Dezembro de cada ano, devendo encerrar a 31 de Março imediato.

ARTIGO 14.º

No omissão regularão as deliberações sociais, as disposições da Lei n.º 1/04, de 13 de Fevereiro, que é a Lei das Sociedades Comerciais, e demais legislação aplicável.

(13-21115-L03)

**AGROBAL — Sociedade Comercial e Industrial,
Agrícola, Limitada**

Certifico que, com início a folhas 71 do livro de notas para escrituras diversas n.º 981-C, do 1.º Cartório Notarial da Comarca de Luanda, se encontra lavrada a escritura do teor seguinte:

Cessão de quotas e alteração parcial do pacto social na sociedade «AGROBAL — Sociedade Comercial e Industrial, Agrícola, Limitada».

No dia 13 de Dezembro de 2013, em Luanda, e no 1.º Cartório Notarial, à cargo do Notário, Licenciado, Amorbelo Vinevala Paulino Sitôngua, perante mim, Pedro Manuel Dala, Notário-Adjunto, compareceram como outorgantes:

Primeiro: — Mohammad Ibrahim Mahmoud El Asad, casado com Naemeh Said Dbaigh, sob o regime de comunhão de adquiridos, natural de Bala, de nacionalidade jordaniana, residente habitualmente em Luanda, Município do Cacuaco, Bairro Kicolo - Combustível, Rua Ex-Aviário, Casa n.º 42, titular do Passaporte n.º M119669, emitido aos 24 de Dezembro de 2012, com Autorização de Residência n.º 0001577B02, emitido pelo Serviço de Migração e Estrangeiros, em Luanda, aos 15 de Novembro de 2013;

Segundo: — Ibrahim Mohammad Ibrahim El-Asad, casado com Nesreen Said Nayaf Qattous, sob o regime de comunhão de adquiridos, natural de Kuwait, de nacionalidade jordaniana, residente habitualmente em Luanda, Bairro Ingombota, Rua Major Kanhangulo n.º 250, 2.º andar, Apartamento n.º 23, titular do Passaporte n.º M053388, emitido aos 18 de Outubro de 2012, com Autorização de Residência n.º 0001602B02, emitido pelo Serviço de Migração e Estrangeiros, em Luanda, aos 15 de Novembro de 2013;

Terceiro: — Alaa Mohamed Ibrahim Al-Asaad, casado com Amal Mahmoud Ismael Lafi, sob o regime de comunhão de adquiridos, natural de Kuwait, de nacionalidade jordaniana, residente habitualmente em Luanda, Bairro Ingombota, Rua Major Kanhangulo n.º 290, Apartamento n.º 23, 3.º andar, titular do Passaporte n.º M181785, emitido aos 17 de Fevereiro de 2013, com Autorização de Residência n.º 0001514B08, emitido pelo Serviço de Migração e Estrangeiros, em Luanda, aos 13 de Novembro de 2013.

Quarto: — Baha Mohamad Ibrahim Al-Asad, casado com Hiba Suleiman Hussein, natural de Kuwait, de nacionalidade jordaniana, residente habitualmente em Luanda, Município de Cacuaco, Bairro Kicolo n.º 42, titular do Passaporte n.º K746158, emitido aos 13 de Abril de 2010, com Autorização de Residente n.º 0002676A02, emitido pelo Serviço de Migração e Estrangeiros, aos 20 de Novembro de 2013.

Verifiquei a identidade dos outorgantes pelos mencionados documentos.

E pelos outorgantes foi dito:

Que, são ao presente os actuais e únicos da sociedade comercial denominada «AGROBAL — Sociedade de Comércio e Industrial, Agrícola, Limitada», com sede em Luanda, Rua Cónego Manuel das Neves n.º 324 B, constituída por escritura de 15 de Novembro de 1991, alterada por escritura de 28 de Abril de 2010, lavrada com início a folhas 8 do livro de notas para escrituras diversas n.º 969-A, do 1.º Cartório Notarial, com capital social de Kz: 1.000.000,00 (um milhão de kwanzas), integralmente realizado em dinheiro, registada e matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Luanda, sob o n.º 23722/1993.

Que, o primeiro outorgante Mohammad Ibrahim Mahmoud El Asad, possui na aludida sociedade uma quota liberada do valor nominal de Kz: 150.000,00 (cento e cinquenta mil kwanzas), livre de penhor, encargos ou responsabilidades.

Que, pela presente escritura, devidamente autorizado pela sociedade, divide a sua designada quota em dois valores iguais de Kz: 75.000,00 (setenta e cinco mil kwanzas) que cede, pelo seu valor nominal, ao segundo e terceiro outorgantes, respectivamente.

Que estas cessões foram feitas com todos os seus correspondentes direitos e obrigações, valor já recebido dos compradores, ao qual lhe dão a correspondente quitação.

Disseram os segundo e terceiro outorgantes:

Que, aceitam as referidas cessões nos exactos termos.

Que, deste modo o primeiro outorgante aparta-se definitivamente da sociedade, nada mais tendo dela a reclamar.

Os segundo e terceiro passam a deter, cada um, uma quota no valor nominal de Kz: 425.000,00 (quatrocentos e vinte e cinco mil kwanzas).

Ainda por esta mesma escritura, e em consequência dos actos precedentes, alteram o artigo 4.º do pacto social, ao qual é dada a seguinte nova redacção:

ARTIGO 4.º

O capital social é de Kz: 1.000.000,00 (um milhão de kwanzas), integralmente realizado em dinheiro, dividido e representado por três quotas, sendo duas de Kz: 425.000,00, pertencentes aos sócios Ibrahim Mohammad Ibrahim El-Asad e Alaa Mohamed Ibrahim Al-Asaad e uma quota no valor nominal de Kz: 150.000,00, pertencente a sócio Baha Mohamad Ibrahim Al-Asad.

Assim o disseram e outorgaram

Instruem este acto:

- a) Certidão do registo comercial;
- b) Acta Avulsa da referida sociedade.

Aos outorgantes e na presença simultânea de todos, fiz em voz alta a leitura desta escritura, a explicação do seu conteúdo e a advertência da obrigatoriedade do registo do acto no prazo de 90 dias.

Está conforme.

É certidão que fiz extrair e vai conforme o original.

1.º Cartório Notarial de Luanda, em Luanda, aos 17 de Dezembro de 2013. — A Ajudante, *Faustina Luís M. Canhanga*. (13-21427-L01)

Inzu Concepts, Limitada

Certifico que, com início a folhas 32, do livro de notas para escrituras diversas n.º 983-B, do 1.º Cartório Notarial da Comarca de Luanda, se encontra lavrada a escritura do teor seguinte:

Divisão, cessão de quotas e alteração parcial do pacto social na sociedade «Inzu Concepts, Limitada».

No dia 21 de Novembro de 2013, em Luanda e no 1.º Cartório Notarial, a cargo do Notário Licenciado, Amorbelo Vinevala Paulino Sitôngua, perante mim, Pedro Manuel Dala, Notário-Adjunto compareceu como outorgante:

Ivan Jorge Caetano Pinhão, casado com Sandra Andreia Gouveia Vasconcelos Pinhão, sob o regime de comunhão de adquiridos, natural da Maianga, Província de Luanda, onde reside habitualmente no Distrito Urbano da Ingombota, Bairro Patrice Lumumba, Rua Cónego Manuel das Neves, n.º 5, 1.º andar, portador do Bilhete de Identidade n.º 000217231LA038, emitido pela Direcção Nacional de

Identificação, em Luanda, aos 23 de Outubro de 2012, que outorga por si individualmente e na qualidade de procurador de:

- a) José Carlos Rebelo Mendes Paulo, casado, natural do Rangel, Província de Luanda, onde reside habitualmente no Distrito Urbano da Ingombota, Bairro Patrice Lumumba, Rua Cónego Manuel das Neves, n.º 51 D, portador do Bilhete de Identidade n.º 000344884LA038, emitido pela Direcção Nacional de Identificação, em Luanda, aos 7 de Fevereiro de 2011;
- b) Maria da Conceição de Ramos Caetano, solteira, maior, natural da Ingombota, província de Luanda, onde reside habitualmente no Distrito Urbano do Sambizanga, Bairro São Paulo, Rua Cónego Manuel das Neves n.º 5, 1.º andar, Apartamento A, portadora do Bilhete de Identidade n.º 000013275LA012, emitido pela Direcção Nacional de Identificação, em Luanda, aos 21 de Abril de 2008.

Verifiquei a identidade do outorgante pelo mencionado documento, a qualidade em que intervêm e a suficiência dos seus poderes para este acto, verifiquei-as em face dos documentos que no fim menciono e arquivo;

E pelo outorgante foi dito:

Que, ele e seu representado, José Carlos Rebelo Mendes Paulo, são ao presente os actuais e únicos sócios da sociedade comercial denominada «Inzu Concepts, Limitada», com sede em Luanda, no Município da Ingombota, Rua Cónego Manuel das Neves, n.º 5, 1.º andar, constituída por escritura de 13 de Janeiro de 2011, lavrada com início a folhas 11, do livro de notas para escrituras diversas n.º 970-C, deste Cartório Notarial, sendo sua primeira alteração, com capital social de Kz: 100.000,00 (cem mil kwanzas), integralmente realizado em dinheiro, dividido e representado por duas quotas iguais, de valor nominal de Kz: 50.000,00 (cinquenta mil kwanzas) cada uma, pertencentes aos sócios, José Carlos Rebelo Mendes Paulo, e Ivan Jorge Caetano Pinhão, registada e matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Luanda, sob o n.º 2011.61.

Que, em obediência ao estabelecido em acta avulsa da Assembleia Geral, de 19 de Setembro de 2013, pela presente escritura pratica os seguintes actos:

Que, pela presente escritura, conforme as deliberações constantes da acta avulsa, da Assembleia Geral, com renúncia e consentimento expresso da sociedade, divide a quota do seu representado, José Carlos Rebelo Mendes Paulo, em duas novas sendo uma de valor nominal de Kz: 25.000,00 (vinte e cinco mil kwanzas), que cede a sua representada Maria da Conceição de Ramos Caetano, e a segunda quota de valor nominal de Kz: 25.000,00 (vinte e cinco mil kwanzas), cede pelo seu valor nominal, livre de quaisquer ónus, encargos ou responsabilidades, ao outorgante Ivan Jorge Caetano Pinhão.

Que deste modo o seu representado, José Carlos Rebelo Mendes Paulo, aparta-se definitivamente da sociedade, nada mais tendo dela a reclamar e a representada Maria da Conceição de Ramos Caetano, é admitida para sociedade como nova sócia.

Disse ainda outorgante:

Que, em nome e representação de Maria da Conceição de Ramos Caetano, aceita a cessão na forma e condições acima definidas, e unifica a quota ora cedida à anterior, passando doravante ele ser titular de uma quota única no valor nominal de Kz: 75.000,00 (setenta e cinco mil kwanzas).

Em consequência dos actos precedentes, altera parcialmente o pacto social da sociedade, no seu artigo 3.º, o qual passa a ter a seguinte nova redacção:

ARTIGO 3.º

O capital social é de Kz: 100.000,00 (cem mil kwanzas), integralmente realizado em dinheiro e corresponde à soma de duas quotas, sendo uma no valor nominal de 75.000,00 (setenta e cinco mil kwanzas), pertencente ao sócio Ivan Jorge Caetano Pinhão, e outra no valor nominal de 25.000,00 (vinte e cinco mil kwanzas), pertencente à sócia Maria da Conceição de Ramos Caetano.

Finalmente disse o outorgante que se mantêm válidas e inalteradas as restantes cláusulas dos estatutos da sociedade.

Assim o disseram e outorgaram.

Instruem este acto:

- a) Certidão Comercial;
- b) *Diário da República*;
- c) Acta Avulsa da Assembleia Geral, de 19 de Setembro de 2013;
- d) Duas procurações passadas a favor do outorgante, para inteira validade deste acto.

Aos outorgantes e na presença simultânea de ambos, fiz em voz alta a leitura desta escritura, a explicação do seu conteúdo e a advertência da obrigatoriedade do registo do acto no prazo de 90 dias.

Está conforme.

É certidão que fiz extrair e vai conforme o original.

1.º Cartório Notarial de Luanda, em Luanda, aos 28 de Novembro de 2013. — A Ajudante, *Filomena Manuel*
(13-21426-101)

Mamukundo, Limitada

Certidão composta de 2 folhas, que está conforme o original e foi extraído de folhas 84 a 85 do livro de notas para escrituras diversas deste Cartório n.º 1-A, 2012.

Cartório Notarial da Loja dos Registos e Notariado do Namibe, aos 9 de Dezembro de 2013. — O notário-adjunto, *ilegível*.

Constituição da sociedade «Mamukundo, Limitada».

Aos 9 de Dezembro de 2013, nesta cidade e no Cartório Notarial da Loja dos Registos do Namibe, a cargo de Carlos Njanji Barros Lopes, Notário-Adjunto do referido Cartório, compareceram como outorgantes:

Primeiro: — Luísa Celina Gilberta Tyippinge Almeida, casada sob o regime de comunhão de bens adquiridos com Sérgio Elísio Martins Almeida, natural do Lubango, Província da Huíla, titular do Bilhete de Identidade n.º 00043823 8HA031, emitido pelo Arquivo de Identificação Central de Luanda, aos 24 de Janeiro de 2012, residente na Província da Huíla, Município do Lubango, Bairro Tchavola, Casa n.º 558;

Segundo: — Sérgio Elísio Martins Almeida, casado sob o regime de comunhão de bens adquiridos com Luísa Celina Gilberta Tyippinge Almeida, natural do Lubango, Província da Huíla, titular do Bilhete de Identidade n.º 000583426HA034, emitido pelo Arquivo de Identificação Central de Luanda, aos 9 de Agosto de 2011, residente na Província da Huíla, Município do Lubango, Bairro Tchavola, Casa n.º 558, ambos devidamente representados por Emanuel Azmall Chitunda da Conceição, casado, natural de Benguela, Província de Benguela, titular do Bilhete de Identidade n.º 002519680BA039, emitido pelo Arquivo de Identificação Central em Luanda, aos 4 de Dezembro de 2013, residente habitualmente na Província da Huíla, Cidade do Lubango, Bairro Comercial, casa sem número.

Verifiquei a identidade dos outorgantes pela exibição dos referidos documentos, tendo verificado a qualidade e suficiência de poderes para o presente acto, conforme a procuração em anexo.

E por eles foi dito:

Que pela presente escritura, constituem entre si uma sociedade comercial por quotas de responsabilidade limitada, denominada «Mamukundo, Limitada», com sede no Município do Lubango, Província da Huíla, com o capital social de Kz: 100.000,00 (cem mil kwanzas) integralmente realizado em dinheiro, dividido e representado por duas quotas iguais no valor nominal de Kz: 50.000,00 (cinquenta mil kwanzas) correspondente a 50% do capital a cada um dos sócios, Luísa Celina Gilberta Tyippinge Almeida e Sérgio Elísio Martins Almeida, perfazendo integralmente 100% do capital social.

Que a sociedade tem por objecto social o previsto no artigo 3.º do seu estatuto e reger-se-á pelos artigos constantes do mesmo, que é um documento complementar, elaborado nos termos do n.º 2, do artigo 55.º da Lei da Simplificação e Modernização dos Registos Predial, Comercial e Serviço Notarial, que fica a fazer parte integrante desta escritura, cujo conteúdo, eles outorgantes, declaram ter pleno conhecimento, pelo que fica dispensada a sua leitura.

Assim o outorgaram.

Arquivo:

- a) Documento complementar a que atrás se faz alusão;
- b) Certificado de admissibilidade emitido pelo Ficheiro Central de Denominações Sociais, em Luanda, aos 2 de Dezembro de 2013;
- c) Procuração.

Esta escritura foi lida aos outorgantes e aos mesmos explicado o seu conteúdo, bem como a advertência da obrigatoriedade do Registo deste acto, no prazo de 90 dias.

Imposto do selo: Kz: 2.000,00.

O Notário-Adjunto, *Carlos Njanji Barros Lopes*.

ESTATUTO DA SOCIEDADE MAMUKUNDO, LIMITADA

ARTIGO 1.º

A sociedade adopta a denominação de «Mamukundo, Limitada», com sede na Tchavola, Município do Lubango, Província da Huíla, podendo abrir filiais, agências, sucursais, ou qualquer outra forma de representação dentro do território nacional, angolano, onde e quando convier aos negócios da sociedade.

ARTIGO 2.º

É constituída por tempo indeterminado, mas juridicamente a sua existência conta-se a partir de hoje.

ARTIGO 3.º

O seu objecto social é a construção civil e obras públicas, fiscalização de obras públicas, prestação de serviços, hotelaria e turismo, comércio geral, indústria, exploração agro-pecuária, gestão de projectos, mediação imobiliária, avaliação de imóveis, exploração turística, pescar e artesanato, transitórias, exploração mineira, sondagem, venda de veículos de todo o tipo, *rent-a-car*, camionagem, realização de eventos culturais, actividade de limpeza, formação profissional, serviços de jardinagem, promoção de evento infantil, educação e ensino, jardim infantil, comércio a grosso e a retalho, indústria, transportes, importação e exportação, pesca, podendo ainda dedicar-se a qualquer outra actividade industrial e comercial desde que seja acordado pelos sócios e permitido por lei.

ARTIGO 4.º

O capital social é da quantia de Kz: 100.000,00 (cem mil kwanzas) integralmente realizado em dinheiro, representado e dividido por duas quotas da seguinte maneira: uma quota no valor nominal de Kz: 50.000,00 (cinquenta mil kwanzas), pertencente à sócia Luísa Celina Gilberta Typingue Almeida e outra quota de Kz: 50.000,00 (cinquenta mil kwanzas), pertencente respectivamente ao sócio Sérgio Elísio Martins Almeida.

ARTIGO 5.º

A cessão de quotas entre os sócios é livre, mas quando feita a estranhos, fica dependente do consentimento da sociedade, à qual é sempre reservado o direito de preferência, deferido aos outros sócios se aquela dele não quiser fazer uso.

ARTIGO 6.º

A gerência e administração da sociedade, em todos os seus actos e contratos, bem como a sua representação em juízo e fora dele, activa e passivamente, será exercida pela sócia Luísa Celina Gilberta Typingue Almeida, que desde já fica nomeado gerente com dispensa de caução, sendo necessária uma assinatura, para obrigar validamente a sociedade.

1. O sócio-gerente, nas suas ausências ou impedimentos, poderá no todo ou em parte delegar os seus poderes de gerência em pessoas estranhas a sociedade, devendo para o efeito, outorgar o respectivo instrumento de mandato.

2. Fica expressamente proibido aos sócios obrigar a sociedade em actos e contratos estranhos aos negócios da sociedade, tais como letras de favor, fianças abonações ou documentos semelhantes.

ARTIGO 7.º

A sociedade nunca se dissolverá por morte ou interdição de qualquer um dos sócios, devendo continuar a sua existência jurídica com os sócios sobreviventes ou capazes e os herdeiros do sócio falecido ou interdito devendo estes nomearem um que a todos represente, enquanto a quota se mantiver indivisa.

ARTIGO 8.º

As Assembleias Gerais, quando a lei não prescrever outras formalidades, serão convocadas por meio de cartas registadas e dirigidas aos sócios com pelo menos quinze dias de antecedência. Se qualquer um dos sócios estiver ausente da sede social, a convocação deverá ser feita com a dilação suficiente para permitir a sua comparecimento.

ARTIGO 9.º

Os anos sociais serão os civis e em cada ano social, far-se-á um balanço que deverá estar encerrado e datado reportadamente até 31 de Dezembro do ano a que disser respeito.

ARTIGO 10.º

Os lucros líquidos que serão apurados em cada balanço, depois de deduzida a percentagem de 5% e outras percentagens para o fundo de reserva legal que for criado em Assembleia Geral, serão repartidos pelos sócios na proporção de suas quotas. Na mesma proporção serão suportados os prejuízos quando os houver.

ARTIGO 11.º

Para resolverem todas as questões emergentes e atinentes ao presente contrato, estipulam o Foro do Juízo da Comarca de Luanda, com expressa renúncia a qualquer outro.

ARTIGO 12.º

No omissão, regularão as deliberações da Lei n.º 1/04, de 13 de Fevereiro, e demais disposições aplicáveis, vigentes e a vigorar no País.

(13-21430-L01)

ANTÓNIO MUTONDENO & FILHOS — Importação e Exportação, Limitada

Certifico que, por escritura de 12 de Dezembro de 2013, lavrada com início a folhas 36, do livro de notas para escrituras diversas n.º 336, do Cartório Notarial do Guiché Único da Empresa, a cargo do Notário, Lúcio Alberto Pires da Costa, Licenciado em Direito, foi constituída entre:

Primeiro: — António Manuel Mutondeno, solteiro, maior, residente em Luanda, Município de Bela, Distrito Urbano do Kilamba Kiayi, Bairro Palanca, casa s/n.º;

Segundo: — Emiliana Mungia Santos, solteira, maior, residente em Luanda, Município de Belas, Distrito Urbano do Kilamba Kiayi, Bairro Palanca, Rua O, Casa n.º 3;

Uma sociedade comercial por quotas de responsabilidade limitada, que se regerá nos termos constantes dos artigos seguintes.

Está conforme.

Cartório Notarial do Guiché Único da Empresa, em Luanda, 12 de Dezembro de 2013. — O ajudante, *ilegível*.

ESTATUTO DA SOCIEDADE ANTÓNIO MUTONDENO & FILHOS — IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO, LIMITADA

ARTIGO 1.º

A sociedade adopta a denominação social de «ANTÓNIO MUTONDENO & FILHOS — Importação e Exportação, Limitada», com sede social na Província de Luanda, Rua da Auto-Estrada, casa s/n.º, próximo do Banco BIC, Bairro Bitá, Distrito Urbano do Kilamba, Município de Belas, podendo transferi-la livremente para qualquer outro local do território nacional, bem como abrir filiais, sucursais, agências ou outras formas de representação dentro e fora do País.

ARTIGO 2.º

A sua duração é por tempo indeterminado, contando-se o início da sua actividade, para todos os efeitos legais, a partir da data da celebração da presente escritura.

ARTIGO 3.º

A sociedade tem como objecto social o comércio geral a grosso e a retalho, prestação de serviços, indústria, serralharia, caixilharia de alumínio, agricultura e pecuária, pesca, hotelaria e turismo, informática, telecomunicações, publicidade, exploração mineira e florestal, construção civil e obras públicas, comercialização de telefones e seus acessórios, transportes, camionagem, agente despachante e transitários, cabotagem, *rent-a-car*, compra e venda de viaturas novas ou usadas e seus acessórios, venda e reparação de veículos

automóveis, concessionária de material e peças separadas de transporte, fabricação de blocos e vigotas, comercialização de combustíveis e lubrificantes, exploração de bombas de combustíveis e estação de serviço, comercialização de medicamentos, material cirúrgico, gastável e hospitalares, produtos químicos e farmacêuticos, centro médico, clínica, perfumaria, plastificação de documentos, venda de material de escritório e escolar, decorações, serigrafia, panificação, pastelaria, geladaria, boutique, representações, impressão, salão de cabeleireiro, agência de viagens, gestão, promoção e mediação imobiliária, relações públicas, representações comerciais e industriais, venda de gás de cozinha, desportos, recreação, vídeo clube, discoteca, meios industriais, realizações de actividades culturais e desportivas, manutenção de espaços verdes, segurança de bens patrimoniais, educação e cultura, escola de condução, ensino, saneamento básico, jardinagem, limpeza, desinfestação, fabricação e venda de gelo, *cyber café*, importação e exportação, podendo ainda dedicar-se a qualquer outro ramo do comércio ou indústria em que os sócios acordem e seja permitido por lei.

ARTIGO 4.º

O capital social é de Kz: 100.000,00 (cem mil kwanzas), integralmente realizado em dinheiro, dividido e representado por 2 (duas) quotas, sendo uma no valor nominal de Kz: 70.000,00 (setenta mil kwanzas), pertencente ao sócio António Manuel Mutondeno e a outra quota no valor nominal de Kz: 30.000,00 (trinta mil kwanzas), pertencente à sócia Emiliana Mungia Santos, respectivamente.

ARTIGO 5.º

A cessão de quotas a estranhos fica dependente do consentimento da sociedade, à qual é sempre reservado o direito de preferência, deferido aos sócios se a sociedade dele não quiser fazer uso.

ARTIGO 6.º

A gerência e administração da sociedade, em todos os seus actos e contratos, em juízo e fora dele, activa e passivamente, incumbe ao sócio António Manuel Mutondeno, bastando a assinatura do gerente para obrigar validamente a sociedade.

1. O gerente poderá delegar num dos sócios ou mesmo em pessoa estranha à sociedade parte dos seus poderes de gerência, conferindo para o efeito o respectivo mandato.

2. Fica vedado ao gerente obrigar a sociedade em actos e contratos estranhos aos negócios sociais da sociedade, tais como letras de favor, fiança, abonações ou actos semelhantes.

ARTIGO 7.º

As Assembleias Gerais serão convocadas por simples cartas registadas, dirigidas aos sócios com pelo menos 30 (trinta) dias de antecedência, isto quando a lei não prescreva formalidades especiais de comunicação. Se qualquer dos sócios estiver ausente da sede social, a comunicação deverá ser feita com tempo suficiente para que possa comparecer.

ARTIGO 8.º

Os lucros líquidos apurados, depois de deduzida a percentagem para fundos ou destinos especiais criados em Assembleia Geral, serão divididos pelos sócios na propor-

ção das suas quotas, e em igual proporção serão suportadas as perdas se as houver.

ARTIGO 9.º

A sociedade não se dissolverá por morte ou impedimento de qualquer dos sócios, continuando a sua existência com o sobrevivente e herdeiros ou representantes do sócio falecido ou interdito, devendo estes nomear um que a todos represente, enquanto a quota se mantiver indivisa.

ARTIGO 10.º

Dissolvida a sociedade por acordo dos sócios e nos demais casos legais, todos os sócios serão liquidatários e a liquidação e partilha verificar-se-á como acordarem. Na falta de acordo, e se algum deles o pretender, será o activo social lícitado em bloco com obrigação do pagamento do passivo e adjudicado ao sócio que melhor preço oferecer, em igualdade de condições.

ARTIGO 11.º

A sociedade reserva-se o direito de amortizar a quota de qualquer sócio, quando sobre ela recaia arresto, penhora ou providência cautelar.

ARTIGO 12.º

Para todas as questões emergentes do presente contrato, quer entre os sócios, seus herdeiros ou representantes, quer entre eles e a própria sociedade, fica estipulado o Foro da Comarca de Luanda, com expressa renúncia a qualquer outro.

ARTIGO 13.º

Os anos sociais serão os civis e os balanços serão dados em 31 de Dezembro de cada ano, devendo encerrar a 31 de Março imediato.

ARTIGO 14.º

No omissso regularão as deliberações sociais, as disposições da Lei n.º 1/04, de 13 de Fevereiro, que é a Lei das Sociedades Comerciais, e demais legislação aplicável.

(13-21467-L02)

Operlogistics, S. A.

Certifico que, por escritura de 13 de Dezembro de 2011, lavrada com início a folhas 92, do respectivo livro de notas para escrituras diversas n.º 973-A, do 1.º Cartório Notarial de Luanda, a cargo do Notário, Licenciado, Amorbelo Vinevala Paulino Sitôngua, foi celebrada uma escritura de constituição da sociedade «Operlogistics, S. A.», que se regerá nos termos constantes dos seguintes artigos:

ESTATUTOS DA SOCIEDADE OPERLOGISTICS, S. A.

CAPÍTULO I

Denominação, Sede, Objecto e Duração

ARTIGO 1.º

(Denominação)

A sociedade adopta a tipologia de sociedade anónima e a denominação «Operlogistics, S. A.».

ARTIGO 2.º

(Sede)

A sociedade tem a sua sede em Luanda, na Rua N'Dunduma, n.º 36, 2.º andar, Apartamento 21, podendo ser transferida para qualquer outro local por simples deliberação do Conselho de Administração que, nos mesmos termos deliberativos, poderá ainda abrir e encerrar sucursais, filiais, agências, delegações ou quaisquer outras formas de representação social em território nacional ou no estrangeiro.

ARTIGO 3.º

(Duração)

A sociedade durará por tempo indeterminado, contando-se o seu início a data da celebração da presente escritura pública do acto de constituição.

ARTIGO 4.º

(Objecto)

1. A sociedade tem por objecto prestação de serviços operacionais integrados de logística transitário e/ou despachante, transporte de mercadorias, armazenagem e gestão de stocks, armazenagem afiançada, terminais de segunda linha/portos secos, bases/entrepósitos logísticos, distribuidor/abastecedor logístico e vendas a retalho de mercadorias, mudanças e embalagens, down stream, gestão de empreendimentos, consultoria especializada, promoção e mediação de negócios, formação profissional, podendo dedicar-se a outros ramos de actividade, desde que permitidos por lei, por simples deliberação da Assembleia Geral.

2. Para prossecução do seu objecto social, reforço de estrutura tecnológica e capacidades específicas, a sociedade poderá criar empresas sectoriais ou associar-se a empresas nacionais ou estrangeiras, nos termos da lei, por simples deliberação de Assembleia Geral.

CAPÍTULO II

Capital Social, Acções, Cessões e Obrigações

ARTIGO 5.º

(Capital social, acções, cessões e obrigações)

1. O capital social é de Kz: 2.000.000,00 (dois milhões de kwanzas), totalmente subscrito e realizado em dinheiro, representado por 1.000 (mil) acções, com o valor nominal de Kz: 2.000,00 (dois mil kwanzas) cada uma, conforme consta da lista anexa que faz parte integrante da presente escritura.

2. As acções poderão ser nominativas ou ao portador e representadas em títulos de 1, 10 e 100 acções, sendo possível a sua conversão e desdobramento, bem como o registo das acções ao portador, ficando as respectivas despesas a cargo dos interessados.

3. Os títulos das acções serão assinados por dois Administradores, devendo um deles ser o Presidente do Conselho de Administração, ou pelo Administrador-Único, caso exista.

4. A transmissão de acções é livre entre os sócios após ter sido dado à sociedade direito de preferência para o efeito e por escrito.

ARTIGO 12.º

No omissão, regularão as deliberações da Lei n.º 1/04, de 13 de Fevereiro, e demais disposições aplicáveis, vigentes e a vigorar no País.

(13-21430-L01)

ANTÓNIO MUTONDENO & FILHOS — Importação e Exportação, Limitada

Certifico que, por escritura de 12 de Dezembro de 2013, lavrada com início a folhas 36, do livro de notas para escrituras diversas n.º 336, do Cartório Notarial do Guiché Único da Empresa, a cargo do Notário, Lúcio Alberto Pires da Costa, Licenciado em Direito, foi constituída entre:

Primeiro: — António Manuel Mutondeno, solteiro, maior, residente em Luanda, Município de Bela, Distrito Urbano do Kilamba Kiaxi, Bairro Palanca, casa s/n.º;

Segundo: — Emília Mungia Santos, solteira, maior, residente em Luanda, Município de Belas, Distrito Urbano do Kilamba Kiaxi, Bairro Palanca, Rua O, Casa n.º 3;

Uma sociedade comercial por quotas de responsabilidade limitada, que se regerá nos termos constantes dos artigos seguintes.

Está conforme.

Cartório Notarial do Guiché Único da Empresa, em Luanda, 12 de Dezembro de 2013. — O ajudante, *ilegível*.

ESTATUTO DA SOCIEDADE ANTÓNIO MUTONDENO & FILHOS — IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO, LIMITADA

ARTIGO 1.º

A sociedade adopta a denominação social de «ANTÓNIO MUTONDENO & FILHOS — Importação e Exportação, Limitada», com sede social na Província de Luanda, Rua da Auto-Estrada, casa s/n.º, próximo do Banco BIC, Bairro Bitá, Distrito Urbano do Kilamba, Município de Belas, podendo transferi-la livremente para qualquer outro local do território nacional, bem como abrir filiais, sucursais, agências ou outras formas de representação dentro e fora do País.

ARTIGO 2.º

A sua duração é por tempo indeterminado, contando-se o início da sua actividade, para todos os efeitos legais, a partir da data da celebração da presente escritura.

ARTIGO 3.º

A sociedade tem como objecto social o comércio geral a grosso e a retalho, prestação de serviços, indústria, serralharia, caixilharia de alumínio, agricultura e pecuária, pesca, hotelaria e turismo, informática, telecomunicações, publicidade, exploração mineira e florestal, construção civil e obras públicas, comercialização de telefones e seus acessórios, transportes, camionagem, agente despachante e transitários, cabotagem, *rent-a-car*, compra e venda de viaturas novas ou usadas e seus acessórios, venda e reparação de veículos

automóveis, concessionária de material e peças separadas, de transporte, fabricação de blocos e vigotas, comercialização de combustíveis e lubrificantes, exploração de bombas de combustíveis e estação de serviço, comercialização de medicamentos, material cirúrgico, gastável e hospitalar, produtos químicos e farmacêuticos, centro médico, clínica, perfumaria, plastificação de documentos, venda de material de escritório e escolar, decorações, serigrafia, panificação, pastelaria, geladaria, boutique, representações, impressão, salão de cabeleireiro, agência de viagens, gestão, promoção e mediação imobiliária, relações públicas, representação comerciais e industriais, venda de gás de cozinha, desporto, recreação, vídeo clube, discoteca, meios industriais, realizações de actividades culturais e desportivas, manutenção de espaços verdes, segurança de bens patrimoniais, educação e cultura, escola de condução, ensino, saneamento básico, jardinagem, limpeza, desinfestação, fabricação e venda de gelo, *cyber café*, importação e exportação, podendo ainda dedicar-se a qualquer outro ramo do comércio ou indústria em que os sócios acordem e seja permitido por lei.

ARTIGO 4.º

O capital social é de Kz: 100.000,00 (cem mil kwanzas), integralmente realizado em dinheiro, dividido e representado por 2 (duas) quotas, sendo uma no valor nominal de Kz: 70.000,00 (setenta mil kwanzas), pertencente ao sócio António Manuel Mutondeno e a outra quota no valor nominal de Kz: 30.000,00 (trinta mil kwanzas), pertencente à sócia Emília Mungia Santos, respectivamente.

ARTIGO 5.º

A cessão de quotas a estranhos fica dependente do consentimento da sociedade, à qual é sempre reservado o direito de preferência, deferido aos sócios se a sociedade dele não quiser fazer uso.

ARTIGO 6.º

A gerência e administração da sociedade, em todos os seus actos e contratos, em juízo e fora dele, activa e passivamente, incumbe ao sócio António Manuel Mutondeno, que fica desde já nomeado gerente, com dispensa de caução, bastando a assinatura do gerente para obrigar validamente a sociedade.

1. O gerente poderá delegar num dos sócios ou mesmo em pessoa estranha à sociedade parte dos seus poderes de gerência, conferindo para o efeito o respectivo mandato.
2. Fica vedado ao gerente obrigar a sociedade em actos e contratos estranhos aos negócios sociais da sociedade, tais como letras de favor, fiança, abonações ou actos semelhantes.

ARTIGO 7.º

As Assembleias Gerais serão convocadas por simples cartas registadas, dirigidas aos sócios com pelo menos 30 (trinta) dias de antecedência, isto quando a lei não prescreva formalidades especiais de comunicação. Se qualquer dos sócios estiver ausente da sede social, a comunicação deverá ser feita com tempo suficiente para que possa comparecer.

ARTIGO 8.º

Os lucros líquidos apurados, depois de deduzida a percentagem para fundos ou destinos especiais criados em Assembleia Geral, serão divididos pelos sócios na propor-

ção das suas quotas, e em igual proporção serão suportadas as perdas se as houver.

ARTIGO 9.º

A sociedade não se dissolverá por morte ou impedimento de qualquer dos sócios, continuando a sua existência com o sobrevivente e herdeiros ou representantes do sócio falecido ou interdito, devendo estes nomear um que a todos represente, enquanto a quota se mantiver indivisa.

ARTIGO 10.º

Dissolvida a sociedade por acordo dos sócios e nos demais casos legais, todos os sócios serão liquidatários e a liquidação e partilha verificar-se-á como acordarem. Na falta de acordo, e se algum deles o pretender, será o activo social licitado em bloco com obrigação do pagamento do passivo e adjudicado ao sócio que melhor preço oferecer, em igualdade de condições.

ARTIGO 11.º

A sociedade reserva-se o direito de amortizar a quota de qualquer sócio, quando sobre ela recaia arresto, penhora ou providência cautelar.

ARTIGO 12.º

Para todas as questões emergentes do presente contrato, quer entre os sócios, seus herdeiros ou representantes, quer entre eles e a própria sociedade, fica estipulado o Foro da Comarca de Luanda, com expressa renúncia a qualquer outro.

ARTIGO 13.º

Os anos sociais serão os civis e os balanços serão dados em 31 de Dezembro de cada ano, devendo encerrar a 31 de Março imediato.

ARTIGO 14.º

No omissis regularão as deliberações sociais, as disposições da Lei n.º 1/04, de 13 de Fevereiro, que é a Lei das Sociedades Comerciais, e demais legislação aplicável.

(13-21467-L02)

Operlogistics, S. A.

Certifico que, por escritura de 13 de Dezembro de 2011, lavrada com início a folhas 92, do respectivo livro de notas para escrituras diversas n.º 973-A, do 1.º Cartório Notarial de Luanda, a cargo do Notário, Licenciado, Amorbelo Vinevala Paulino Sitôngua, foi celebrada uma escritura de constituição da sociedade «Operlogistics, S. A.», que se regerá nos termos constantes dos seguintes artigos:

ESTATUTOS DA SOCIEDADE OPERLOGISTICS, S. A.

CAPÍTULO I

Denominação, Sede, Objecto e Duração

ARTIGO 1.º

(Denominação)

A sociedade adopta a tipologia de sociedade anónima e a denominação «Operlogistics, S. A.».

ARTIGO 2.º

(Sede)

A sociedade tem a sua sede em Luanda, na Rua N.º Dunduma, n.º 36, 2.º andar, Apartamento 21, podendo ser transferida para qualquer outro local por simples deliberação do Conselho de Administração que, nos mesmos termos deliberativos, poderá ainda abrir e encerrar sucursais, filiais, agências, delegações ou quaisquer outras formas de representação social em território nacional ou no estrangeiro.

ARTIGO 3.º

(Duração)

A sociedade durará por tempo indeterminado, contando-se o seu início a data da celebração da presente escritura pública do acto de constituição.

ARTIGO 4.º

(Objecto)

1. A sociedade tem por objecto prestação de serviços operacionais integrados de logística transitário e/ou despachante, transporte de mercadorias, armazenagem e gestão de stocks, armazenagem afiançada, terminais de segunda linha/portos secos, bases/entrepósitos logísticos, distribuidor/abastecedor logístico e vendas a retalho de mercadorias, mudanças e embalagens, down stream, gestão de empreendimentos, consultoria especializada, promoção e mediação de negócios, formação profissional, podendo dedicar-se a outros ramos de actividade, desde que permitidos por lei, por simples deliberação da Assembleia Geral.

2. Para prossecução do seu objecto social, reforço de estrutura tecnológica e capacidades específicas, a sociedade poderá criar empresas sectoriais ou associar-se a empresas nacionais ou estrangeiras, nos termos da lei, por simples deliberação de Assembleia Geral.

CAPÍTULO II

Capital Social, Acções, Cessões e Obrigações

ARTIGO 5.º

(Capital social, acções, cessões e obrigações)

1. O capital social é de Kz: 2.000.000,00 (dois milhões de kwanzas), totalmente subscrito e realizado em dinheiro, representado por 1.000 (mil) acções, com o valor nominal de Kz: 2.000,00 (dois mil kwanzas) cada uma, conforme consta da lista anexa que faz parte integrante da presente escritura.

2. As acções poderão ser nominativas ou ao portador e representadas em títulos de 1, 10 e 100 acções, sendo possível a sua conversão e desdobramento, bem como o registo das acções ao portador, ficando as respectivas despesas a cargo dos interessados.

3. Os títulos das acções serão assinados por dois Administradores, devendo um deles ser o Presidente do Conselho de Administração, ou pelo Administrador-Único, caso exista.

4. A transmissão de acções é livre entre os sócios após ter sido dado à sociedade direito de preferência para o efeito e por escrito.

5. A transmissão de acções onerosa ou gratuita a estranhos à sociedade, fica sujeita à autorização do Conselho de Administração, o qual, após ser informado da pretensão do accionista, deliberará no prazo máximo de 5 dias, se a sociedade pretende ou não exercer o seu direito de preferência na aquisição, ou informará no mesmo prazo, por carta registada com aviso de recepção os outros accionistas, a fim de que possam ou não usar do direito de preferência que lhes assiste.

6. No caso de nem a sociedade nem os accionistas quiserem exercer o direito de preferência, o mesmo deve ser comunicado ao accionista que pretender a transmissão, tão logo o Conselho de Administração disso tenha conhecimento, para que o mesmo possa efectuar a transacção livremente.

7. Quando mais de um accionista declarar querer exercer o direito de preferência, proceder-se-á a rateio entre eles na proporção das acções que à data possuírem.

8. Usando a sociedade ou os accionistas do respectivo direito de preferência, o preço a praticar na aquisição das acções será igual ao seu valor nominal, acrescido da parte correspondente às mesmas nos fundos de reserva.

9. Os accionistas detentores de acções ou do direito da sua titularidade, por subscrição, no acto de constituição da sociedade, podem alienar livremente essas acções, assim como quem as adquirir, sem que devam observância ao disposto nos números anteriores da presente cláusula, somente durante os primeiros trinta dias imediatamente após a realização da escritura pública da constituição da sociedade.

CAPÍTULO III Órgãos Sociais

ARTIGO 6.º (Órgãos sociais)

A sociedade tem os seguintes órgãos sociais:

- a) Assembleia Geral;
- b) Conselho de Administração;
- c) Conselho Fiscal.

ARTIGO 7.º (Assembleia Geral)

1. A Assembleia Geral é constituída por todos os accionistas cujas acções estejam regularmente registadas na sede social e pode ser ordinária ou extraordinária.

2. A Assembleia Geral é dirigida por uma Mesa, composta por um Presidente e um Secretário, accionistas ou não, eleitos em Assembleia Geral por um período de quatro anos, podendo ser reeleitos por uma ou mais vezes. Podem ser eleitas pessoas colectivas, que indicarão quem as representará no exercício da função.

3. A Assembleia Geral Ordinária reunir-se-á pelo menos uma vez em cada ano, nos primeiros três meses depois de findo o exercício anterior, com os objectivos estatuidos na lei.

4. A Assembleia Geral Extraordinária reúne-se sempre que necessário, por iniciativa do Presidente da Mesa, do Conselho de Administração ou do Conselho Fiscal, ou ainda dos accionistas que representem pelo menos 5% do capital social.

5. As convocações e o funcionamento da Assembleia Geral regem-se pelos preceitos legalmente estatuidos, entendendo-se desde já que os accionistas, sem prejuízo dos demais requisitos legais, serão convocados por carta simples ou registada, com pelo menos dez dias de antecedência.

6. Sem prejuízo de outros casos de representação legalmente previstos, qualquer accionista poder-se-á fazer representar por outro accionista, enviando para o efeito, simples carta ao Presidente da Mesa da Assembleia Geral, competindo a este a verificação da autenticidade da mesma.

7. A cada 50 (cinquenta) acções corresponde um voto, sendo as deliberações tomadas por maioria simples, salvo os casos especiais previstos na lei ou estabelecidos pela Assembleia Geral.

8. Para além das atribuições previstas na lei, cabe à Assembleia Geral estabelecer as remunerações dos membros dos órgãos sociais.

9. De cada reunião da Assembleia Geral será lavrada uma acta que depois de lida e aprovada pelos accionistas presentes é assinada pelo Presidente e pelo Secretário da Mesa.

ARTIGO 8.º (Administração)

1. A sociedade é gerida por um Conselho de Administração, composto por três ou cinco administradores, accionistas ou não-accionistas, eleitos em Assembleia Geral, por um período de quatro anos, podendo ser reeleitos por uma ou mais vezes.

2. Podem ser eleitos administradores pessoas colectivas, que indicarão quem as representará no exercício da função. A sociedade poderá ainda ser gerida por um Administrador Único, se assim for deliberado pela Assembleia Geral.

3. O Conselho de Administração designará de entre os seus membros quem desempenhará as funções de Presidente.

4. O Conselho de Administração definirá a periodicidade das suas reuniões ordinárias e reunir-se-á extraordinariamente sempre que necessário, devendo em qualquer dos casos as convocatórias ser feitas com pelo menos cinco dias de antecedência.

5. De cada reunião do Conselho de Administração será lavrada uma acta que deverá, ser assinadas por todos os Administradores presentes.

6. Qualquer impedimento de um dos membros do Conselho de Administração, será preenchido por um membro do Conselho, até que cesse o impedimento ou, na impossibilidade, até à imediata reunião da Assembleia Geral, que elegerá um outro Administrador.

7. Para efectuar a gestão corrente da sociedade o Conselho de Administração poderá criar uma estrutura executiva, chefiada por um Director Geral, que poderá ser Administrador ou não, com poderes delegados para o efeito, prestando contas da sua actividade ao Conselho de Administração.

ARTIGO 9.º
(Vinculação)

1. A sociedade obriga-se validamente, em juízo e fora dele, activa e passivamente, pela assinatura:

- a) do Presidente do Conselho de Administração;
- b) de dois Administradores;
- c) do Administrador-Único, caso exista;
- d) de procuradores mandatados especificamente para o efeito.

2. Para os casos de mero expediente bastará a assinatura de um dos Administradores ou de procurador com poderes delegados para o efeito.

3. O Conselho de Administração fica desde já autorizado, a adquirir, alienar e obrigar por qualquer modo, bens móveis e imóveis, contrair empréstimos, pactuar com devedores, desistir e confessar em quaisquer pleitos e comprometer-se em arbitragens.

ARTIGO 10.º
(Conselho Fiscal)

1. A fiscalização dos actos de administração é exercida por um Conselho Fiscal composto por três membros efectivos, dos quais um Presidente e dois Vogais e por dois membros vogais suplentes, accionistas ou não-accionistas, pessoas individuais ou colectivas, eleitos pela Assembleia Geral para mandatos de quatro anos, podendo ser reeleitos por uma ou mais vezes.

2. O Conselho Fiscal terá as atribuições fixadas na lei, nos presentes estatutos e compete-lhe em especial, dar parecer sobre o relatório, balanço e contas do exercício, que lhe são submetidas pelo Conselho de Administração.

3. A Assembleia Geral poderá optar pela designação de um Fiscal-Único, individual ou colectivo e respectivo suplente, nos termos da lei vigente, desde que oficialmente habilitado para o efeito.

CAPÍTULO IV
Lucros, Disposições Gerais e TransitóriasARTIGO 11.º
(Lucros)

1. Os lucros anuais, sem prejuízo das reservas exigidas por lei, têm a aplicação que a Assembleia Geral decidir.

2. Dos lucros líquidos obtidos, 5% ficarão retidos na sociedade para constituição de um fundo de reserva legal.

3. A Assembleia Geral poderá constituir outras reservas facultativas.

ARTIGO 12.º
(Dissolução)

A deliberação sobre a dissolução da sociedade só poderá ser tomada por 2/3 da representação do capital social. A Assembleia Geral determinará a forma e o prazo de liquidação e nomeará os liquidatários, fixando-lhes as atribuições.

ARTIGO 13.º
(Primeira Assembleia Geral)

Num período não superior a 45 dias após a outorga da presente escritura, deverá realizar-se a Primeira Assembleia Geral, destinada à eleição dos membros da Mesa da Assembleia e dos restantes órgãos sociais.

ARTIGO 14.º
(Omissões)

No omissos regularão as deliberações societárias e as disposições legais aplicáveis e vigentes.

Está conforme.

É certidão que fiz extrair e vai conforme o original.

1.º Cartório Notarial da Comarca de Luanda, em Luanda, aos 15 de Março de 2012. — A Ajudante, *Doroteia Pedro Gomes*.
(14-0742-L01)

SAMBA MUHONGO & FILHOS — Comércio Geral
e Prestação de Serviços, Limitada

Certifico que, por escritura de 4 de Dezembro de 2013, lavrada com início a folhas 5, do livro de notas para escrituras diversas n.º 179-A, do Cartório Notarial do Guiché Único da Empresa, a cargo do Notário, Lúcio Alberto Pires da Costa, Licenciado em Direito, foi constituída entre:

Simão Pedro Samba Muhongo, solteiro, maior, natural de Camacupa, Província do Bié, residente habitualmente em Luanda, no Município do Cacuaco, Bairro Kicolo, casa s/n.º, que outorga neste acto por si e como representante legal das suas filhas menores, Cecília Cassuvala Simão Muhongo, de 11 anos de idade, natural do Cuito, Província do Bié, Helena Tchalo Simão Muhongo, de 9 anos de idade, natural do Cuito, Província do Bié, Emília Salomé Sebastião Muhongo, de quatro anos de idade, natural de Luanda, Isabel Sebastião Muhongo, de 2 anos de idade, natural de Luanda, Márcia Isabel Simão Muhongo, de 2 anos de idade, natural de Luanda e todas consigo conviventes;

Uma sociedade comercial por quotas de responsabilidade limitada, que se regerá nos termos constantes dos artigos seguintes.

Está conforme.

Cartório Notarial do Guiché Único da Empresa, em Luanda, 5 de Dezembro de 2013. — O ajudante, *ilegível*.

ESTATUTO DA SOCIEDADE
SAMBA MUHONGO & FILHOS — COMÉRCIO
GERAL E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, LIMITADA

ARTIGO 1.º

A sociedade adopta a denominação de «SAMBA MUHONGO & FILHOS — Comércio Geral e Prestação de Serviços, Limitada», tem a sua sede social na Província de Luanda, Município de Viana, Bairro Mutamba-B, Rua B., podendo abrir filiais, sucursais, delegações ou qualquer outra forma de representação comercial, onde for conveniente aos interessados sociais por simples deliberação da gerência tanto em Angola como no estrangeiro.

ARTIGO 2.º

A duração da sociedade é por tempo indeterminado e o seu início contar-se-á para todos os efeitos legais, a partir da data da presente escritura.

ARTIGO 3.º

O seu objecto social é a prestação de serviços, agro-pecuária, comercialização de medicamentos e gás, comércio geral a grosso e retalho, importação e exportação, educação e ensino, hotelaria, turismo, serviços residenciais, construção civil, elaboração de estudos, projectos e fiscalização de obras, elaboração de estudo e projectos de construção civil, elaboração e fiscalização de obras executivas, serviços residenciais, prestação de serviços na área de consultoria, telecomunicações, segurança de entidades públicas, privadas e electrónica, segurança privada, aquisição, a agência de recrutamento, selecção e colocação do pessoal, cedência temporária de mão-de-obra qualificada e não qualificada, recolha e gestão de resíduos domésticos e industriais, gestão e participações sociais em sociedades comerciais de âmbito nacional e internacional, administração e gestão de projectos de investimento privado, elaboração de estudos, projectos e fiscalização de obras eléctricas, elaboração de estudo e projectos de construção civil, exercício de transporte, indústria, representações comerciais, desminagem, limpeza e marcação de áreas suspeitas de minas, *rent-a-car*, concessionária de viaturas, comércio de viaturas, perfis de alumínio, ar condicionado, materiais de construção civil, venda de peças e sobressalentes, transporte aéreo não regular, transporte, camionagem, ensino de condução e de informática, Internet, pescas e comércio de acessórios de pesca, agência de viagens e transitários, agência de recrutamento de pessoal, prestação de serviço de segurança e protocolo, prestação de serviço, auditoria financeira, farmácia, telecomunicações, venda de telefones e seus acessórios, exploração mineira e florestal, serração, prestação de serviços no ramo petrolífero, cabeleireiro e boutique, papelaria, gráfica e reprodução técnica, padaria e pastelaria, peixaria, parque de diversão, gestão imobiliária, recreação, podendo ainda exercer qualquer outro ramo de comércio ou indústria com respectivas limitações legais.

ARTIGO 4.º

O capital social é de Kz: 100.000,00 (cem mil kwanzas), integralmente realizado em dinheiro, dividido e representado por seis (6) quotas, sendo uma no valor nominal de Kz: 50.000,00 (cinquenta mil kwanzas), pertencente ao sócio Simão Pedro Samba Muhongo e outras cinco (5) quotas iguais no valor de Kz: 10.000,00 (dez mil kwanzas) cada uma, pertencentes aos sócios Cecília Cassuvala Simão Muhongo, Helena Tchalo Simão Muhongo, Emília Salomé Sebastião Muhongo, Isabel Sebastião Muhongo e Márcia Isabel Simão Muhongo, respectivamente.

ARTIGO 5.º

1. A gerência e administração da sociedade em todos os seus actos e contratos, em juízo e fora dele, activa e passivamente

incumbe ao sócio Simão Pedro Samba Muhongo, que desde já fica nomeado gerente com dispensa de caução, bastando a assinatura dele para obrigar validamente a sociedade.

2. O gerente poderá delegar noutros sócios ou em pessoas estranhas à sociedade, todos ou parte dos seus poderes de gerência, conferindo para o efeito o respectivo mandato, em nome da sociedade, desde que concedam anuência.

3. Fica vedado ao gerente obrigar a sociedade em actos ou operações de interesse alheio, nomeadamente em avales, fianças, abonações ou actos semelhantes.

ARTIGO 6.º

A cessão de quotas entre os sócios é livre, mas quando feita a estranhos, fica dependente do consentimento da sociedade, à qual é sempre reservado o direito de preferência, deferido aos sócios se a sociedade dele não quiser usar.

ARTIGO 7.º

As Assembleias Gerais quando a lei não prescreva outras formalidades serão convocadas por meio de cartas registadas e dirigidas aos sócios com pelo menos 15 dias de antecedência.

ARTIGO 8.º

Os lucros líquidos apurados, depois de deduzida a percentagem de 20% para o fundo de reserva legal quando devida e quaisquer outras percentagens para fundos ou destínos especiais criados em Assembleia Geral, serão divididos pelos sócios na proporção das suas quotas, bem como as perdas se as houver.

ARTIGO 9.º

A sociedade não se dissolverá por morte ou interdição de qualquer dos sócios, continuando com os sobreviventes ou capazes e os herdeiros ou representantes do sócio falecido ou interdito, devendo estes nomear um que a todos represente na sociedade, enquanto a quota se mantiver indivisa.

ARTIGO 10.º

Dissolvida a sociedade por acordo dos sócios e nos demais casos legais, todos serão liquidatários e à liquidação e partilha procederão como então acordarem. Na falta de acordo e se algum dos sócios o pretender, será o activo social lícitado em globo, com a obrigação do pagamento do passivo e adjudicado ao sócio que melhor preço oferecer, em igualdade de condições.

ARTIGO 11.º

No omissio regularão as disposições da Lei n.º 1/04, de 13 de Fevereiro, Lei das Sociedades Comerciais, as deliberações sociais tomadas em forma legal e demais legislação aplicável.

(13-21493-L02)

ANGOPREDIAL — Empreendimentos Imobiliários, Limitada

Certifico que, com início a folhas 43, do livro de notas para escrituras diversas n.º 976-C, do 1.º Cartório Notarial

da Comarca de Luanda, se encontra lavrada a escritura do teor seguinte:

Cessão de quotas, admissão de novo sócio e alteração parcial do pacto social da sociedade «ANGOPREDIAL — Empreendimentos Imobiliários, Limitada».

No dia 12 de Julho de 2012, em Luanda, e 1.º Cartório Notarial, perante mim, o respectivo Notário, Licenciado, Amorbelo Vinevala Paulino Sitôngua, compareceu como outorgante:

Valdemar Ricardo Marques, de nacionalidade portuguesa, natural de Socorro, Lisboa, casado, titular do Passaporte n.º L-704929, emitido pelo Consulado Geral de Lisboa, em Angola, aos 27 de Abril de 2011, residente em Luanda, na Rua Garcia de Resende, n.º 75, Bairro Alvalade, Distrito da Maianga, que outorga em nome e representação das seguintes sociedades comerciais:

Primeiro: — «TEIXEIRA DUARTE — Engenharia e Construções (Angola), Limitada», com sede em Luanda, na Rua Amílcar Cabral, n.º 27-C, com capital social no montante de Kz: 1.000.000,00, integralmente realizado em dinheiro, e demais valores do activo social, dividido e representado por duas quotas, sendo uma no valor nominal de Kz: 800.000,00, da sócia «TEIXEIRA DUARTE — Engenharia e Construções, S.A.», e outra no valor nominal de Kz: 200.000,00, da «TEIXEIRA DUARTE - Gestão de Participações Financeiras e Investimentos Imobiliários, S.A.», matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Luanda, sob o n.º 65.446;

Segundo: — «IMOAFRO — Empreendimentos Imobiliários, Limitada», com sede em Luanda, na Rua Amílcar Cabral, n.º 51, 1.º andar, Apartamento C, com capital social no montante de Kz: 500.000,00, integralmente realizado em dinheiro, e demais valores do activo social, dividido e representado por duas quotas, sendo uma no valor nominal de Kz: 475.000,00 da sócia «ANGOÍMO — Empreendimentos e Construções, Limitada», e outra no valor nominal de Kz: 25.000,00, da «CASANGOL — Gestão Imobiliária, Limitada», matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Luanda, sob o n.º 65.790;

Verifiquei a identidade do outorgante pelos mencionados documentos e a suficiência dos poderes para o presente acto, de acordo com as Actas Avulsas n.º 25 e 28 da Assembleia Geral deliberativa realizada aos 8 do mês de Outubro de 2011, verifiquei-os em face aos documentos que adiante menciono para os devidos efeitos e arquivo.

E pelo outorgante foi dito:

Que as sociedades comerciais, sob as denominações sociais «ANGOÍMO — Empreendimentos e Construções, Limitada» e «IMOAFRO — Empreendimentos Imobiliários, Limitada», são as únicas e actuais sócias da sociedade comercial por quotas, sob a denominação «ANGOPREDIAL — Empreendimentos Imobiliária, Limitada», com sede em Luanda, Amílcar Cabral, n.º 51, 1.º andar-C, constituída por escritura de 3 de Novembro de 1994, lavrada com início a

folhas 60, verso a folhas 64, do livro de notas para escrituras diversas n.º 128-B, do 2.º Cartório Notarial de Luanda, tendo sido efectuada a última alteração do estatuto da sociedade por escritura lavrada de folhas 58 verso a folhas 61, do livro de notas para escrituras diversas n.º 120-D, do mesmo Cartório Notarial de Luanda, aos 22 de Março de 2002, registada na Conservatória do Registo Comercial de Luanda sob n.º 878/951009, com o capital social de Kz: 500.000,00, realizado em dinheiro, e outros valores do activo social, dividido e representado por duas quotas, sendo uma no valor nominal de Kz: 475.000,00 pertencente à sócia «ANGOÍMO — Empreendimentos e Construções, Limitada» e outra no valor nominal de Kz: 25.000,00, pertencente à sócia «IMOAFRO — Empreendimentos Imobiliários, Limitada».

Que, pela presente escritura e conforme deliberação constante das Actas Avulsas n.os 25 e 28 respectivamente, das Assembleias Gerais, datada de 8 de Outubro de 2011, o outorgante procede aos seguintes actos:

Cessão de quota: O outorgante, em representação da sociedade comercial «IMOAFRO — Empreendimentos Imobiliários, Limitada», titular de uma quota no valor nominal de Kz: 25.000,00, cede a respectiva quota, por igual valor nominal, livre de ónus e encargos, à «TEIXEIRA DUARTE — Engenharia e Construções (Angola), Limitada», que aceita a referida cessão nos termos exarados, e a «IMOAFRO — Empreendimentos Imobiliários, Limitada», aparta-se definitivamente da sociedade, nada tendo nela a reclamar, tendo o outorgante em representação da sociedade comercial «ANGOÍMO — Empreendimentos e Construções, Limitada», renunciado o respectivo direito de preferência.

Ainda de acordo com aquela acta da Assembleia Geral e em consequência do acto precedente, altera parcialmente o pacto social da sociedade «ANGOPREDIAL — Empreendimentos Imobiliários, Limitada», no seu artigo 3.º, passando então a ter a seguinte nova redacção:

ARTIGO 3.º

O capital social é de Kz: 500.000,00, realizado em dinheiro, e outros valores do activo social, dividido e representado por duas quotas, uma no valor nominal de Kz: 475.000,00 da sócia «ANGOÍMO — Empreendimentos e Construções, Limitada» e outra no valor nominal de Kz: 25.000,00 da sócia «TEIXEIRA DUARTE — Engenharia e Construções (Angola), Limitada».

Finalmente disse que, mantêm válidas e inalteradas as restantes cláusulas do estatuto da sociedade.

Assim disseram e outorgaram.

Arquivo os seguintes documentos:

- a) *Diário da República*;
- b) Fotocópia de identificação pessoal dos outorgantes;
- c) Fotocópia da certidão comercial e Actas Avulsas n.os 25 e 28 da Assembleia Geral de 8 de Outubro de 2011.

Em voz alta e na sua presença fiz a leitura desta escritura e a explicação do seu conteúdo, e preveni o outorgante de que este acto deve ser registado no prazo de 90 dias.

Assinados: Valdemar Ricardo Marques. — O Notário,
Amorbela Vinevala Paulino Sitôngua.

Imposto de Selo: Kz: 2.125,00.

Está conforme.

É certidão que fiz extrair e vai conforme o original.

1.º Cartório Notarial da Comarca de Luanda, em Luanda,
aos 25 de Setembro de 2012. — A Ajudante de Notário,
Doroteia Pedro Gomes. (13-21440-L01)

LAVOREM — Angola (SU), Limitada

Israel Carlos de Sousa Nambi, Licenciado em direito
Conservador-Adjunto da Conservatória do Registo
Comercial de Luanda, 2.ª Secção do Guiché Único da
Empresa.

Certifico que Catarina Solange Pires da Silva Pais do
Amaral, casada com Fernando de Almeida Pais do Amaral,
sob o regime de comunhão de bens adquiridos, residente em
Luanda, Distrito Urbano da Ingombota, Bairro Kinanga, Rua
Guerrilheiro Makesso 14, constituiu uma sociedade unipes-
soal por quotas denominada, «Lavorem, (SU), Limitada»,
registada sob o n.º 4.106/13, que se vai reger pelo disposto
no documento em anexo.

Está conforme.

Conservatória do Registo Comercial de Luanda,
2.ª Secção do Guiché Único da Empresa, em Luanda, 16 de
Dezembro de 2013. — O ajudante, *ilegível*.

ESTATUTO DA SOCIEDADE LAVOREM — ANGOLA SU, LIMITADA

ARTIGO 1.º (Denominação e sede)

A sociedade adopta a denominação de «LAVOREM —
Angola (SU), Limitada», com sede social na Província de
Luanda, no Condomínio da Vila Espaa, Casa n.º 39, Bairro
Morro Bento, Município de Belas, podendo transferi-la
livremente para qualquer outro local do território nacional,
bem como abrir filiais, sucursais, agências ou outras formas
de representação dentro e fora do País.

ARTIGO 2.º (Duração)

A sua duração é por tempo indeterminado, contando-se o
início da sua actividade, para todos os efeitos legais, a partir
do respectivo registo.

ARTIGO 3.º (Objecto)

A sociedade tem como objecto social a prestação de
serviços, hotelaria e turismo, comércio a retalho, indús-
tria, pescas, agro-pecuária, informática, telecomunicações,

construção civil e obras públicas, fiscalização de obra,
saneamento básico, compra e venda de móveis e imóveis,
modas e confecções, transportes marítimo, aéreo e terrestre
de passageiros ou de mercadorias, transitários, oficina auto,
assistência técnica, comercialização de petróleo e lubrifica-
tes, exploração de bombas de combustíveis, farmácia, centro
médico, perfumaria, agenciamento de viagens, promoção
mediação imobiliária, relações públicas, pastelaria e pan-
ficação, exploração de parques de diversões, realização de
espectáculos culturais, recreativos e desportivos, explora-
ção mineira e florestal, estação de serviços, representações
comerciais, serralharia, carpintaria, venda de alumínio,
cultura e ensino geral, segurança de bens patrimoniais,
importação e exportação, podendo ainda dedicar-se a qual-
quer outro ramo de comércio ou indústria em que os sócios
acordem e seja permitido por lei.

ARTIGO 4.º (Capital)

O capital social é de Kz: 100.000,00 (cem mil kwan-
zas), integralmente realizado em dinheiro, representado por
1 (uma) quota no valor nominal de Kz: 100.000,00 (cem mil
kwanzas), pertencente à sócia-única, Catarina Solange Pires
da Silva Pais do Amaral.

ARTIGO 5.º (Cessão de quotas)

A cessão da quota implica a saída do sócio cedente ou a
transformação da mesma em sociedade pluripessoal.

ARTIGO 6.º (Gerência)

A gerência e administração da sociedade, em todos os
seus actos e contratos, em juízo e fora dele, activa e passi-
vamente, incumbem à sócia-única, bastando a sua assinatura
para obrigar validamente a sociedade.

1. Fica vedado à gerente obrigar a sociedade em actos e
contratos estranhos aos negócios sociais da sociedade, tais
como letras de favor, fiança, abonações ou actos seme-
lhantes.

2. A sócia-única poderá nomear pessoa estranha à socie-
dade para assumir as funções de gerência.

ARTIGO 7.º (Decisões)

As decisões do sócio único de natureza igual às delibera-
ções da Assembleia Geral deverão ser registadas em acta por
ele assinadas e mantidas em livro de actas.

ARTIGO 8.º (Dissolução)

A sociedade não se dissolverá por morte ou impedi-
mento do sócio único, continuando a sua existência com o
sobrevivo e herdeiros ou representantes do sócio falecido ou
interdito, devendo estes nomear um que a todos represente,
enquanto a quota se mantiver indivisa.

ARTIGO 9.º (Liquidação)

A liquidação da sociedade far-se-á nos termos da LSC.

ARTIGO 10.º
(Balanços)

Os anos sociais serão os civis e os balanços serão dados em 31 de Dezembro de cada ano, devendo encerrar a 31 de Março imediato.

ARTIGO 11.º
(Omisso)

No omisso regularão as deliberações sociais, as disposições da Lei n.º 19/12, de 11 de Junho, e ainda as disposições da Lei das Sociedades Comerciais, n.º 1/04, de 13 de Fevereiro.

(13-21474-L02)

Konate Drissa & Filhos Comercial, Limitada

Certifico que, por escritura de 16 de Dezembro de 2013, lavrada com início a folhas 63, do livro de notas para escrituras diversas n.º 180-A, do Cartório Notarial do Guiché Único da Empresa, a cargo do Notário, Lúcio Alberto Pires da Costa, Licenciado em Direito, foi constituída entre:

Konate Dembele Drissa, casado com Maria Albertina Mbombo, sob o regime de comunhão de bens adquiridos, residente em Luanda, no Município do Cazenga, Bairro Cuca, Rua 1, Casa n.º 19, que outorga neste acto por si individualmente e em representação de seus filhos menores, Aminata Garcia Kuruma, de 17 anos de idade, Silva Ally Idrissa, de 12 anos de idade e Júnior Maliki Idrissa, de 9 anos de idade e consigo conviventes;

Uma sociedade comercial por quotas de responsabilidade limitada, que se regerá nos termos constantes dos artigos seguintes.

Está conforme.

Cartório Notarial do Guiché Único da Empresa, em Luanda, 16 de Dezembro de 2013. — O ajudante, *ilegível*.

ESTATUTO DA SOCIEDADE
KONATE DRISSA & FILHOS COMERCIAL, LIMITADA

ARTIGO 1.º
(Denominação e sede)

A sociedade adopta a denominação de «Konate Drissa & Filhos Comercial, Limitada», com sede social na Província de Luanda, Rua 1, Casa n.º 19, Bairro Cuca, Município do Cazenga, podendo transferi-la livremente para qualquer outro local do território nacional, bem como abrir filiais, sucursais, agências ou outras formas de representação dentro e fora do País.

ARTIGO 2.º
(Duração)

A sua duração é por tempo indeterminado, contando-se o início da sua actividade, para todos os efeitos legais, a partir da data da celebração da presente escritura.

ARTIGO 3.º
(Objecto)

- A sociedade tem como objecto social comércio geral a grosso e a retalho, prestação de serviços, hotelaria e turismo, indústria, pescas, agro-pecuária, agricultura, informática, telecomunicações, construção civil e obras públicas, fiscalização de obras, saneamento básico, compra e venda de móveis e imóveis, modas e confecções, transportes, marítimo, aéreo e terrestres de passageiros ou de mercadorias, transitários, oficina auto, salão de cabeleireira, botequim, assistência técnica, comercialização de petróleo e lubrificantes, exploração de bombas de combustíveis, farmácia, centro médico, clínica geral, perfumaria, agência de viagens, promoção e mediação imobiliária, relações públicas, pastelaria e panificação, exploração de parques de diversões, realização de espectáculos culturais, recreativos e desportivos, exploração mineira e florestal estação de serviços, representações comerciais, serralharia, carpintaria, venda de alumínio e sua utilização, cultura e ensino geral, segurança de bens patrimoniais, importação e exportação, podendo ainda dedicar-se a qualquer outro ramo de comércio ou indústria em que os sócios acordem e seja permitido por lei.

ARTIGO 4.º
(Capital)

O capital social é de Kz: 100.000,00 (cem mil kwanzas), integralmente realizado em dinheiro, dividido e representado por 4 (quatro) quotas, sendo 2 (duas) quotas iguais no valor nominal de Kz: 15.000,00 (quinze mil kwanzas) cada uma, pertencentes aos sócios Silva Ally Idrissa e Júnior Maliki Idrissa, outra quota no valor nominal de Kz: 20.000,00 (vinte mil kwanzas), pertencente à sócia Aminata Garcia Kuruma, e outra quota no valor nominal de Kz: 50.000,00 (cinquenta mil kwanzas), pertencente ao sócio Konate Dembele Drissa, respectivamente.

ARTIGO 5.º
(Cessão de quotas)

A cessão de quotas a estranhos fica dependente do consentimento da sociedade, à qual é sempre reservado o direito de preferência, deferido aos sócios se a sociedade dele não quiser fazer uso.

ARTIGO 6.º
(Gerência)

A gerência e administração da sociedade, em todos os seus actos e contratos, em juízo e fora dele, activa e passivamente, incumbem ao sócio Konate Dembele Drissa, que fica desde já nomeado gerente, com dispensa de caução, bastando a assinatura do gerente para obrigar validamente a sociedade.

1. Fica vedado ao gerente obrigar a sociedade em actos e contratos estranhos aos negócios sociais da sociedade, tais como letras de favor, fiança, abonações ou actos semelhantes.

ARTIGO 7.º
(*Assembleia*)

As Assembleias Gerais serão convocadas por simples cartas registadas, dirigidas aos sócios com pelo menos trinta (30) dias de antecedência, isto quando a lei não prescreva formalidades especiais de comunicação. Se qualquer dos sócios estiver ausente da sede social a comunicação deverá ser feita com tempo suficiente para que possa comparecer.

ARTIGO 8.º
(*Divisão dos lucros*)

Os lucros líquidos apurados, depois de deduzida a percentagem para fundos ou destinos especiais criados em Assembleia Geral, serão divididos pelos sócios na proporção das suas quotas e em igual proporção serão suportadas as perdas se as houver.

ARTIGO 9.º
(*Dissolução*)

A sociedade não se dissolverá por morte ou impedimento de qualquer dos sócios, continuando a sua existência com os sobreviventes e herdeiros ou representantes do sócio falecido ou interdito, devendo estes nomear um que a todos represente, enquanto a quota se mantiver indivisa.

ARTIGO 10.º
(*Liquidação*)

Dissolvida a sociedade por acordo dos sócios e nos demais casos legais, todos os sócios serão liquidatários e a liquidação e partilha realizar-se-á como acordarem. Na falta de acordo e se algum deles o pretender, será o activo social licitado em bloco, com obrigação do pagamento do passivo e adjudicado ao sócio que melhor preço oferecer, em igualdade de condições.

ARTIGO 11.º
(*Preferência na amortização*)

A sociedade reserva-se o direito de amortizar a quota de qualquer sócio, quando sobre ela recaia arresto, penhora ou providência cautelar.

ARTIGO 12.º
(*Foro competente*)

Para todas as questões emergentes do presente contrato, quer entre os sócios, seus herdeiros ou representantes, quer entre eles e a própria sociedade, fica estipulado o Foro da Comarca de Luanda, com expressa renúncia a qualquer outro.

ARTIGO 13.
(*Balanços*)

Os anos sociais serão os civis e os balanços serão dados em 31 de Dezembro de cada ano, devendo encerrar a 31 de Março imediato.

ARTIGO 14.º
(*Omisso*)

No omissão regularão as deliberações sociais, as disposições da Lei n.º 1/04, de 13 de Fevereiro, que é a Lei das Sociedades Comerciais, e demais legislação aplicável.

(13-21476-L02)

Syramec, Limitada

Aumento do capital social, cessão de quotas, admissão de novo sócio e alteração parcial do pacto social da sociedade «Syramec, Limitada».

Certifico que, por escritura de 10 de Dezembro de 2013, lavrada com início a folhas 74, do livro de notas para escrituras diversas n.º 179-A, do Cartório Notarial do Guiché Único da Empresa, a cargo do Notário, Lúcio Alberto Pires da Costa, Licenciado em Direito, compareceu como outorgante:

Gertrudes Chinawalaca Tomé Guimarães, casada, natural do Huambo, Província do Huambo, residente habitualmente em Luanda, no Município da Maianga, Bairro Alvalade, Rua Comandante Dangereux, n.ºs 37-39, Zona 5, que outorga neste acto em representação das sociedades «Syracuse, Limitada», com sede em Luanda, no Município da Maianga, Bairro Alvalade, Rua José Barbosa, «C & MEC — Investimentos e Gestão de Participações, Limitada», com sede em Luanda, no Município da Ingombota, Bairro dos Coqueiros, Rua Frederic Engels n.º 5, «CPC África, S.A.», com sede em Luanda, no Município de Belas, no Distrito da Samba, Gamek, Condomínio Umbi Umbi, rua s/n.º, casa s/n.º, e «Nótus, Limitada», com sede em Luanda, no Município do Sambizanga, Bairro Valódia, Avenida Hoji-ya-Henda, n.º 3, 7.º andar.

Verifiquei a identidade da outorgante pelo mencionado documento de identificação, bem como certifico a qualidade e a suficiência de poderes do mesmo, para a prática do acto, conforme os documentos que no fim menciono e arquivo.

Declara a mesma:

Que, a sua primeira, segunda e terceira representadas, são as únicas e actuais sócias da sociedade por quotas de responsabilidade limitada, denominada «Syramec, Limitada», com sede em Luanda, no Município da Ingombota, Bairro Maculusso, Rua Fernão de Sousa, Casa n.º 27, constituída por escritura datada de 24 de Novembro de 2011, com início a folhas 43, verso a folhas 44, do livro de notas para escrituras diversas 69-A e alterada por escritura datada de 24 de Abril de 2013, com início a folhas 81, do livro de notas para escrituras diversas n.º 305, registada na Conservatória do Registo Comercial de Luanda, 2.ª Secção do Guiché Único Kz: 100.000,00 (cem mil kwanzas), integralmente realizado em dinheiro, dividido e representado por três quotas, sendo uma no valor nominal de Kz: 34.000,00 (trinta e quatro mil kwanzas), pertencente à sócia «C & MEC — Investimentos e Gestão de Participações, Limitada» e outras duas iguais no valor nominal de Kz: 33.000,00 (trinta e três mil kwanzas) cada uma, pertencentes às sócias «Syracuse, Limitada» e «CPC África, S.A.»;

Que pela presente escritura e conforme deliberado por acta de Assembleia Geral datada de 14 de Outubro de 2013, a outorgante manifesta a vontade das sócias procederem ao aumento do capital social de Kz: 100.000,00 (cem mil kwanzas), para Kz: 30.000.000,00 (trinta milhões de kwanzas), sendo o valor do aumento de Kz: 29.900.000,00 (vinte e nove milhões e novecentos mil kwanzas), que já deu entrada na caixa social, subscrito na seguinte proporção:

A sócia «Syracuse, Limitada» subescreve uma nova quota no valor de Kz: 9.867.000,00 (nove milhões oitocentos e sessenta e sete mil kwanzas), que unifica com a quota que já detinha na sociedade, passando a ter uma quota única no valor nominal de Kz: 9.900.000,00 (nove milhões e novecentos mil kwanzas);

A sócia «C & MEC — Investimentos e Gestão de Participações, Limitada» subescreve uma quota no valor nominal de Kz: 10.166.000,00 (dez milhões cento e sessenta e seis mil kwanzas), que unifica com a quota que já detinha na sociedade, passando a ter a quota única no valor nominal de Kz: 10.200.000,00 (dez milhões e duzentos mil kwanzas);

A sócia «CPC África, S.A.» subescreve uma nova quota no valor de Kz: 9.867.000,00 (nove milhões oitocentos e sessenta e sete mil kwanzas), que unifica com a quota que já detinha na sociedade, passando a ter uma quota única no valor nominal de Kz: 9.900.000,00 (nove milhões e novecentos mil kwanzas);

Que, ainda na presente escritura a outorgante no uso dos poderes que lhe foram conferidos, manifesta a vontade da sua primeira representada a sociedade «Syracuse, Limitada», dividir a sua respectiva quota em duas novas, sendo a primeira no valor nominal de Kz: 4.950.000,00 (quatro milhões novecentos e cinquenta mil kwanzas), que cede à sua quarta outorgante «Nótus, Limitada», valor este já recebido pela cedente que aqui lhe dá a respectiva quitação;

Que, a outorgante sempre agindo no âmbito dos poderes à si conferidos, aceita a referida cessão feita a sua quarta representada, nos precisos termos exarados;

Que, a sociedade prescinde do seu direito de preferência ao abrigo do artigo 5.º do pacto social e admite a quarta representante da outorgante como sócia;

Que, em função dos actos praticados altera-se a redacção do artigo 4.º do pacto social, que passa a ser a seguinte:

ARTIGO 4.º

O capital social, integralmente realizado em dinheiro é de Kz: 30.000.000,00 (trinta milhões de kwanzas) e já depositado, dividido e representado em 4 (quatro) quotas, sendo a primeira no valor nominal de Kz: 10.200.000,00 (dez milhões e duzentos mil kwanzas), pertencente à sócia «C & MEC — Investimentos e Gestão de Participações, Limitada», a segunda no valor nominal de Kz: 9.900.000,00 (nove milhões e novecentos mil kwanzas), pertencente à sócia «CPC África, S.A.» a terceira e quarta iguais no valor nominal de Kz: 4.950.000,00 (quatro milhões novecentos e cinquenta mil kwanzas) cada uma, pertencentes às sócias «Syracuse, Limitada» e «Nótus, Limitada».

Declara ainda a mesma que mantêm-se firmes e válidas as demais disposições do pacto social não alteradas pela presente escritura.

Assim o disse e outorgou.

Está conforme.

Cartório Notarial do Guiché Único da Empresa, em Luanda, 17 de Dezembro de 2013. — O ajudante, *ilegível*.

(13-21518-L02)

DENSE — Comércio e Serviços, Limitada

Certifico que, por escritura de 19 de Dezembro de 2013, lavrada com início a folhas 14 do livro de notas para escrituras diversas n.º 337, do Cartório Notarial do Guiché Único da Empresa, a cargo do Notário, Lúcio Alberto Pires da Costa, Licenciado em Direito, foi constituída entre:

Primeiro: — Isalita Gomes de Pina Rosa, solteira, maior, natural de S. Lourenço-Fogo, de nacionalidade caboverdiana, residente habitualmente em Luanda, Distrito Urbano da Ingombota, Bairro Largo do Atlético n.º 6, 4.º andar, Apartamento n.º 5;

Segundo: — Carlos Alberto Alonso Henriques, casado com Denise Nair Brito da Rocha Santos Henriques, sob o regime de comunhão de adquiridos, natural de Dombes-Grande, Província de Benguela, residente habitualmente em Luanda, Distrito Urbano da Maianga, Bairro Alvalade;

Uma sociedade comercial por quotas de responsabilidade limitada, que se regerá nos termos constantes dos artigos seguintes.

Está conforme.

Cartório Notarial do Guiché Único da Empresa, em Luanda, aos 19 de Dezembro de 2013. — O ajudante, *ilegível*.

ESTATUTO DA SOCIEDADE DENSE — COMÉRCIO E SERVIÇOS, LIMITADA

ARTIGO 1.º

(Denominação e sede)

A sociedade adopta a denominação de «DENSE — Comércio e Serviços, Limitada», com sede social na Província de Luanda, Largo Atlético, n.º 6, 4.º andar, Apartamento n.º 5, Bairro, Município de Luanda, Distrito Urbano da Ingombota, podendo transferi-la livremente para qualquer outro local do território nacional, bem como abrir filiais, sucursais, agências ou outras formas de representação dentro e fora do País.

ARTIGO 2.º

(Duração)

A sua duração é por tempo indeterminado, contando-se o início da sua actividade, para todos os efeitos legais, a partir da data da celebração da presente escritura.

ARTIGO 3.º

(Objecto)

A sociedade tem como objecto social o comércio geral a grosso e a retalho, importação e exportação, venda de móveis e imóveis, prestação de serviços, hotelaria e turismo, indústria, pescas, agro-pecuária, agricultura, informática, telecomunicações, construção civil e obras públicas, compra e modas e confecções, transportes marítimo, aéreo e terrestres, camionagem, transitários, *rent-a-car*, compra e venda de viaturas novas e de ocasião ou usadas, aluguer de viaturas com ou sem condutor, transportes de passageiros ou de mercadorias, oficina auto, venda de material de escritório e escolar, salão de cabeleireira, botequim, assistência técnica, comercialização de petróleo e lubrificantes, farmácia, centro médico, clínica geral, perfumaria, agência de via-

gens, promoção e mediação imobiliária, relações públicas, pastelaria, panificação, geladaria, exploração de parques de diversões, realização de espectáculos culturais, recreativos e desportivos, exploração mineira e florestal, exploração de bombas de combustíveis, estação de serviços, representações comerciais, serralharia, carpintaria, venda de alumínio e sua utilização, cultura e ensino geral, segurança de bens patrimoniais, podendo ainda dedicar-se a qualquer outro ramo do comércio ou indústria em que os sócios acordem e seja permitido por lei.

ARTIGO 4.º
(Capital)

O capital social é de Kz: 1.000.000,00 (um milhão de kwanzas), integralmente realizado em dinheiro, dividido e representado por 2 (duas) quotas, sendo uma (1) no valor nominal de Kz: 900.000,00 (novecentos mil kwanzas), pertencente à sócia Isalita Gomes de Pina Rosa, e outra quota no valor nominal de Kz: 100.000,00 (cem mil kwanzas), pertencente ao sócio Carlos Alberto Alonso Henriques, respectivamente.

ARTIGO 5.º
(Cessão de quotas)

A cessão de quotas a estranhos fica dependente do consentimento da sociedade, à qual é sempre reservado o direito de preferência deferido aos sócios se a sociedade dele não quiser fazer uso.

ARTIGO 6.º
(Gerência)

A gerência e administração da sociedade, em todos os seus actos e contratos, em juízo e fora dele, activa e passivamente, incumbem aos sócios Isalita Gomes de Pina Rosa e Carlos Alberto Alonso Henriques, que ficam desde já nomeados gerentes, com dispensa de caução, bastando as assinaturas dos 2 (dois) gerentes para obrigar validamente a sociedade.

1. Os gerentes poderão delegar mesmo em pessoa estranha à sociedade parte dos seus poderes de gerência, conferindo para o efeito o respectivo mandato.

2. Fica vedado aos gerentes obrigar a sociedade em actos e contratos estranhos aos negócios sociais da sociedade, tais como, letras de favor, fiança, abonações ou actos semelhantes.

ARTIGO 7.º
(Assembleia)

As Assembleias Gerais serão convocadas por simples cartas registadas, dirigidas aos sócios com pelo menos 30 (trinta) dias de antecedência, isto quando a lei não prescreva formalidades especiais de comunicação. Se qualquer dos sócios estiver ausente da sede social a comunicação deverá ser feita com tempo suficiente para que possa comparecer.

ARTIGO 8.º
(Divisão dos lucros)

Os lucros líquidos apurados, depois de deduzida a percentagem para fundos ou destinos especiais criados em Assembleia Geral, serão divididos pelos sócios na proporção das suas quotas, e em igual proporção serão suportadas as perdas se as houver.

ARTIGO 9.º
(Dissolução)

A sociedade não se dissolverá por morte ou impedimento de qualquer dos sócios, continuando a sua existência com o sobrevivente e herdeiros ou representantes do sócio falecido, interdito, devendo estes nomear um que a todos represente enquanto a quota se mantiver indivisa.

ARTIGO 10.º
(Liquidação)

Dissolvida a sociedade por acordo dos sócios e nos demais casos legais, todos os sócios serão liquidatários e a liquidação e partilha realizar-se-á como acordarem. Na falta de acordo, e se algum deles o pretender será o activo social licitado em bloco com obrigação do pagamento do passivo e adjudicado ao sócio que melhor preço oferecer, em igualdade de condições.

ARTIGO 11.º
(Preferência na amortização)

A sociedade reserva-se o direito de amortizar a quota de qualquer sócio, quando sobre ela recaia arresto, penhora ou providência cautelar.

ARTIGO 12.º
(Foro competente)

Para todas as questões emergentes do presente contrato, quer entre os sócios, seus herdeiros ou representantes, quer entre eles e a própria sociedade, fica estipulado o Foro da Comarca de Luanda, com expressa renúncia a qualquer outro.

ARTIGO 13.º
(Balanços)

Os anos sociais serão os civis e os balanços serão dados em 31 de Dezembro de cada ano, devendo encerrar a 31 de Março imediato.

ARTIGO 14.º
(Omisso)

No omisso regularão as deliberações sociais, as disposições da Lei n.º 1/04, de 13 de Fevereiro, que é a Lei das Sociedades Comerciais e demais legislação aplicável.
(13-21540-L02)

AIYRA — Investimentos (SU), Limitada

Israel Carlos de Sousa Nambi, Licenciado em Direito Conservador-Adjunto da Conservatória do Registo Comercial de Luanda, 2.ª Secção do Guiché Único da Empresa.

Certifico que, Ana Carina dos Santos Gaspar, solteira, maior, residente em Luanda, Distrito Urbano e Bairro da Maianga, Rua Egaz Moniz, Casa n.º 18, constituiu uma sociedade unipessoal por quotas denominada, «AIYRA — Investimentos, (SU), Limitada», registada sob o n.º 4.114/13, que se vai reger pelo disposto no documento em anexo: Está conforme.

Conservatória do Registo Comercial de Luanda, 2.ª Secção do Guiché Único da Empresa, em Luanda, 16 de Dezembro de 2013. — O ajudante, ilegível.

**ESTATUTO DA SOCIEDADE
AIYRA — INVESTIMENTOS (SU), LIMITADA**

**ARTIGO 1.º
(Denominação e sede)**

A sociedade adopta o tipo de sociedade unipessoal por quotas e a denominação «AIYRA — Investimentos (SU), Limitada», com sede social na Província de Luanda, Rua 48, Casa n.º 2, Bairro Nova Vida, Município de Belas, podendo transferi-la livremente para qualquer outro local do território nacional, bem como abrir filiais, sucursais, agências ou outras formas de representação dentro e fora do País.

**ARTIGO 2.º
(DURAÇÃO)**

A sua duração é por tempo indeterminado, contando-se o início da sua actividade, para todos os efeitos legais a partir do respectivo registo.

**ARTIGO 3.º
(Objecto)**

A sociedade tem como objecto social, comércio geral a grosso e a retalho, prestação de serviços, serralharia, caixilharia de alumínio, agricultura e agro-pecuária, indústria, pesca, hotelaria e turismo, informática, telecomunicações, publicidade, construção civil e obras públicas, consultoria, exploração mineira e florestal, comercialização de telefones e seus acessórios, transporte marítimo, camionagem, agente despachante e transitários, cabotagem, *rent-a-car*, compra e venda de viaturas, novas ou usadas e seus acessórios, aluguer de viaturas, com ou sem condutor, venda e reparação de veículos automóveis, concessionária de material e peças separadas de transporte, fabricação de blocos e vigotas, comercialização de combustíveis e lubrificantes, exploração de bombas de combustíveis e estação de serviço, medicamentos, material cirúrgico, gastável e hospitalar, produtos químicos e farmacêuticos, centro médico, clínica, perfumaria, plastificação de documentos, venda de material de escritório e escolar, decorações, serigrafia, impressões, salão de cabeleireiro, boutique, agência de viagens, promoção e mediação imobiliária, perfumaria, relações públicas, pastelaria, padaria, geladaria, panificação, representações comerciais e industriais, venda de gás de cozinha, desporto e recreação, vídeo clube, discoteca, meios industriais, realizações de actividades culturais e desportivas, manutenção de espaços verdes, segurança de bens patrimoniais, colégio, creche, educação e cultura, escola de condução, ensino, importação e exportação, saneamento básico, fabricação e venda de gelo, *cyber café*, electricidade, podendo dedicar-se a qualquer outro ramo de comércio ou indústria em que os sócios acordem e seja permitido por lei.

**ARTIGO 4.º
(Capital)**

O capital social é de Kz: 100.000,00 (cem mil kwanzas), está integralmente realizado em dinheiro, representado por 1 (uma) quota no valor nominal de Kz: 100.000,00 (cem mil kwanzas), pertencente a sócia-única, Ana Carina dos Santos Gaspar.

**ARTIGO 5.º
(Cessão de quotas)**

A cessão da quota implica a saída da sócia cedente ou a transformação da mesma em sociedade pluripessoal.

**ARTIGO 6.º
(Gerência)**

A gerência e administração da sociedade, em todos os seus actos e contratos, em juízo e fora dele, activa e passivamente, incumbem a sócia-única, bastando a sua assinatura para obrigar validamente à sociedade.

1. Fica vedado à gerente obrigar a sociedade em actos e contratos estranhos aos negócios sociais, tais como letras de favor, fiança, abonações ou actos semelhantes.

2. A sócia-única poderá nomear pessoa estranha a sociedade para assumir as funções de gerência.

**ARTIGO 7.º
(Decisões)**

As decisões da sócia-única de natureza igual as deliberações da Assembleia Geral deverão ser registadas em acta por ela assinadas e mantidas em livro de actas.

**ARTIGO 8.º
(Dissolução)**

A sociedade não se dissolverá por morte ou impedimento da sócia-única, continuando a sua existência com os herdeiros da sócia falecida ou interdita, devendo estes nomear um que a todos represente, enquanto a quota se mantiver indivisa.

**ARTIGO 9.º
(Liquidação)**

A liquidação da sociedade far-se-á nos termos da LSC.

**ARTIGO 10.º
(Balanços)**

Os anos sociais serão os civis e os balanços serão dados a 31 de Dezembro de cada ano, devendo encerrar a 31 de Março imediato.

**ARTIGO 11.º
(Omisso)**

No omissio se aplicarão as deliberações sociais, as disposições da Lei n.º 19/12, de 11 de Junho e ainda as disposições da Lei das Sociedades Comerciais (Lei n.º 1/04, de 13 de Fevereiro).

(13-21478-L02)

AGRO — Mascavo, Limitada

Certifico que, por escritura de 19 de Dezembro de 2013, lavrada com início a folhas 27, do livro de notas para escrituras diversas n.º 337, do Cartório Notarial do Guiché Único da Empresa, a cargo do Notário, Lúcio Alberto Pires da Costa, Licenciado em Direito, foi constituída entre:

Primeiro: — Alcides Morais Satuala Lofa, casado com a segunda outorgante, sob o regime de comunhão de bens adquiridos, natural do Huambo, Província do Huambo, onde reside habitualmente, no Bairro Cacilhas Centro, Zona D, Casa n.º 2;

Segundo: — Ernestina Atateca Ernesto Cassongo Lofa, casada com o primeiro outorgante, sob o regime acima mencionado, natural do Huambo, Província do Huambo, onde reside habitualmente, no endereço do primeiro outorgante.

Uma sociedade comercial por quotas de responsabilidade limitada, que se regerá nos termos constantes dos artigos seguintes.

Está conforme.

Cartório Notarial do Guiché Único da Empresa, em Luanda, 19 de Dezembro de 2013. — O ajudante, *ilegível*.

ESTATUTO DA SOCIEDADE AGRO — MASCAVO, LIMITADA

ARTIGO 1.º

(Denominação e sede)

A sociedade adopta a denominação de «AGRO — Mascavo, Limitada», com sede social na Província de Luanda, Rua da Edel, casa s/n.º, Bairro da Vila Nova, Município de Viana, podendo transferi-la livremente para qualquer outro local do território nacional, bem como abrir filiais, sucursais, agências ou outras formas de representação dentro e fora do País.

ARTIGO 2.º

(Duração)

A sua duração é por tempo indeterminado, contando-se o início da sua actividade, para todos os efeitos legais, a partir da data da celebração da presente escritura.

ARTIGO 3.º

(Objecto)

A sociedade tem como objecto social a prestação de serviços, hotelaria e turismo, comércio geral a grosso e a retalho, indústria, pescas, agro-pecuária, agricultura, produção e transformação de produtos agrícolas, informática, telecomunicações, construção civil e obras públicas, fiscalização de obras, saneamento básico, compra e venda de móveis e imóveis, modas e confecções, transportes, marítimo, aéreo e terrestres de passageiros ou de mercadorias, transitários, oficina auto, salão de cabeleireira, botequim, assistência técnica, comercialização de petróleo e lubrificantes, exploração de bombas de combustíveis, farmácia, centro médico, clínica geral, perfumaria, agência de viagens, promoção e mediação imobiliária, relações públicas, pastelaria e panificação, exploração de parques de diversões, realização de espectáculos culturais, recreativos e desportivos, exploração mineira e florestal estação de serviços, representações comerciais, serralharia, carpintaria, venda de alumínio e sua utilização, cultura e ensino geral, segurança de bens patrimoniais, importação e exportação, podendo ainda dedicar-se a qualquer outro ramo de comércio ou indústria em que os sócios acordem e seja permitido por lei.

ARTIGO 4.º

(Capital)

O capital social é de Kz: 100.000,00 (cem mil kwanzas), integralmente realizado em dinheiro, dividido e representado por 2 (duas) quotas, sendo 1 (uma) quota no valor nominal de Kz: 55.000,00 (cinquenta e cinco mil kwanzas), pertencente ao sócio, Alcides Morais Satuala Lofa, e a outra quota no valor nominal de Kz: 45.000,00 (quarenta e cinco mil kwanzas), pertencente à sócia, Ernestina Atateca Ernesto Cassongo Lofa, respectivamente.

ARTIGO 5.º

(Cessão de quotas)

A cessão de quotas a estranhos fica dependente do consentimento da sociedade, à qual é sempre reservado o direito de preferência deferido aos sócios se a sociedade dele não quiser fazer uso.

ARTIGO 6.º

(Gerência)

A gerência e administração da sociedade, em todos os seus actos e contratos, em juízo e fora dele, activa e passivamente, incumbem ao sócio, Alcides Morais Satuala Lofa, que fica desde já nomeado gerente, com dispensa de caução, bastando a assinatura do gerente para obrigar validamente a sociedade.

1. Fica vedado ao gerente obrigar a sociedade em actos e contratos estranhos aos negócios sociais da sociedade, tais como letras de favor, fiança, abonações ou actos semelhantes.
2. O sócio-gerente poderá delegar mesmo a pessoas estranhas à sociedade parte dos seus poderes de gerência, conferindo para o efeito o respectivo mandato.

ARTIGO 7.º

(Assembleia)

As Assembleias Gerais serão convocadas por simples cartas registadas, dirigidas aos sócios com pelo menos trinta (30) dias de antecedência, isto quando a lei não prescreva formalidades especiais de comunicação. Se qualquer dos sócios estiver ausente da sede social a comunicação deverá ser feita com tempo suficiente para que possa comparecer.

ARTIGO 8.º

(Divisão dos lucros)

Os lucros líquidos apurados, depois de deduzida a percentagem para fundos ou destinos especiais criados em Assembleia Geral, serão divididos pelos sócios na proporção das suas quotas, e em igual proporção serão suportadas as perdas se as houver.

ARTIGO 9.º

(Dissolução)

A sociedade não se dissolverá por morte ou impedimento de qualquer dos sócios, continuando a sua existência com o sobrevivente e herdeiros ou representantes do sócio falecido ou interdito, devendo estes nomear um que a todos represente, enquanto a quota se mantiver indivisa.

ARTIGO 10.º
(Liquidação)

Dissolvida a sociedade por acordo dos sócios e nos demais casos legais, todos os sócios serão liquidatários e a liquidação e partilha realizar-se-á, como acordarem. Na falta de acordo, e se algum deles o pretender, será o activo social lícitado em bloco, com obrigação do pagamento do passivo e adjudicado ao sócio que melhor preço oferecer, em igualdade de condições.

ARTIGO 11.º
(Preferência na amortização)

A sociedade reserva-se o direito de amortizar a quota de qualquer sócio, quando sobre ela recaia arresto, penhora ou providência cautelar.

ARTIGO 12.º
(Foro competente)

Para todas as questões emergentes do presente contrato, quer entre os sócios, seus herdeiros ou representantes, quer entre eles e a própria sociedade, fica estipulado o Foro da Comarca de Luanda, com expressa renúncia a qualquer outro.

ARTIGO 13.º
(Balanços)

Os anos sociais serão os civis e os balanços serão dados em 31 de Dezembro de cada ano, devendo encerrar a 31 de Março imediato.

ARTIGO 14.º
(Omisso)

No omissio regularão as deliberações sociais, as disposições da Lei n.º 1/04, de 13 de Fevereiro, que é a Lei das Sociedades Comerciais e demais legislação aplicável.

(13-21549-L02)

Passos de Ouro, Limitada

Certifico que, por escritura de 17 de Dezembro de 2013, lavrada com início a folhas 78, do livro de notas para escrituras diversas n.º 336, do Cartório Notarial do Guiché Único da Empresa, a cargo do Notário, Lúcio Alberto Pires da Costa, Licenciado em Direito, foi constituída entre:

Primeiro: — António Domingos, solteiro, maior, residente no Município de Viana, Bairro Regedoria, Casa n.º 18;

Segundo: — Neusa Dimene Tavares Fernandes, solteira, maior, residente no Município e Bairro de Benguela, Zona E, Avenida António Agostinho Neto, Prédio n.º 67;

Uma sociedade comercial por quotas de responsabilidade limitada, que se regerá nos termos constantes dos artigos seguintes.

Está conforme.

Cartório Notarial do Guiché Único da Empresa, em Luanda, 17 de Dezembro de 2013. — O ajudante, *ilegível*

ESTATUTO DA SOCIEDADE PASSOS DE OURO, LIMITADA

ARTIGO 1.º
(Denominação e sede)

A sociedade adopta a denominação de «Passos de Ouro, Limitada», com sede social na Província de Luanda, Casa n.º 18, Bairro da Regedoria, Município de Viana, podendo transferi-la livremente para qualquer outro local do território nacional, bem como abrir filiais, sucursais, agências ou outras formas de representação dentro e fora do País.

ARTIGO 2.º
(Duração)

A sua duração é por tempo indeterminado, contando-se o início da sua actividade, para todos os efeitos legais, a partir da data da celebração da presente escritura.

ARTIGO 3.º
(Objecto)

A sociedade tem como objecto social a educação e ensino geral, cultura prestação de serviços, hotelaria e turismo, comércio geral a grosso e a retalho, indústria, pescas, agro-pecuária, agricultura, informática, telecomunicações, construção civil e obras públicas, fiscalização de obras, saneamento básico, compra e venda de móveis e imóveis, modas e confecções, transportes, marítimo, aéreo e terrestres de passageiros ou de mercadorias, transitários, oficina auto, salão de cabeleireira, botequim, assistência técnica, comercialização de petróleo e lubrificantes, exploração de bombas de combustíveis, farmácia, centro médico, clínica geral, perfumaria, agência de viagens, promoção e mediação imobiliária, relações públicas, pastelaria e panificação, exploração de parques de diversões, realização de espectáculos culturais, recreativos e desportivos, exploração mineira e florestal estação de serviços, representações comerciais, serralharia, carpintaria, venda de alumínio e sua utilização, segurança de bens patrimoniais, importação e exportação, podendo ainda dedicar-se a qualquer outro ramo de comércio ou indústria em que os sócios acordem e seja permitido por lei.

ARTIGO 4.º
(Capital)

O capital social é de Kz 100.000,00 (cem mil kwanzas), integralmente realizado em dinheiro, dividido e representado por 2 (duas) quotas iguais no valor nominal de Kz: 50.000,00 (cinquenta mil kwanzas) cada uma pertencentes aos sócios, António Domingos e Neusa Dimene Tavares Fernandes, respectivamente.

ARTIGO 5.º
(Cessão de quotas)

A cessão de quotas a estranhos fica dependente do consentimento da sociedade, à qual é sempre reservado o direito de preferência, deferido aos sócios se a sociedade dele não quiser fazer uso.

ARTIGO 6.º
(Gerência)

A gerência e administração da sociedade, em todos os seus actos e contratos, em juízo e fora dele, activa e passivamente, incumbem ao sócio, António Domingos, que fica desde já nomeado gerente, com dispensa de caução, bastando a sua assinatura para obrigar validamente a sociedade.

1. Fica vedado ao gerente obrigar a sociedade em actos e contratos estranhos aos negócios sociais da sociedade, tais como letras de favor, fiança, abonações ou actos semelhantes.

ARTIGO 7.º
(Assembleia)

As Assembleias Gerais serão convocadas por simples cartas registadas, dirigidas aos sócios com pelo menos trinta (30) dias de antecedência, isto quando a lei não prescreva formalidades especiais de comunicação. Se qualquer dos sócios estiver ausente da sede social a comunicação deverá ser feita com tempo suficiente para que possa comparecer.

ARTIGO 8.º
(Divisão dos lucros)

Os lucros líquidos apurados, depois de deduzida a percentagem para fundos ou destinos especiais criados em Assembleia Geral, serão divididos pelos sócios na proporção das suas quotas e em igual proporção serão suportadas as perdas se as houver.

ARTIGO 9.º
(Dissolução)

A sociedade não se dissolverá por morte ou impedimento de qualquer dos sócios, continuando a sua existência com o sobrevivente e herdeiros ou representantes do sócio falecido ou interdito, devendo estes nomear um que a todos represente, enquanto a quota se mantiver indivisa.

ARTIGO 10.º
(Liquidação)

Dissolvida a sociedade por acordo dos sócios e nos demais casos legais, todos os sócios serão liquidatários e a liquidação e partilha realizar-se-á, como acordarem. Na falta de acordo e se algum deles o pretender, será o activo social licitado em bloco com obrigação do pagamento do passivo e adjudicado ao sócio que melhor preço oferecer, em igualdade de condições.

ARTIGO 11.º
(Preferência na amortização)

A sociedade reserva-se o direito de amortizar a quota de qualquer sócio, quando sobre ela recaia arresto, penhora ou providência cautelar.

ARTIGO 12.º
(Foro competente)

Para todas as questões emergentes do presente contrato, quer entre os sócios, seus herdeiros ou representantes, quer entre eles e a própria sociedade, fica estipulado o Foro da Comarca de Luanda, com expressa renúncia a qualquer outro.

ARTIGO 13.º
(Balanços)

Os anos sociais serão os civis e os balanços serão dados em 31 de Dezembro de cada ano, devendo encerrar a 31 de Março imediato.

ARTIGO 14.º
(Omisso)

No omisso regularão as deliberações sociais, as disposições da Lei n.º 1/04, de 13 de Fevereiro, que é a Lei das Sociedades Comerciais e demais legislação aplicável.
(13-21491-L02)

Nofe, Limitada

Certifico que, por escritura de 17 de Dezembro de 2013, lavrada com início a folhas 90, do livro de notas para escrituras diversas n.º 180-A, do Cartório Notarial do Guiché Único da Empresa, a cargo do Notário, Lúcio Alberto Pires da Costa, foi constituída entre:

Primeiro: — Olímpia Eva de Matos, solteira, maior, natural da Quibala, Província do Kwanza-Sul, residente habitualmente em Luanda, no Distrito Urbano da Maianga, Bairro Prenda, Rua Francisco Sande Lemos;

Segundo: — Nizei do Sacramento Brandão, solteira, maior, natural do Huambo, Província do Huambo, residente habitualmente em Luanda, no Distrito Urbano da Maianga, Bairro Prenda, Rua Eng.º Francisco Sá de Lemos;

Uma sociedade comercial por quotas de responsabilidade limitada, que se regerá nos termos constantes dos artigos seguintes.

Está conforme.

Cartório Notarial do Guiché Único da Empresa, em Luanda, 18 de Dezembro de 2013. — O ajudante, *ilegível*.

ESTATUTO DA SOCIEDADE
NOFE, LIMITADAARTIGO 1.º
(Denominação e sede)

A sociedade adopta a denominação de «Nofe, Limitada», com sede social na Província de Luanda, Rua Eng.º Francisco Sá de Lemos, Lote 7, Apartamento 42, Bairro do Prenda, Distrito Urbano da Maianga, Município de Luanda, podendo transferi-la livremente para qualquer outro local do território nacional, bem como abrir filiais, sucursais, agências ou outras formas de representação dentro e fora do País.

ARTIGO 2.º
(Duração)

A sua duração é por tempo indeterminado, contando-se o início da sua actividade, para todos os efeitos legais, a partir da data da celebração da presente escritura.

ARTIGO 3.º
(Objecto)

A sociedade tem como objecto social a prestação de serviços, hotelaria e turismo, comércio geral a grosso e a retalho, indústria, pescas, agro-pecuária, agricultura, informática, telecomunicações, construção civil e obras públicas, fiscalização de obras, saneamento básico, compra e venda de móveis e imóveis, modas e confecções, transportes marítimo, aéreo e terrestre de passageiros ou de mercadorias, transitários, oficina auto, salão de cabeleireira, botequim, assistência técnica, comercialização de petróleo e lubrificantes, exploração de bombas de combustíveis, farmácia, centro médico, clínica geral, perfumaria, agência de viagens, promoção e mediação imobiliária, relações públicas, pastelaria e panificação, exploração de parques de diversões, realização de espectáculos culturais, recreativos e desportivos, exploração mineira e florestal, estação de serviços, representações comerciais, serralharia, carpintaria, venda de alumínio e sua utilização, cultura e ensino geral, segurança de bens patrimoniais, importação e exportação, podendo ainda dedicar-se a qualquer outro ramo do comércio ou indústria em que as sócias acordem e seja permitido por lei.

ARTIGO 4.º
(Capital)

O capital social é de Kz: 100.000,00 (cem mil kwanzas), integralmente realizado em dinheiro, dividido e representado por 2 (duas) quotas iguais no valor nominal de Kz: 50.000,00 (cem mil kwanzas) cada uma, pertencentes às sócias Olímpia Eva de Matos e Nizei do Sacramento Brandão, respectivamente.

ARTIGO 5.º
(Cessão de quotas)

A cessão de quotas a estranhos fica dependente do consentimento da sociedade, à qual é sempre reservado o direito de preferência, deferido às sócias se a sociedade dele não quiser fazer uso.

ARTIGO 6.º
(Gerência)

A gerência e administração da sociedade, em todos os seus actos e contratos, em juízo e fora dele, activa e passivamente, incumbe à sócia Nizei do Sacramento Brandão, que fica desde já nomeada gerente, com dispensa de caução, bastando a assinatura da gerente para obrigar validamente a sociedade.

1. Fica vedado à gerente obrigar a sociedade em actos e contratos estranhos aos negócios sociais da sociedade, tais como letras de favor, fiança, abonações ou actos semelhantes.

2. A sócia-gerente poderá delegar mesmo a pessoas estranhas a sociedade parte dos seus poderes de gerência, conferindo para o efeito o respectivo mandato.

ARTIGO 7.º
(Assembleia)

As Assembleias Gerais serão convocadas por simples cartas registadas, dirigidas às sócias com pelo menos trinta

(30) dias de antecedência, isto quando a lei não prescreva formalidades especiais de comunicação. Se qualquer das sócias estiver ausente da sede social, a comunicação deverá ser feita com tempo suficiente para que possa comparecer.

ARTIGO 8.º
(Divisão dos lucros)

Os lucros líquidos apurados, depois de deduzida a percentagem para fundos ou destinos especiais criados em Assembleia Geral, serão divididos pelas sócias na proporção das suas quotas, e em igual proporção serão suportadas as perdas se as houver.

ARTIGO 9.º
(Dissolução)

A sociedade não se dissolverá por morte ou impedimento de qualquer das sócias, continuando a sua existência com a sobrevivência e herdeiros ou representantes da sócia falecida ou interdita, devendo estes nomear um que a todos represente, enquanto a quota se mantiver indivisa.

ARTIGO 10.º
(Liquidação)

Dissolvida a sociedade por acordo das sócias e nos demais casos legais, todas as sócias serão liquidatárias e a liquidação e partilha realizar-se-á como acordarem. Na falta de acordo, e se alguma delas o pretender, será o activo social licitado em bloco com obrigação do pagamento do passivo e adjudicado à sócia que melhor preço oferecer, em igualdade de condições.

ARTIGO 11.º
(Preferência na amortização)

A sociedade reserva-se o direito de amortizar a quota de qualquer sócia, quando sobre ela recaia arresto, penhora ou providência cautelar.

ARTIGO 12.º
(Foro competente)

Para todas as questões emergentes do presente contrato, quer entre as sócias, seus herdeiros ou representantes, quer entre eles e a própria sociedade, fica estipulado o Foro da Comarca de Luanda, com expressa renúncia a qualquer outro.

ARTIGO 13.º
(Balanços)

Os anos sociais serão os civis e os balanços serão dados em 31 de Dezembro de cada ano, devendo encerrar a 31 de Março imediato.

ARTIGO 14.º
(Omisso)

No omisso regularão as deliberações sociais, as disposições da Lei n.º 1/04, de 13 de Fevereiro, que é a Lei das Sociedades Comerciais, e demais legislação aplicável.

(13-21511-L02)

**KAMAKOSSA — Produção, Transformação
e Serviços, Limitada**

Certifico que, por escritura de 18 de Dezembro de 2013, lavrada com início a folhas 10, do livro de notas para escri-

turas diversas n.º 337, do Cartório Notarial do Guiché Único da Empresa, a cargo do Notário, Lúcio Alberto Pires da Costa, Licenciado em Direito, foi constituída entre:

Primeiro: — Elias Francisco, solteiro, maior, residente em Luanda, no Distrito Urbano da Ingombota, Bairro Ingombota, Rua Fernando Brique, Prédio n.º 75, 5.º andar, Apartamento A;

Segunda: — Maria Filomena Francisco, solteira, maior, residente em Luanda, no Município do Sumbe, Bairro Bumba, casa s/n.º, Sector 8;

Terceiro: — Celestino Luís Francisco, solteiro, maior, residente no Município do Sumbe, Bairro São João Chingo, casa s/n.º, Zona 4;

Quarto: — Rafael Francisco Luís, solteiro, maior, residente no Município da Cela, Bairro Tunga, casa s/n.º;

Uma sociedade comercial por quotas de responsabilidade limitada, que se regerá nos termos constantes dos artigos seguintes.

Está conforme.

Cartório Notarial do Guiché Único da Empresa, em Luanda, 18 de Dezembro de 2013. — O Ajudante, ilegível.

ESTATUTO DA SOCIEDADE KAMAKOSSA — PRODUÇÃO, TRANSFORMAÇÃO E SERVIÇOS, LIMITADA

ARTIGO 1.º (Denominação)

A sociedade adopta a denominação de «KAMAKOSSA — Produção, Transformação e Serviços, Limitada», e tem a sua sede na Rua dos Quartéis, casa s/n.º, próximo à UGR, Distrito Urbano da Maianga, Município de Luanda, podendo abrir filiais, sucursais, ou qualquer outra forma de representação em qualquer parte do território nacional ou no estrangeiro, onde mais lhe convier.

ARTIGO 2.º (Duração)

A sua duração é por tempo indeterminado, contando-se o seu início a partir da data de celebração da escritura.

ARTIGO 3.º (Objecto social)

O seu objecto social consiste no exercício de agro-pecuária, prestação de serviços, comércio geral a grosso e a retalho, gestão de empreendimentos, importação e exportação, hotelaria e turismo, agência de viagem, assistência técnica, casa de jogos e diversão, representação comercial, comércio de veículos automóveis, educação e ensino, centro profissional, transporte de mercadoria e passageiros, rodoviários, aéreos e marítimos, informática, comunicações e telecomunicações, estudo e projectos de engenharia, energia e ambiente, exploração e comercialização de indústria, modas e confeções, confeitaria, geladaria, podendo ainda dedicar-se a outras actividades comerciais e industriais desde que aprovadas pelos sócios e permitidas por lei.

ARTIGO 4.º (Capital social)

O capital social é de Kz: 100.000,00 (cem mil kwanzas), integralmente realizado em dinheiro, dividido em 4 (quatro) quotas, sendo 1 (uma) quota de Kz: 70.000,00 (setenta mil kwanzas), pertencente ao sócio Elias Francisco, e 3 (três) quotas no valor nominal de Kz: 10.000,00 (dez mil kwanzas), cada uma, pertencentes aos sócios Maria Filomena Francisco, Celestino Luís Francisco, Rafael Francisco Luís

ARTIGO 5.º (Prestações suplementares)

Não serão exigíveis prestações suplementares de capital, mas os sócios poderão prever à sociedade, os suprimentos de que ela necessitar, mediante os juros e nas condições que estipularem em Assembleias Gerais.

ARTIGO 6.º (Cessão de quotas)

A cessão de quotas entre os sócios é livre, quando feita a pessoas estranhas à sociedade, ficará dependente do consentimento desta, a obter por maioria simples de voto correspondentes ao capital social.

ARTIGO 7.º (Administração)

A gerência e administração da sociedade, em todos os seus actos e contratos, em juízo e fora dele, activa e passiva, competem ao sócio Elias Francisco, que dispensado de caução, fica desde já nomeado gerente, exigindo a assinatura deste para obrigar validamente a sociedade.

- O gerente poderá delegar, nos outros sócios ou em pessoa estranha à sociedade, parte dos seus poderes de gerência, conferindo para o efeito o respectivo mandato;
- Fica vedado ao sócio obrigar a sociedade em actos e contratos estranhos aos outros negócios sociais, tais como letra de favor, fianças abonadas ou documentos semelhantes.

ARTIGO 8.º (Convocatórias)

As Assembleias Gerais serão convocadas, quando a lei não prescreva outras formalidades, por cartas registadas, dirigidas aos sócios, com pelo menos 15 (quinze) dias de antecedências.

ARTIGO 9.º (Lucros líquidos)

Os lucros líquidos apurados, depois de deduzida a percentagem para o fundo de reserva legal quando devida e quaisquer outras percentagens para fundos ou destinos especiais criados em Assembleia Geral, serão divididos pelos sócios, na proporção das suas quotas, bem como as perdas se houver.

ARTIGO 10.º (Dissolução)

A sociedade não se dissolverá por morte ou interdição de qualquer dos sócios, continuando com os sobreviventes e os herdeiros ou representante do sócio falecido, devendo estes nomear um que a todos represente, enquanto a quota estiver indivisa.

ARTIGO 11.º
(Acordo dos sócios)

Dissolvida a sociedade por acordo dos sócios e nos demais casos legais, todos eles serão liquidatários e à liquidação e partilha procederão como acordarem.

Na falta de acordo e se algum dos sócios o pretender, será o activo social lícitado em globo, com a obrigação do pagamento do passivo e adjudicado ao sócio que melhor preço oferecer em igualdade de condições.

ARTIGO 12.º
(Omissão)

Em todo o omissio regularão as deliberações sociais, a Lei n.º 1/04, de 13 de Fevereiro, e demais legislação aplicável.

(13-21520-L02)

Sandro Comercial, Limitada

Certifico que, por escritura de 19 de Maio de 1999, lavrada com início de folhas 3 a folhas 4 verso, do livro de notas para escrituras diversas n.º 180-A, deste Cartório, perante a Notária, Inês Maria de Campos Moreira dos Reis, foi entre: Sandro Adérito Afonso dos Santos, solteiro, maior, natural de Benguela, onde reside habitualmente, na Rua General Pereira D'Eça, n.º 28 e Manuel Pascoal Mateus dos Santos, solteiro, maior, natural de Benguela, onde reside habitualmente, na Rua Doutor António Agostinho Neto, constituída uma sociedade por quotas de responsabilidade limitada, que se regerá pelas cláusulas e condições constantes dos artigos seguintes:

1.º

A sociedade adopta a denominação de «Sandro Comercial, Limitada».

2.º

A sociedade terá a sua sede em Benguela e poderá a todo o tempo e quando e entender, transferir para qualquer localidade do território nacional a sua sede onde julgar mais conveniente, bem como criar filiais, agências e sucursais em qualquer parte do território nacional ou no estrangeiro por simples deliberação dos sócios.

3.º

1. O objectivo da sociedade, consiste no exercício do comércio geral, importação e exportação, agro-pecuária, indústria, hotelaria, turismo, pescas, transporte, construção civil, obras públicas e promoção de espectáculos, publicação, consultoria, podendo ainda dedicar-se a qualquer outra actividade acordada pelos sócios que seja permitida por lei.

2. A sociedade poderá intervir na constituição de outras sociedades ou empresas, adquirir quotas, acções ou celebrar acordos com empresas nacionais ou estrangeiras que permitam uma melhor satisfação do público e das actividades que constituem o seu objecto social.

4.º

A duração da sociedade é por tempo indeterminado e o seu início para todos efeitos conta-se a partir da data da escritura.

5.º

1. O capital social é de KzR: 100.000.000,00, integralmente realizado em dinheiro, dividido e representado por duas quotas, sendo uma de valor nominal de KzR: 50.000.000,00, pertencentes aos sócios Sandro Adérito Afonso dos Santos e Manuel Pascoal Mateus dos Santos.

2. Não serão exigidas prestações suplementares de capital, os sócios poderão fazer à sociedade os suprimentos de que ela necessitar, mediante as condições de reembolso que convencionarem.

3. É livre a cedência de quotas entre os sócios, mas a alienação a estranhas fica dependente do consentimento da sociedade, reservando-se para este o direito de preferência por definição dos sócios na proporção das suas quotas.

4. O sócio que quiser ceder a sua quota, deverá comunicar tal facto à gerência o nome do adquirente e o preço que lhe for oferecido.

5. A gerência, após recepção da comunicação deverá dentro de 30 dias impreterivelmente convocar a Assembleia Geral e nela o sócio deliberar se a sociedade consente ou não fazer o uso do seu direito de preferência.

6. Se a sociedade não usar o direito de preferência, tal facto competirá a qualquer dos sócios da divisão de quotas cedida conforme for legalmente possível.

6.º

1. O órgão máximo da sociedade é a Assembleia Geral, cuja composição e funcionamento comporta a gerência e administração, que são constituídos os sócios ou seus representantes. As leis ou deliberações tomadas nulas são obrigatoriamente e mesmo quando regularmente tomadas para o sócio ausente.

2. No caso de ausência ou impedimento de qualquer dos sócios, poderá o mesmo ser representado na Assembleia Geral por outro sócio ou pessoa estranha.

7.º

1. A gerência e administração da sociedade em todos os seus actos e contratos, em juízo e fora dele, activa e passivamente serão exercidas por ambos os sócios, que desde já, são nomeados pela gerência, com dispensa de caução, bastando a assinatura de qualquer deles para obrigar validamente a sociedade.

2. Os sócios-gerentes poderão delegar no outro sócio ou pessoa estranha a sociedade, todos ou parte dos seus poderes de gerência, conferindo o respectivo mandato.

3. Fica vedado obrigar a sociedade, em actos e contratos estranhos aos negócios sociais.

8.º

O ano económico e civil, em relação a cada ano será feito um balanço, que se encerrará com data de 31 de Dezembro.

9.º

Os lucros apurados pelo balanço, depois de feitas as amortizações usuais, terão a seguinte aplicação:

- a) 10% para o fundo da reserva legal, enquanto não estiver completo ou sempre que seja necessário reintegrá-lo;
- b) 5% para o fundo de investimentos, enquanto não estiver completo ou sempre que seja necessário reintegrá-lo;
- c) O saldo excluído qualquer aplicação que seja aprovado pela Assembleia Geral, será repartido pelos sócios na proporção das suas quotas.

10.º

A sociedade desenvolve-se nos casos e termos previstos na lei.

11.º

A liquidação, consequência da dissolução social feita por uma comissão de liquidação, composto de três membros eleitos pela Assembleia Geral, de entre os sócios ou não.

12.º

A sociedade não se dissolverá por morte ou interdição de qualquer dos sócios continuando com o sobrevivente ou capaz e com os herdeiros ou representantes do sócio falecido ou interdito, que nomearão um de entre si, que a todos represente, enquanto a quota permanecer indivisa.

13.º

No omissio regularão as deliberações sociais, as disposições da lei de 11 de Abril de 1901, toda e demais legislação aplicável.

Está conforme o original.

Cartório Notarial da Comarca de Benguela, em 1 de Outubro de 2013. — A ajudante do notário, ilegível.

(13-21444-L01)

Go To Be, Limitada

Certifico que, por escritura de 17 de Dezembro de 2013, lavrada com início a folhas 76, do livro de notas para escrituras diversas n.º 180-A, do Cartório Notarial do Guiché Único da Empresa, a cargo do Notário, Lúcio Alberto Pires da Costa, Licenciado em Direito, foi constituída entre:

Primeiro: — Erik Milton Rodrigues Ferreira, solteiro, maior, residente no Distrito Urbano e Bairro da Ingombota, Rua Dr. António Saldanha;

Segundo: — Victor Manuel Baptista Ferreira, casado com Filomena Virgínia Rodrigues Baptista Ferreira, sob

o regime de comunhão de bens adquiridos, residente no Distrito Urbano e Bairro da Ingombota, Rua António Saldanha n.º 121, 2.º;

Uma sociedade comercial por quotas de responsabilidade limitada, que se regerá nos termos constantes dos artigos seguintes.

Está conforme.

Cartório Notarial do Guiché Único da Empresa, Luanda, 17 de Dezembro de 2013. — O ajudante, ilegível.

ESTATUTO DA SOCIEDADE GO TO BE, LIMITADA

ARTIGO 1.º

(Denominação e sede)

A sociedade é constituída sob a forma de sociedade por quotas e adopta a denominação social de «Go To Be Limitada», com sede social em Luanda, na Rua Roberto Shields, Casa n.º 21, Bairro Ingombota, Município de Luanda, Distrito Urbano da Ingombota, podendo transferir-se livremente para qualquer outro local do território nacional bem como abrir filiais, sucursais, agências ou outras formas de representação dentro e fora do País, e que se regerá pelo presente Estatuto e pela lei aplicável.

ARTIGO 2.º

(Duração)

A sua duração é por tempo indeterminado, contando-se o início da sua actividade, para todos os efeitos legais, a partir da data da celebração da presente escritura.

ARTIGO 3.º

(Objecto social)

A sociedade tem como objecto social, a prestação de serviços às empresas petrolíferas em especial e todas as outras em geral, consultoria, man power, human resources e formação profissional, educação e ensino, tecnologias, informática e telecomunicações, produção de eventos, representações comerciais, importação e exportação, comércio geral a grosso e a retalho, intermediação imobiliária, gestão financeira e gestão de participações sociais, indústria, agricultura, agro-pecuária, pesca, transportes, *rent-a-car*, hotelaria e turismo, pastelaria, geladaria, panificação, construção civil e obras públicas, fiscalização e gestão de projectos, podendo ainda dedicar-se a qualquer outro ramo de comércio ou indústria em que os sócios acordem e seja permitido por lei.

ARTIGO 4.º

(Capital social)

O capital social é de Kz: 100.000,00 (cem mil kwanzas), integralmente realizado em dinheiro, dividido e representado por 2 (duas) quotas iguais, sendo uma quota no valor nominal de Kz: 50.000,00 (cinquenta mil kwanzas), pertencente ao sócio Erik Milton Rodrigues Ferreira e a outra quota no valor nominal de Kz: 50.000,00 (cinquenta mil kwanzas), pertencente ao sócio Victor Manuel Baptista Ferreira, respectivamente.

ARTIGO 5.º

(Prestações suplementares e suplementos)

Aos sócios não poderão ser exigidas prestações suplementares de capital, mas poderão fazer à sociedade os suprimentos de que ela carecer, mediante os termos previstos nas lei.

ARTIGO 6.º

(Cessão de quotas)

A cessão de quotas entre sócios é livre, mas quando feita a pessoas estranhas à sociedade, fica dependente do consentimento da sociedade à qual é sempre reservado o direito de preferência, deferido aos sócios se a sociedade dele não quiser fazer uso.

ARTIGO 7.º

(Gerência e administração)

A gerência e administração da sociedade, em todos os seus actos e contratos, em juízo e fora dele, activa e passivamente, incumbem ao sócio Erik Milton Rodrigues Ferreira, que desde já fica nomeado gerente, com dispensa de caução, bastando a assinatura do gerente para obrigar validamente a sociedade.

1. O sócio-gerente não poderá delegar mesmo em pessoa estranha à sociedade parte dos seus poderes de gerência, conferindo para o efeito, o respectivo mandato, sem autorização expressa da sociedade.

2. Fica vedado ao gerente obrigar a sociedade em actos e contratos estranhos aos negócios sociais da sociedade, tais como letras de favor, fiança, abonações ou actos semelhantes.

ARTIGO 8.º

(Assembleias Gerais)

As Assembleias Gerais serão convocadas por simples cartas registadas, dirigidas aos sócios com pelo menos 30 (trinta) dias de antecedência, isto quando a lei não prescreva formalidades especiais de comunicação. Se qualquer dos sócios estiver ausente da sede social a comunicação deverá ser feita com tempo suficiente para que possa comparecer.

ARTIGO 9.º

(Lucros)

Os lucros líquidos apurados, depois de deduzida a percentagem para fundos ou destinos especiais criados em Assembleia Geral, serão divididos pelos sócios na proporção das suas quotas e em igual proporção serão suportadas as perdas se as houver.

ARTIGO 10.º

(Dissolução da sociedade)

A sociedade não se dissolverá por morte ou impedimento de qualquer dos sócios, continuando a sua existência com o sobrevivente e herdeiros ou representantes do sócio falecido ou interdito, devendo estes nomear um que a todos represente, enquanto a quota se mantiver indivisa.

ARTIGO 11.º

(Dissolução por acordo dos sócios)

Dissolvida a sociedade por acordo dos sócios e nos demais casos legais, todos os sócios serão liquidatários e a liquidação e partilha verificar-se-á como acordarem. Na falta de acordo e se algum deles o pretender, será o activo social lícitado em globo, com obrigação do pagamento do passivo e adjudicado ao sócio que melhor preço oferecer, em igualdade de condições.

ARTIGO 12.º

(Reserva de direito)

A sociedade reserva-se o direito de amortizar a quota de qualquer sócio, quando sobre ela recaia arresto, penhora ou providência cautelar.

ARTIGO 13.º

(Foro)

Para todas as questões emergentes do presente contrato, quer entre os sócios, seus herdeiros ou representantes, quer entre eles e a própria sociedade, fica estipulado o Foro da Comarca de Luanda, com expressa renúncia a qualquer outro.

ARTIGO 14.º

(Ano social e balanço)

Os anos sociais serão os civis e os balanços serão dados em 31 de Dezembro de cada ano, devendo encerrar a 31 de Março imediato.

ARTIGO 15.º

(Omissões)

No omissão regularão as deliberações sociais, as disposições da Lei n.º 1/04, de 13 de Fevereiro e demais legislação aplicável na República de Angola.

(13-21492-L02)

Cooperativa Agro-Pecuária Cala Uenda, S.C.R.L.

Certifico que, de folhas 15 a folhas 16, do livro de notas para escrituras diversas n.º 6-A-, do Cartório Notarial de Viana, a cargo do Notário, Mário Albeto Muachingue, Licenciado em Direito, perante mim, Fernando António da Silva Miguel, Licenciado em Direito, Ajudante do mesmo Cartório, se encontra lavrada a escritura do teor seguinte:

Constituição da Cooperativa Agro-Pecuária Cala Uenda, S.C.R.L.

No dia 24 de Dezembro de 2013, em Viana e no Cartório Notarial, a cargo do Notário Mário Albeto Muachingue, Licenciado em Direito, perante mim, Fernando António da Silva Miguel, Licenciado em Direito, Ajudante do mesmo Cartório, compareceram como outorgantes:

Primeiro: — Carvalho Braga dos Santos Bombo, solteiro, natural do Pango Aluquém, Província do Bengo, titular do Bilhete de Identidade n.º 000096693BO028, emitido pela Direcção Nacional de Identificação Civil e Criminal, aos 25 de Setembro de 1998, residente habitualmente em Luanda,

no Distrito do Sambizanga, Bairro Miramar, Casa n.º 38, 1.º andar, Zona 10;

Segundo: — Lucas Araújo Lima, solteiro, natural do Dande, Província do Bengo, titular do Bilhete de Identidade n.º 002492227BO038, emitido pela Direcção Nacional de Identificação Civil e Criminal, aos 14 de Dezembro de 2006, residente habitualmente em Luanda, no Distrito do Sambizanga, Bairro N'gola Kiluange, casa sem número, SBU — 32;

Terceiro: — Domingos António Canhoca, solteiro, natural de Samba Cajú, Província do Kwanza-Norte, titular do Bilhete de Identidade n.º 000131461KN020, emitido pela Direcção Nacional de Identificação Civil e Criminal, a 1 de Março de 1999, residente habitualmente em Luanda, no Distrito do Kilamba Kiayi, Bairro Neves Bendinha, Rua N'gola Mbandy, n.º 16, Zona 12;

Quarto: — António dos Santos, solteiro, natural da Damba, Província do Uíge, titular do Bilhete de Identidade n.º 001341821UE038, emitido pela Direcção Nacional de Identificação Civil e Criminal, aos 31 de Maio de 2004, residente habitualmente em Luanda, no Distrito do Kilamba Kiayi, Bairro Palanca, casa sem número, Rua 17, Zona 12;

Verifiquei a identidade dos outorgantes pela exibição dos respectivos bilhetes de identidade.

E, por eles foi dito:

Que pela presente escritura, dando cumprimento ao deliberado em Assembleia Geral Constituinte, realizada aos 21 de Junho de 2013, e usando dos poderes que lhes foram conferidos na citada reunião, constituem a «Cooperativa Agro-Pecuária Cala Uenda, S.C.R.L.», tem a sua sede na Província de Luanda, Casa n.º 38, Zona 10.

Que a referida Cooperativa reger-se-á pelos artigos constantes do Documento Complementar, que fica a fazer parte integrante desta escritura, cujo conteúdo, eles outorgantes, declaram ter pleno conhecimento, pelo que, fica dispensada a sua leitura.

Assim o disseram e outorgaram.

Instruem este acto:

- Acta da Assembleia Geral Constituinte realizada aos 21 de Junho de 2013;
- Documento complementar a que atrás se faz alusão;
- Certificado de Admissibilidade, emitido pelo Ficheiro Central de Denominações Sociais, aos 13 de Novembro de 2013;

Esta escritura foi lida em voz alta e na presença simultânea de todos, que vão assinar comigo, Ajudante, depois de lhes ter sido feita a explicação do seu conteúdo e a advertência da obrigatoriedade do registo deste acto, no prazo de 90 dias.

Assinaturas: Carvalho Braga dos Santos Bombo, Lucas Araújo Lema, Domingos António Canhoca, António dos Santos.

O Ajudante, Fernando António da Silva Miguel.

É certidão que fiz extrair e vai conforme o original a que me reporto.

Luanda, aos 24 de Dezembro de 2013. — O Ajudante
Fernando António da Silva Miguel.

ESTATUTO DA SOCIEDADE COOPERATIVA EMPRESARIAL CALA UENDA DE APOIO AO DESENVOLVIMENTO DOS NACIONALISTAS ANGOLANOS

CAPÍTULO I Disposições Gerais

ARTIGO 1.º (Constituição e denominação)

1. Entre em agricultores de comum acordo entre si, é constituída, nos termos da lei vigente, uma sociedade cooperativa, que adoptara a denominação de «Cooperativa Agro-Pecuária Empresarial Cala Uenda de Apoio ao Desenvolvimento dos Nacionalista Angolanos».

ARTIGO 2.º

A sociedade adopta a denominação de «Cooperativa Empresarial Cala Uenda», tem a sua Sede na Província de Luanda, Casa n.º 38, Zona 10, podendo instalar filiais, sucursais, agências ou qualquer outra forma de representação onde e quando lhe convier, em todas as Províncias, Municípios, Comunas, e Bairros dentro deste País, por deliberação de Assembleia Geral que reúnem 90 a 9.º dias.

Administrador Geral e Adjunto e um Secretário da Administração Geral.

ARTIGO 3.º

1. A Cooperativa tem como objectivo o apoio social e apresentação de serviços de apoio agrícola e pecuário, obras públicas etc. aos seus sócios através do seguinte:

- Fomentar o aproveitamento racial e a valorização das explorações agrícolas e pecuárias dos seus membros; obras públicas e comércio geral.
- Contribuir para o desenvolvimento técnico e económico das explorações;
- Facilitar a celebração de contratos com identidades consumidoras e obtenção de financiamentos;
- Promover o desenvolvimento técnico-profissional dos sócios, a cooperação com os órgãos oficiais e empresas afins e a obtenção de meios de produção e de transporte, facilitando a produção e a comercialização dos produtos;
- Garantir a armazenagem, transformação e comercialização dos produtos;
- Contribuir para o desenvolvimento económico, social e cultural das comunidades da área em que se encontram inseridos;

- g) Adquirir ou facilitar a aquisição de impostos e equipamentos agrícolas;
- h) Orientar os seus sócios na escolha do tipo de exploração é das culturas mais adequadas às necessidades dos mercados e facilitar a assistência técnica da produção;
- i) Arrendar e alugar, adquirir ou construir as instalações indispensáveis à realização do seu objecto social.

ARTIGO 4.º
(Responsabilidade da Cooperativa)

A Cooperativa obriga-se mediante assinatura de dois dos seus membros do Conselho de Direcção com competências mandato próprio, salvo quanto a actos de mero expediente em que basta a assinatura de um deles.

ARTIGO 5.º
(Fusão e transformação)

1. A cooperativa poderá efectuar qualquer tipo de cisão ou fusão, por qualquer das modalidades previstas na legislação em vigor, em ou com outra ou outras cooperativas, mediante a deliberação da Assembleia Geral nos termos definidos neste estatuto.

CAPÍTULO II
Da Quota Social

ARTIGO 6.º
(Quota social)

1. A quota social da cooperativa é fixada no valor equivalente a Kz: 100.000,00 (cem mil kwanzas), igualmente repartido pelo número de sócios.

2. As quotas são nominativas e deverão conter a denominação da cooperativa, o nome e assinatura do sócio, o número em série contínuo, o valor, a data de emissão e a assinatura de dois membros de direcção.

3. A quota social é variável, sendo aumentado sempre que for admitido novo sócio ou por deliberação da Assembleia Geral da cooperativa.

ARTIGO 7.º
(Jóias)

No momento da sua admissão cada sócio pagará a quantia em dinheiro de Kz: 50.000,00 (cinquenta mil kwanzas) a título de jóia, que será afectada ao fundo de reserva legal nos termos da lei e do presente estatuto.

ARTIGO 8.º
(Transmissão de partes sociais)

1. A quota de que seja titular o sócio da cooperativa apenas pode ser transmitida por morte aos seus herdeiros que preencham os requisitos previstos no artigo 10.º e venham a tornar-se sócios da cooperativa.

2. No caso de sócios que se demitem ou sejam excluídos, bem como de herdeiros que não possam ou não pretendam ser sócios da cooperativa, a sua jóia será adquirida pela cooperativa pelo mesmo nominal da altura da inscrição.

3. Os pagamentos dos valores referidos no número anterior serão feitos dentro de um prazo a ser definido pela Assembleia Geral.

CAPÍTULO III
Dos sócios

ARTIGO 9.º
(Podem ser sócios)

1. Podem ser sócios da «Cooperativa Agro-Pecuária Empresarial Cala Uenda de Apoio ao Desenvolvimento dos Nacionalistas Angolanos» as pessoas físicas ou jurídicas beneficiárias de parcelas de terreno no perímetro da Kiminha, maiores de 18 anos, que se identifiquem com os objectivos da Cooperativa, aceitem os estatutos e aqueles que prestem serviços à Cooperativa.

2. O número de sócios da cooperativa é ilimitado e não pode ser inferior a dez.

3. Por razões técnico-económica e financeira da gestão da cooperativa, pode a Assembleia Geral, por deliberação aprovada por dois terços dos votos dos membros presentes, deliberar a suspensão temporária da admissão de novos membros até que estejam criadas as condições para uma eficiente prestação de serviços e realização de outros objectivos da cooperativa.

4. A admissão de sócios é realizada pela Assembleia Geral após pedido por escrito.

ARTIGO 10.º
(Categoria dos sócios)

1. Os sócios podem ser classificados em duas categorias: honorários e fundadores.

2. Os sócios honorários são aqueles que prestando apreciáveis serviços a Cooperativa são galardoados pela Assembleia Geral com esta designação.

3. Os sócios fundadores são aqueles que subscreveram o presente estatuto.

ARTIGO 11.º
(Deveres dos sócios)

1. Os sócios têm os seguintes deveres:

- a) Respeitar os princípios cooperativos, as leis, os estatutos, os regulamentos internos da cooperativa e outros deveres que resultem de preceitos legais;
- b) Contribuir gratuitamente para o desenvolvimento do bom nome e reputação da cooperativa, participando nas suas actividades cooperativizadas e prestando conta das acções realizadas;
- c) Participar nas Assembleias Gerais e nas reuniões dos demais órgãos que sejam convocados;
- d) Exercer com diligência, dinamismo e competência os cargos sociais pelos quais seja eleito, salvo por motivo justificado e previsto no presente estatuto;
- e) Não prejudicar a cooperativa por acção ou omissão, em especial cumprindo estritamente a lei e o

estatuto, bem como as deliberações validamente adoptadas pelos órgãos sociais, e participando à Direcção todas as infracções de que tiver conhecimento, principalmente as que afectam a responsabilidade da cooperativa ou ponham em risco os interesses sociais;

- f) Abster-se de exercer actividades económicas em concorrência com a cooperativa salvo autorização expressa do Conselho Directivo;
- g) Contribuir para o capital da cooperativa, efectuando pontualmente os pagamentos devidos à cooperativa nos termos legais, estatutários ou contratuais;
- h) Participar nas perdas até ao limite da sua participação no capital da cooperativa;
- i) Prestar com verdade, verbalmente ou por escrito, os esclarecimentos pedidos pelos órgãos sociais da cooperativa e guardar segredo sobre as informações de natureza confidencial cuja divulgação prejudique a realização dos objectivos da cooperativa.

ARTIGO 12.º (Direitos dos sócios)

1. Os sócios têm os seguintes direitos:
 - a) Beneficiar dos serviços prestados pela cooperativa;
 - b) Participar nas actividades da cooperativa e beneficiarem dos bens e serviços da cooperativa;
 - c) Eleger e ser eleito para os órgãos sociais;
 - d) Participar nas reuniões da Assembleia Geral, apresentando propostas, discutindo e votando os pontos constantes da ordem de trabalhos, bem como apresentar reclamações perante a Assembleia Geral, a Direcção e o Conselho Fiscal;
 - e) Requerer a convocação da Assembleia Geral nos termos definidos no estatuto. Tal não vier a acontecer no prazo de trinta dias requerer a convocação judicial;
 - f) Requerer e receber informações dos órgãos componentes da cooperativa, em especial as necessárias ao exercício dos seus direitos e ao cumprimento das suas obrigações, e examinar a escrita e as contas da Cooperativa, nos períodos e nas condições definidas na lei e neste estatuto ou, pela Assembleia Geral;
 - g) Apresentar sugestões e queixas aos órgãos competentes da Cooperativa;
 - h) Requerer a sua demissão em qualquer data, após cumprimento, nos termos legais e estatutários, das suas obrigações para com a cooperativa;
 - i) Impugnar as deliberações da Assembleia Geral contrárias à lei e este estatuto, nos casos nele previsto.

ARTIGO 13.º (Demissão dos sócios)

1. Os sócios podem solicitar a sua demissão, no final de um exercício social, mediante pré-aviso de 30 dias, sem prejuízo da responsabilidade pelo cumprimento das suas obrigações como membros da cooperativa.

2. O sócio que se demitir será restituído o montante da jóia realizado nos termos do n.º 2 do artigo 8.º deste estatuto.

ARTIGO 14.º (Exclusão de Sócios)

1. Pode ser excluído da cooperativa, mediante deliberação da Assembleia Geral, o sócio que:

- a) Tenha sido condenado por crime cometido na cooperativa, por sentença transitada em julgado;
- b) For judicialmente inibido de administrar e dispor dos seus bens;
- c) Tenha praticado qualquer das infracções previstas no artigo 15, quando a infracção ponha em risco a realização dos objectivos da cooperativa ou seja considerada gravemente perturbadora da sua vida ou funcionamento.

2. O sócio excluído nos termos do número anterior apenas poderá ser novo membro da cooperativa mediante revisão do seu processo de exclusão por factos novos que não pudessem ter sido invocados quando da deliberação da Assembleia Geral que o excluiu, a ser estabelecido pelo regulamento interno.

ARTIGO 15.º (Infracções)

Constituem infracções disciplinares dos membros da cooperativa:

- a) O incumprimento do disposto neste estatuto e nos regulamentos internos da cooperativa bem como das deliberações dos órgãos sociais;
- b) Injuriar, difamar e atentar contra o prestígio e bom nome da cooperativa e dos membros dos seus órgãos sociais ou quaisquer outros membros a quem tenham sido cometidas tarefas da cooperativa, durante e por causa do exercício das suas funções;
- c) Furtar, burlar, defraudar ou praticar actos ilícitos de que derivem prejuízos para a cooperativa;
- d) Não efectuar com culpa, nos prazos estipulados, os pagamentos devidos à cooperativa nos termos deste estatuto, dos regulamentos internos ou de contratos celebrados com a cooperativa;
- e) Negociar os produtos, materiais, máquinas, alfaias ou qualquer mercadoria de que beneficiar por intermédio da cooperativa, não lhe dando o uso a que este bem se destinava;
- f) Exercer actividades económicas em concorrência com as actividades de prestação da cooperativa;
- g) Transferir para não sócios benefícios da cooperativa concedidos exclusivamente aos sócios.

ARTIGO 16.º
(Sanções)

1. As sanções aplicáveis às infracções referidas no artigo anterior serão, dependendo da gravidade da infracção e das circunstâncias seguintes:

- a) Multa nos valores a definir em regulamento;
- b) Perda de mandato;
- c) Exclusão.

2. A pena de multa será aplicável aos sócios que praticarem quaisquer das infracções previstas no artigo 15.º, em especial quando mantenham em atraso, por sessenta dias após o prazo fixado, os pagamentos previstos neste estatuto e nos regulamentos da cooperativa.

3. A pena de perda de mandato será aplicável a todos os titulares de órgãos sociais que pratiquem qualquer infracção prevista no artigo 15.º ou ainda as infracções de titulares de órgãos sociais previstas na lei.

4. A pena de exclusão será aplicável aos sócios que mantenham em atraso os pagamentos previstos neste estatuto e nos regulamentos da Cooperativa por tempo superior a cento e oitenta dias após o prazo fixado, sem motivo justificado e depois de previamente avisados por comunicação escrita.

5. A pena de multa será ainda aplicável ao cooperador que tenha praticado qualquer das infracções previstas no artigo 15.º, quando a infracção seja considerada perturbadora da realização dos objectivos ou do funcionamento da cooperativa.

6. A aplicação de quaisquer penas será precedida de processo escrito.

7. As penas de multa são aplicadas pela Direcção, cabendo recurso para a Assembleia Geral.

8. A aplicação das sanções de perda de mandato e expulsão são da competência exclusiva da Assembleia Geral.

CAPÍTULO IV
Dos Órgãos Sociais

ARTIGO 17.º
(Órgãos sociais)

1. Os órgãos sociais da cooperativa são:

- a) A Assembleia Geral;
- b) A Direcção;
- c) O Conselho Fiscal.

2. Os membros dos órgãos sociais da cooperativa são eleitos de entre os sócios por um período de dois anos, sendo permitida a reeleição por apenas dois mandatos consecutivos.

3. Os membros dos órgãos da cooperativa não podem ocupar simultaneamente cargos em outro órgão social.

4. As deliberações dos órgãos sociais são, quando a lei ou este estatuto não exijam outra maioria, tomadas por maioria simples dos votos dos membros presentes.

5. Pelas deliberações contrárias à lei, a este estatuto ou às deliberações da Assembleia Geral, ficam os membros do órgão que tomou tal deliberação, desde que tenham votado

favoravelmente a deliberação, ilimitada e solidariamente responsáveis para com a cooperativa e para com outros sócios pelos prejuízos causados.

ARTIGO 18.º
(Eleição para os órgãos sociais)

1. A Mesa da Assembleia Geral é eleita em Assembleia de Sócios.

2. A Direcção e o Conselho Fiscal são eleitos pela Assembleia Geral.

3. As eleições devem realizar-se até trinta dias antes do fim do mandato anterior, em data a estabelecer pelo presidente da Mesa da Assembleia Geral e, com pelo menos sessenta dias de antecedência sobre a data prevista para a realização das eleições.

4. As eleições de membros de órgãos da cooperativa são realizadas por escrutínio secreto, considerando-se eleitos aqueles membros que obtiverem o maior número de votos dos membros presentes na Assembleia Geral.

5. As propostas de candidaturas individuais ou por listas são entregues ao presidente da Mesa da Assembleia Geral até trinta dias antes da data prevista para as eleições.

6. As propostas de candidaturas devem indicar dois membros suplentes que substituem os membros efectivos dos órgãos eleitos nos casos previstos no artigo seguinte.

ARTIGO 19.º
(Substituições)

No caso de morte ou incapacidade permanente do membro do órgão social, bem como de renúncia ao mandato ou revogação do mandato pela Assembleia Geral, este será substituído, até ao termo do seu mandato, por membro suplente.

ARTIGO 20.º
(Proibições impostas aos membros dos órgãos sociais)

Os membros dos órgãos sociais da Cooperativa, bem como quaisquer outros mandatários desta, não podem negociar por conta própria, directamente ou por interposta pessoa e salvo nos casos previstos neste estatuto, com a Cooperativa, nem exercer actividade concorrente com a actividade de prestação de serviço desta.

SECÇÃO I
Da Assembleia Geral

ARTIGO 21.º
(Composição)

1. A Assembleia Geral é o órgão supremo de expressão da vontade social, composta por todos os membros ou seus representantes no pleno gozo dos seus direitos estatutários, constituída para deliberar e adoptar decisões por maioria das matérias próprias de sua competência.

2. A cada sócio da cooperativa corresponde um voto.

3. As decisões da Assembleia Geral obrigam a todos os seus sócios, inclusos os ausentes e dissidentes.

ARTIGO 22.º
(Competência da Assembleia Geral)

- a) Alterar os estatutos e deliberar sobre a fusão e rescisão ou dissolução, transformação ou liquida-

- ção da cooperativa, por maioria de dois terços dos votos dos membros presentes, que deverão constituir cinquenta por cento do total de membros da cooperativa;
- b) Assegurar os regulamentos internos da cooperativa;
- c) Eleger os membros da Direcção, do Conselho Fiscal, da Mesa da Assembleia Geral e os responsáveis de comissões que sejam criadas, bem como revogar os seus mandatos;
- d) Discutir, aprovar ou modificar o relatório e as contas anuais apresentados pela Direcção, com o parecer do Conselho Fiscal e Auditores Externos;
- e) Deliberar sobre a distribuição dos excedentes da cooperativa ou imputação das perdas, nos termos legais e estatutários;
- f) Deliberar sobre os critérios de avaliação das entradas de capital realizados em espécie ou trabalho;
- g) Deliberar sobre pagamento de quotas ou quaisquer aumentos dos pagamentos a serem efectuados à cooperativa pelos seus sócios;
- h) Deliberar sobre a constituição de reservas e distribuição de resultados;
- i) Deliberar sobre a aceitação de doações, heranças ou legados;
- j) Aprovar o plano anual de actividades e as propostas de orçamento apresentados pela Direcção;
- k) Deliberar sobre a alienação de bens imóveis da cooperativa;
- l) Aprovar os modelos de contrato a serem celebrados entre a cooperativa e os seus sócios;
- m) Aprovar quaisquer remunerações a gestores e empregados da cooperativa;
- n) Admitir os novos sócios da cooperativa, bem como deliberar sobre a sua exclusão e readmissão;
- o) Deliberar sobre a aplicação de sanções a sócios da cooperativa nos termos do artigo 17.º;
- p) Deliberar sobre a suspensão temporária da admissão de novos sócios a que se refere o n.º 3 do artigo 12.º;
- q) Apreciar recursos interpostos de decisões da Direcção e outros previstos na lei ou neste estatuto;
- r) Deliberar sobre quaisquer outros assuntos previstos na lei ou neste estatuto ou que lhe sejam presentes pelos órgãos sociais ou pelos membros.

ARTIGO 23.º
(Mesa da Assembleia Geral)

A Mesa de Assembleia Geral é constituída pelo Presidente, Secretário e Vogal, eleitos em Assembleia Geral.

ARTIGO 24.º
(Reunião da Assembleia Geral)

1. As reuniões da Assembleia Geral são dirigidas pelo Presidente da Mesa da Assembleia ou pelo Secretário que substitui nas suas ausências e impedimentos.
2. A Assembleia Geral reúne ordinariamente uma vez por ano dentro dos três meses seguintes ao encerramento do exercício para a apreciação e votação do relatório e contas da direcção relativo ao exercício anterior.
3. A Assembleia Geral reúne extraordinariamente quando os interesses da cooperativa o aconselhem, por iniciativa da Mesa da Assembleia, da Direcção, do Conselho Fiscal ou de dois terços dos sócios no pleno gozo dos seus direitos.
4. As reuniões da Assembleia Geral são convocadas pelo Presidente da Mesa, por meio de aviso tornado público, com uma antecedência mínima de 15 dias, com a indicação da ordem de trabalhos, o dia, a hora e o local da reunião.
5. A Assembleia Geral considera-se legalmente constituída com a presença de, pelo menos, a metade dos sócios no pleno exercício dos seus direitos.
6. Se à hora marcada não estiver o número de sócios referido no número anterior, a assembleia reúne validamente uma hora depois, em segunda convocatória, com a presença ou representação de um mínimo de dez por cento dos cooperadores no pleno gozo dos seus direitos.
7. Das reuniões da Assembleia Geral será sempre lavrada acta em livro próprio, que indicará a agenda, o número de sócios presentes, as deliberações aprovadas e rejeitadas e as declarações de voto, se as houver, será assinada pelos membros da Mesa de Assembleia presentes.

SECÇÃO II
Da Direcção

ARTIGO 25.º
(Composição)

1. A Direcção é o órgão de administração e gestão da cooperativa, composta por um mínimo de três membros e um máximo de sete membros a quem compete controlar e supervisionar de forma directa e permanente a gestão da cooperativa de acordo com as leis estatutárias e política geral fixada pela Assembleia Geral.
2. Um dos membros de Direcção será o Presidente, outro o Tesoureiro, o outro o Secretário e dois vogais.
3. Cabe à Assembleia Geral deliberar sobre o número de membros de Direcção, dentro dos limites previstos no n.º 1 deste artigo, e sobre os cargos a desempenhar por cada membro.
4. Não poderão ser simultaneamente membros da Direcção sócios com laços de parentesco até ao segundo grau.

ARTIGO 26.º
(Competência)

Cabe à Direcção:

- a) Exercer a administração, gestão e representação da cooperativa de modo a garantir a realização dos seus objectivos;

- b) Velar pelo cumprimento da lei, do estatuto e dos regulamentos internos da Cooperativa e executar as deliberações da Assembleia Geral;
- c) Representar a Cooperativa em quaisquer actos ou contratos e em juízo ou fora dele, bem como assegurar o relacionamento com os órgãos da Administração Pública e entidades não governamentais e privadas em todos os assuntos de interesse para a cooperativa;
- d) Contratar e gerir pessoal necessário às actividades da cooperativa;
- e) Adquirir os bens e equipamento necessários ao funcionamento da cooperativa, velar pela correcta utilização e conservação dos mesmos e propor à Assembleia Geral a alienação daqueles que julgue dispensáveis;
- f) Administrar e gerir os fundos da cooperativa e contrair empréstimos;
- g) Apreçar os pedidos de admissão de novos sócios e submetê-los à Assembleia Geral;
- h) Aplicar as sanções previstas no n.º 6 do artigo 17.º e propor à Assembleia Geral aplicação das sanções previstas no n.º 7 do mesmo artigo;
- i) Elaborar e submeter ao parecer do Conselho Fiscal e à aprovação da Assembleia Geral, o relatório anual e as contas do exercício, bem como o plano de actividades e o orçamento para o exercício seguinte;
- j) Solicitar a convocação extraordinária da Assembleia Geral;
- k) Solicitar pareceres ao Conselho Fiscal;
- l) Desempenhar as de mais funções que sejam atribuídas por lei ou pelos estatutos.

Cabe ao Secretário:

- a) Conservar e zelar os livros obrigatórios da cooperativa;
- b) Redigir de forma circunstanciada as actas das sessões da Assembleia Geral e do Conselho Directivo em que actue como Secretária;
- c) Lavrar certificados autorizados com assinatura do Presidente, referente aos livros e documentos sociais;
- d) Efectuar as notificações que procedam às decisões adoptadas pela Assembleia Geral e pelo Conselho Directivo.

Cabe ao Tesoureiro:

- a) Zelar pelos fundos da cooperativa, respondendo pelas quantias de que se tenha feito responsável;
- b) Zelar e supervisionar o livro de inventários e balanços o livro-diário assim como os restantes documentos de contabilidade e o estado financeiro da cooperativa.

Aos Vogais cabe desempenhar as funções conferidas pelo presidente, de acordo com as directrizes fixadas pelo Conselho Directivo e pela Assembleia Geral.

ARTIGO 27.º

(Reuniões)

1. A Direcção reunirá ordinariamente uma vez por mês e, por iniciativa ou por pedido da maioria dos seus membros.

2. As reuniões só poderão ser realizadas quando estiverem presentes a maioria dos membros da Direcção.

3. As deliberações serão tomadas por maioria simples dos votos dos membros presentes, reservando-se ao presidente o voto de qualidade.

4. Das reuniões será sempre lavrada acta que será assinada por todos os membros presentes.

SECÇÃO III

Do Conselho Fiscal

ARTIGO 28.º

(Composição)

O Conselho Fiscal é o órgão de controlo e fiscalização da cooperativa e é constituído por um Presidente, um Secretário e dois vogais eleitos pela Assembleia Geral da cooperativa.

ARTIGO 29.º

(Competência)

Compete ao Conselho Fiscal:

- a) Verificar o cumprimento da lei, dos estatutos, dos regulamentos internos e das decisões da Assembleia Geral;
- b) Examinar trimestralmente a escrita e toda a documentação da cooperativa;
- c) Elaborar o relatório sobre a sua acção fiscalizadora durante o ano e emitir o parecer sobre o relatório e contas do exercício, o plano de actividades e o orçamento para o ano seguinte;
- d) Apresentar à Direcção as propostas que considerar adequadas para a melhoria da situação patrimonial e financeira da cooperativa;
- e) Emitir pareceres que lhe sejam solicitados pelos outros órgãos da cooperativa;
- f) Dar parecer sobre os projectos de fusão e cisão da cooperativa elaborados pela Direcção nos termos dos artigos 41.º e 42.º, respectivamente;
- e) Apreçar as sugestões, reclamações e queixas dos membros da cooperativa.

ARTIGO 30.º

(Reuniões)

1. O Conselho Fiscal reúne ordinariamente uma vez por trimestre e, extraordinariamente, à convocação do seu Presidente por iniciativa deste, e por solicitação de qualquer dos seus membros ou da Direcção.

2. As reuniões só poderão ser realizadas quando estiverem presentes a maioria dos membros do Conselho Fiscal.

3. O Conselho Fiscal delibera por maioria de votos dos membros presentes, reservando-se ao presidente o voto de qualidade.

4. Das reuniões do Conselho Fiscal será sempre lavrada acta.

CAPÍTULO V

Reservas e Distribuição de Excedentes

ARTIGO 31.º (Património)

O património da cooperativa é formado por todos os bens existentes no acto da sua constituição e pelos que vierem a ser adquiridos, devendo em cada ano, ser devidamente actualizado o respectivo inventário.

ARTIGO 32.º (Receitas)

Constituem receitas da «Cooperativa Agro-Pecuária Empresarial Cala Uenda de Apoio ao Desenvolvimento dos Nacionalistas Angolanos»:

- a) Os valores provenientes da prestação de serviços aos sócios e quaisquer outros montantes por estes pagos à cooperativa;
- b) Os rendimentos dos seus bens próprios;
- c) Os subsídios, participações e financiamentos de que seja beneficiária;
- d) As doações, heranças ou legados de que seja beneficiária;
- e) Quaisquer outras receitas previstas na lei ou neste estatuto.

ARTIGO 33.º (Reserva legal)

1. A reserva legal da cooperativa não pode ser inferior a vinte por cento da quota social.

2. A reserva legal destina-se apenas a:

- a) Coberturas de prejuízos que não possam ser cobertos por outras reservas;
- b) Cobertura de prejuízos transitados de outros exercícios que não possam ser cobertos pelos lucros desse exercício nem pela utilização de outras reservas;
- c) Incorporação no capital.

3. A reserva legal da cooperativa é constituída por:

- a) As jóias pagas pelos sócios;
- b) Os excedentes anuais líquidos na percentagem que vier a ser estabelecida pela Assembleia Geral e que não poderá ser inferior a 5% dos excedentes até se atingir o limite previsto no n.º 1 deste artigo.

ARTIGO 34.º (Reserva para a educação e formação)

1. A cooperativa terá uma reserva para a educação e formação cultural, técnica e profissional dos seus sócios, dos seus trabalhadores e da comunidade.

2. Revertem para esta reserva:

- a) A parte dos excedentes anuais líquidos que estabelecida pela Assembleia Geral e que não poderá ser inferior a um por cento;
- b) As doações e subsídios que forem especialmente destinados aos fins desta reserva.

3. As formas de aplicação desta reserva são determinadas pela Assembleia Geral.

4. A Direcção deve integrar anualmente no plano actividades, um plano de formação para a aplicação da reserva.

ARTIGO 35.º (Outras reservas)

1. Poderão ser criadas na Cooperativa outras reservas por deliberação da Assembleia Geral ou legislação aplicável a cooperativas que venha a ser adoptada.

2. O modo de formação, de aplicação e de liquidação das reservas referidas no número anterior serão da competência da Assembleia Geral se não estiverem previstos na legislação aplicável.

CAPÍTULO VI

Da Dissolução e Liquidação

ARTIGO 36.º (Causas de dissolução)

A cooperativa dissolve-se por:

- a) Deliberação da Assembleia Geral;
- b) Diminuição do número de membros abaixo do mínimo legal;
- c) Fusão ou cisão da cooperativa;
- d) Falência da cooperativa;
- e) Decisão judicial transitada em julgado.

ARTIGO 37.º (Dissolução por deliberação da Assembleia Geral)

1. A deliberação da Assembleia Geral que determinar a dissolução da cooperativa deve ser tomada por, pelo menos, dois terços dos votos dos sócios presentes.

2. No caso de dissolução nos termos do número anterior, e salvo nos casos de dissolução para fusão ou cisão, se de cinco ou mais sócios se opuserem à dissolução da cooperativa e declararem por escrito a sua intenção de prosseguir com a realização do seu objecto social, a cooperativa continuará a existir, tendo os outros sócios o direito de se demitirem.

3. No caso previsto no número anterior, a Direcção submeterá à apreciação e aprovação pela Assembleia Geral o relatório e contas anuais e o inventário do seu mandato final.

4. Aprovados o relatório e contas anuais e o inventário referido no número anterior, a Direcção cessante procederá à entrega aos sócios que prosseguem com a realização do objecto social, de todos os documentos e bens da cooperativa, segundo procedimento a definir em regulamento aprovado pela Assembleia Geral.

5. Os sócios que se demitirem na situação prevista no n.º 2 deste artigo apresentarão o seu pedido de demissão nos termos definidos neste estatuto.

6. A dissolução da cooperativa nos termos deste artigo deve contar de escritura pública, ser publicada e registada.

ARTIGO 38.º
(Dissolução por redução de capital)

No caso de os membros da Direcção verificarem, pelas contas de exercício, estar perdida metade do capital social existente na data do encerramento do exercício anterior, devem propor à Assembleia Geral que a cooperativa seja dissolvida a não ser que os sócios se comprometam a efectuarem, no prazo de 60 dias contados a partir da data da deliberação, entradas que mantenham em, pelo menos, dois terços a cobertura de capital existente na data do encerramento do exercício anterior.

ARTIGO 39.º
(Dissolução por fusão)

1. A Assembleia Geral pode, por maioria de dois terços dos votos dos membros presentes, deliberar a fusão da cooperativa com outras cooperativas.

2. A Direcção da cooperativa deve apresentar à Assembleia Geral, para efeitos do disposto no número anterior, o projecto de fusão elaborado, nos termos da lei, pelas cooperativas que se pretendem fundir, bem como o parecer do Conselho Fiscal, também elaborado nos termos legais, sobre esse projecto.

3. Deverá ser dada publicidade à realização da Assembleia Geral para a deliberação sobre a fusão, tendo os sócios e credores da cooperativa o direito de consultar os documentos referidos no número anterior.

4. Aprovada a fusão, deve ser dada publicidade da deliberação no prazo de 15 dias contados a partir da data da reunião da Assembleia Geral.

5. No caso de fusão, o património será transmitido nos termos legais para a cooperativa incorporante ou para nova cooperativa.

6. Os sócios que não concordem com a fusão têm o direito de se demitir, nos termos previstos na lei e neste estatuto.

ARTIGO 40.º
(Rescisão)

1. A Assembleia Geral pode, por maioria de dois terços dos votos dos membros presentes, deliberar a cisão da Cooperativa para vir a constituir novas Cooperativas ou para afectação de parte do seu património a nova Cooperativa, mantendo-se a existência da «Cooperativa Agro-Pecuária Empresarial Cala Uenda de Apoio ao Desenvolvimento dos Nacionalistas Angolanos».

2. Para os efeitos do disposto no número anterior, a Direcção da Cooperativa deve apresentar à Assembleia Geral o projecto de cisão, elaborado nos termos da lei bem como o parecer do Conselho Fiscal, também elaborado nos termos legais, sobre esse projecto.

3. Deverá ser dada publicidade à realização da Assembleia Geral para a deliberação sobre a cisão, tendo os sócios e credores da cooperativa o direito de consultar os documentos referidos no número anterior.

4. No caso de cisão, o património da cooperativa será transmitido nos termos legais para a nova cooperativa ou, no caso de a cooperativa se manter, será transmitido o activo e passivo relativo a bens que na cooperativa constituem uma unidade económica.

ARTIGO 41.º
(Liquidação)

1. A Assembleia Geral que deliberar a dissolução da cooperativa deve eleger uma comissão liquidatária, que procederá à liquidação da cooperativa no prazo de um ano, prorrogável, contado a partir da data da aprovação do relatório e contas e inventário do exercício final da Direcção.

2. Os membros da Comissão liquidatária têm os poderes, direitos e obrigações previstos na lei.

3. A Comissão liquidatária apresentará o relatório e contas da liquidação a ser aprovado pela Assembleia Geral nos termos legais e estatutários.

4. A última Assembleia Geral ou tribunal, conforme os casos, designarão quem deve ficar depositário dos livros e documentos da Cooperativa, que deverão ser conservados pelo prazo de dez anos.

ARTIGO 42.º
(Partilha do activo restante)

1. Depois de satisfeitos ou garantidos os direitos dos credores da cooperativa, o activo restante será destinado em primeiro lugar ao reembolso do valor nominal das entradas efectivamente realizadas por cada sócio.

2. Se não puder ser feito o reembolso integral, o activo restante será partilhado entre os sócios proporcionalmente ao valor nominal das entradas realizadas.

ARTIGO 43.º
(Escritura pública de extinção)

A Comissão liquidatária outorgará a escritura pública de extinção, que incluirá a aprovação do balanço final de liquidação.

CAPÍTULO VII
Disposições Finais

ARTIGO 44.º
(Unões de Cooperativas)

A Cooperativa pode associar-se a outras cooperativas em uniões de cooperativas sob proposta da Direcção à Assembleia Geral.

ARTIGO 45.º
(Primeira Assembleia Geral)

Após a aprovação do presente estatuto numa Assembleia Constituinte, a Comissão Instaladora desenvolverá as diligências necessárias à convocação da primeira Assembleia Geral para a eleição dos órgãos sociais da cooperativa.

ARTIGO 46.º
(Símbolos e logótipo)

Cabe à Assembleia Geral aprovar o emblema e logótipo da cooperativa que poderão ser usados como bandeira, medalha ou galhardete.

ARTIGO 47.º
(Resolução de dúvidas)

As dúvidas que existirem na interpretação e aplicação destes estatutos, bem como as omissões serão resolvidos pela Assembleia Geral.

Luanda, aos 10 de Dezembro de 2013.

Lista dos líderes da Cooperativa Empresarial Cala Uenda de Apoio ao Desenvolvimento dos Nacionalistas Angolanos.
Carvalho Braga dos Santos, Lucas Araújo Lima,
Domingos António Canhoca e António dos Santos.
(14-0558-L01)

Cedsimed, Limitada

Certifico que, por escritura de 18 de Dezembro de 2013, lavrada com início a folhas 96, do livro de notas para escrituras diversas n.º 336, do Cartório Notarial do Guiché Único da Empresa, a cargo do Notário, Lúcio Alberto Pires da Costa, Licenciado em Direito, foi constituída entre:

Primeiro: — Alfredo Campos Miguel António, solteiro, maior, natural de Calulo-Libolo, Província de Kwanza-Sul, residente habitualmente em Luanda, no Distrito Urbano e Bairro do Rangel, Rua do Paraná, casa s/n.º, que outorga neste acto como mandatário dos sócios, «SACPART - Gestão de Participações S.A.», com sede em Luanda, Distrito Urbano e Bairro da Ingombota, Rua Amílcar Cabral n.º 66, 3.º andar, direito, com o número de Identificação Fiscal n.º 5417238600 e Francisco Nsimba, casado com Mayunna Melani Nsimba, sob regime de comunhão de adquiridos, natural de Maquela do Zombo, Província do Uíge, residente habitualmente em Benguela, no Município de Lobito, Zona Industrial, Rua Jacob de Paiva s/n.º;

Segundo: — Anátide de Jesus de Oliveira Freire Campos, casada com Henrique José Moreira Campos, sob regime de comunhão de adquiridos, natural de Benguela, Província de Benguela, onde reside habitualmente, no Município de Benguela, Largo do Pioneiro, Casa n.º 10, Zona E;

Uma sociedade comercial por quotas de responsabilidade limitada, que se regerá nos termos constantes dos artigos seguintes.

Está conforme.

Cartório Notarial do Guiché Único da Empresa, em Luanda, 18 de Dezembro de 2013. — O ajudante, ilegível.

ESTATUTOS DA SOCIEDADE
CEDSIMED, LIMITADA

ARTIGO 1.º
(Denominação e sede)

A sociedade adopta a denominação social de «Cedsimed, Limitada», com sede social, na Província de Benguela, Rua

Machado dos Santos, Edifício n.º 7, 1.º andar a direita, Bairro e Município de Benguela, podendo transferi-la livremente para qualquer outro local do território nacional, bem como abrir filiais, sucursais, agências ou outras formas locais de representação dentro e fora do País.

ARTIGO 2.º
(Duração)

A sua duração é por tempo indeterminado, contando-se o início da sua actividade, para todos os efeitos legais, a partir da data da celebração da presente escritura.

ARTIGO 3.º
(Objecto)

A sociedade tem como objecto social:

- O exercício do comércio a grosso e a retalho, prestação de serviços, consultoria e gestão de empreendimentos, serviços de saúde e sua promoção, venda de produtos farmacêuticos, consumíveis relacionados com a área da saúde, equipamento médico e sua reparação e manutenção, material descartável, instrumental e peças de reposição. Tem ainda como objecto a recuperação e investimentos em unidades de saúde, estudos, elaboração, execução e fiscalização de projectos, importação e exportação, assistência médica, higiene e prevenção, promoção de saúde e reabilitação, gestão hospitalar, formação de recursos humanos bem como todos os produtos e serviços similares ou complementares a este ramo de comércio;
- A sociedade poderá participar no capital de outras sociedades, reguladas ou não por leis especiais, criar novas empresas, ou comparticipar na sua criação, mesmo que o objecto dessas empresas não coincida no todo ou em parte com aquele que a sociedade está exercendo, podendo ainda a sociedade associar-se, pela forma que entender mais conveniente, a quaisquer entidades singulares ou colectivas, colaborar com elas através da sua direcção ou fiscalização, ou nelas tomar interesses sob qualquer forma.

ARTIGO 4.º
(Capital social)

O capital social é de Kz: 1.000.000,00 (um milhão de kwanzas), integralmente realizado em dinheiro, dividido e representado por 3 (três) quotas, uma no valor nominal de Kz: 433.400,00 (quatrocentos e trinta e três mil e quatrocentos kwanzas), pertencente à sócia «SACPART — Gestão de Participações, S.A.», outras duas quotas iguais no valor nominal de Kz: 283.300,00 (duzentos e oitenta e três mil e trezentos kwanzas) cada uma, pertencentes aos sócios Francisco Nsimba e Anátide de Jesus de Oliveira Freire Campos.

ARTIGO 5.º
(Transmissão de quotas)

1. A cessão de quotas, no todo ou em parte é livremente permitida entre os sócios.

2. A cessão de quotas a estranhos fica dependente do consentimento da sociedade à qual é sempre reservado o direito de preferência deferido aos sócios se a sociedade dele não quiser fazer uso.

3. O sócio transmitente da totalidade ou de parte das suas quotas, comunicará à sociedade, através de escrito idóneo, a entidade do adquirente, a quota ou quotas a serem transferidas, o preço, as condições de pagamento, bem como todas as demais condições da transmissão pretendida.

4. O prazo para a sociedade deliberar sobre o consentimento à transmissão de quotas é de sessenta dias a contar da data da recepção pela sociedade da comunicação mencionada no número anterior. Se a sociedade não deliberar sobre o pedido de consentimento no prazo anteriormente mencionado, a eficácia da cessão deixa de depender dele.

5. O prazo para os sócios exercerem o seu direito de preferência é de 30 dias a contar da data da deliberação que prestou o consentimento à cessão, ou na sua falta nos 30 dias seguintes ao termo do prazo concedido à sociedade para deliberar sobre tal pedido de consentimento. Decorrido o prazo mencionado no presente número, a transmissão é livre.

ARTIGO 6.º
(Assembleia Geral)

1. As Assembleias Gerais podem ser convocadas por carta registada, com a antecedência mínima de 15 dias.

2. Os sócios que não possam estar presentes na Assembleia Geral podem fazer-se representar por outro sócio, ou por terceiro, através de uma carta assinada pelo sócio e dirigida à sociedade.

3. As seguintes matérias estão sujeitas a deliberação da Assembleia Geral:

- a) A exigência ou restituição de prestações suplementares;
- b) A amortização de quotas, a aquisição, alienação de quotas próprias e o consentimento para a divisão ou transmissão/cessão de quotas;
- c) A exclusão de sócios;
- d) A nomeação e a destituição de gerentes e de membros do órgão de fiscalização;
- e) A aprovação do relatório de gestão e das contas do exercício, a distribuição de lucros;
- f) A exoneração de responsabilidade dos gerentes ou membros do órgão de fiscalização;
- g) A proposição de acções pela sociedade contra gerentes ou membros do órgão de fiscalização;
- h) A alteração do contrato de sociedade;
- i) A fusão, cisão, transformação e dissolução da sociedade;

- j) A subscrição ou a aquisição de participações noutras sociedades e a sua alienação ou oneração;
- k) A alienação, oneração, arrendamento ou constituição de outros direitos pessoais de gozo sobre imóveis da sociedade;
- l) A alienação, oneração ou locação de estabelecimento da sociedade;
- m) Outros assuntos que não sejam por lei, pelos estatutos ou deliberação dos sócios da competência ou expressamente autorizados aos gerentes.

ARTIGO 7.º
(Gerência)

1. A gestão e a representação da sociedade, em todos os seus actos e contratos, em juízo ou fora dele, activa e passivamente, incumbe à Gerência composta por um a três membros, nomeados pela Assembleia Geral.

2. Os gerentes serão remunerados, ou não, conforme for deliberado pelos sócios em Assembleia Geral.

3. A gerência pode delegar nalgum ou nalguns dos seus membros competência para determinados negócios ou espécie de negócios e/ou conferir mandato a favor de empregados da sociedade ou de terceiros para a prática de determinados actos ou categorias de actos.

4. Assembleia Geral poderá nomear não sócios para gerentes da sociedade.

ARTIGO 8.º
(Vinculação da sociedade)

A sociedade obriga-se de forma válida nos seus actos e contratos nos seguintes casos:

- a) No caso de gerência singular, pela assinatura de um gerente;
- b) No caso de gerência plural:
 - (i) Pela assinatura de dois gerentes;
 - (ii) Pela assinatura de um gerente a quem tenham sido delegados poderes para a prática do acto;
- c) Pela assinatura de um ou mais procuradores nos termos das respectivas procurações.

ARTIGO 9.º
(Distribuição de lucros)

Os lucros líquidos apurados, depois de deduzida a percentagem para fundos ou destinos especiais criados em Assembleia Geral, serão divididos pelos sócios na proporção das suas quotas.

ARTIGO 10.º
(Dissolução)

1. A sociedade dissolve-se nos casos e nos termos da lei, por deliberação da Assembleia Geral, tomada por maioria qualificada de três quartos dos votos correspondentes à totalidade do capital social.

2. A liquidação do património em consequência da dissolução da sociedade, será efectuada por uma Comissão Liquidatária formada pelos gerentes em exercício, salvo deliberação em contrário da Assembleia Geral.

3. Dissolvida a sociedade por acordo dos sócios e nos demais casos legais, todos os sócios serão liquidatários e a liquidação e partilha verificar-se-ão como acordarem. Na falta de acordo e se algum deles o pretender, será o activo social lícitado em globo, com obrigação do pagamento do passivo e adjudicado ao sócio que melhor preço oferecer, em igualdade de condições.

4. A sociedade não se dissolverá por morte ou impedimento dos sócios, continuando a sua existência com o sobrevivente ou representantes dos sócios falecidos ou interdito, devendo estes nomear um que a todos represente enquanto a quota se mantiver indivisa.

ARTIGO 11.º
(Amortização de quotas)

A sociedade reserva-se o direito de amortizar a quota de qualquer sócio quando sobre ele recaia arresto, penhora ou providência cautelar.

ARTIGO 12.º
(Concorrência)

Nos termos legais, a gerência poderá exercer actividade concorrente com a da sociedade.

ARTIGO 13.º
(Foro)

Para todas as questões emergentes deste contrato, quer entre os sócios, seus herdeiros ou representantes, quer entre eles e a própria sociedade, fica estipulado o Foro da Comarca de Luanda, com expressa renúncia a qualquer outro.

ARTIGO 14.º
(Exercício anual)

Os anos sociais serão os civis e os balanços serão dados em 31 de Dezembro de cada ano, devendo encerrar em 31 de Março imediato.

ARTIGO 15.º
(Lei aplicável)

No omissão regularão as deliberações sociais, as disposições na Lei n.º 1/04, de 13 de Fevereiro e a demais legislação aplicável.

Disposições Transitórias

ARTIGO 16.º
(Nomeação dos órgãos sociais)

Fica desde já nomeado como gerente, Dumilde das Chagas Simões Rangel, viúvo, de nacionalidade angolana, residente na Rua Monsenhor Kelling, s/n.º, Benguela, Angola, portador do Bilhete de Identidade de Cidadão Nacional n.º 000000506VP011, emitido em 22 de Julho de 2013 pela Direcção Nacional de Identificação.

ARTIGO 17.º
(Autorização para actos a praticar antes do registo definitivo)

A gerência fica desde já autorizada, entre a data de assinatura do presente contrato e a data do registo definitivo do mesmo, a:

- Levantar a totalidade do capital social depositado, a fim de custear as despesas de constituição e

registo da sociedade, aquisição de equipamentos e instalação da sede social e a adquirir e ou a tomar de locação quaisquer bens móveis, imóveis ou direitos, mesmo antes do seu registo definitivo, assumindo a sociedade todos os actos praticados pela gerência, nesse período, logo que definitivamente matriculada.

- Iniciar a actividade social, promovendo todos os actos adequados para o efeito e celebrando contratos no âmbito do objecto da sociedade;

- Nomear e a conferir procuração a representantes da sociedade para a prática de todos e quaisquer actos autorizados no presente artigo, dentro dos limites expressamente previstos nessa mesma procuração.

(13-21514-L02)

REAL OVO — Produção de Ovos, Limitada

Certifico que, por escritura de 18 de Dezembro de 2013, lavrada com início a folhas 13 do livro de notas para escrituras diversas n.º 181-A, do Cartório Notarial do Guiché Único da Empresa, a cargo do Notário, Lúcio Alberto Pires da Costa, Licenciado em Direito, foi constituída entre:

Primeiro: — Venâncio Aguinaldo, solteiro, maior, natural de Malanje, Província de Malanje, residente habitualmente em Luanda, no Distrito Urbano da Samba, Bairro Benfica, casa s/n.º, Zona 3;

Segundo: — Andrésio Ambriz Francisco, solteiro, maior, natural de Samba Caju, Província do Kwanza-Norte, residente habitualmente em Luanda, no Município e Bairro do Cazenga, Casa n.º 6, Zona 80;

Uma sociedade comercial por quotas de responsabilidade limitada, que se regerá nos termos constantes dos artigos seguintes.

Está conforme.

Cartório Notarial do Guiché Único da Empresa, em Luanda, 18 de Dezembro de 2013. — O ajudante, *ilegível*.

**ESTATUTOS DA SOCIEDADE
REAL OVO — PRODUÇÃO DE OVOS, LIMITADA**

ARTIGO 1.º
(Denominação)

A sociedade é comercial, sob o tipo de sociedade por quotas e adopta a denominação de «REAL OVO — Produção de Ovos, Limitada».

ARTIGO 2.º
(Sede)

A sociedade tem a sua sede na Província de Luanda, Município de Viana, no Canal do Kikuxi casa s/n.º, Bairro do Kikuxi.

§ Único: — A Assembleia de Sócios poderá deslocar a sede social para qualquer outro local, bem como criar ou encerrar sucursais, filiais, agências, delegações ou outras formas de representação no País ou no estrangeiro, nos termos e limites prescritos nas disposições legais aplicáveis.

ARTIGO 3.º
(Objecto social)

§ 1.º — A sociedade tem por objecto social a produção de ovo fresco, a exploração avícola, a venda de subprodutos e componentes orgânicos, comércio geral, importação e exportação, e tudo o que seja necessário para o desenvolvimento da sua actividade, podendo dedicar-se a qualquer outro ramo de comércio ou indústria, em que os sócios acordem e seja permitido por lei.

ARTIGO 4.º
(Duração)

A existência jurídica da sociedade conta-se a partir da data da escritura de constituição e a sua duração é por tempo indeterminado.

ARTIGO 5.º
(Capital social)

O capital social é de Kz: 100.000,00 (cem mil kwanzas), integralmente realizado em dinheiro, dividido e representado por (2) duas quotas iguais no valor nominal de Kz: 50.000,00 (cinquenta mil kwanzas) cada uma, pertencentes aos sócios, Andrésio Ambriz Francisco e Venâncio Aguinaldo, respectivamente.

ARTIGO 6.º

Não serão exigíveis prestações suplementares do capital, mas os sócios poderão fazer à sociedade os suplementos de que ela necessitar, mediante os juros e nas condições que estipularem em Assembleia Geral.

ARTIGO 7.º

A cessão de quotas entre os sócios é livre, mas quando feita a pessoas estranhas à sociedade, fica dependente do consentimento desta a obter por maioria simples de votos correspondentes ao capital.

ARTIGO 8.º

A gerência e administração da sociedade e a sua representação, em juízo ou fora dele, activa e passivamente, ficam a cargo de um gerente, eleito em Assembleia Geral de entre sócios, ou não sócios, devendo em ambos os casos ser pessoas singulares com plena capacidade jurídica e de agir, com dispensa de caução, bastando a sua assinatura para obrigar validamente a sociedade.

ARTIGO 9.º

1. Ao(s) gerente(s) são conferidos os poderes necessários para assegurar a gestão corrente dos negócios da sociedade e, em particular, para:

- a) Representar a sociedade, em juízo e fora dele, activa e passivamente;
- b) Celebrar quaisquer contratos, públicos ou particulares, no âmbito do objecto da sociedade;

- c) Abrir, movimentar e encerrar contas bancárias;
- d) Abrir, transferir ou encerrar filiais, sucursais, agências, delegações ou qualquer outra forma de representação social, em território nacional ou no estrangeiro;
- e) Aceitar, sacar e endossar letras, livranças e outros títulos comerciais;
- f) Contratar e despedir pessoal, podendo, para o efeito, celebrar e revogar contratos de trabalho e de prestação de serviços;
- g) Adquirir, alienar ou permutar bens móveis, incluindo automóveis;
- h) Adquirir, alienar ou permutar bens imóveis;
- j) Contrair empréstimos ou outras obrigações financeiras similares;
- k) Prestar cauções ou garantias;
- l) Confessar, transigir ou desistir, da instância ou do pedido, em quaisquer pleitos judiciais, bem como aceitar compromissos arbitrais;
- m) Exercer quaisquer outras competências que lhe sejam atribuídas por lei ou pela Assembleia Geral.

2. A gerência poderá nomear mandatários ou procuradores da sociedade para a prática de determinados actos ou categorias de actos, atribuindo tais poderes através de procuração.

ARTIGO 10.º

As Assembleias Gerais convocadas, quando a lei não prescreva outras formalidades, serão feitas por cartas registadas aos sócios com pelo menos 30 dias de antecedência.

ARTIGO 11.º

Os lucros líquidos apurados, depois de deduzida a percentagem para o fundo de reserva legal, quando devida e quaisquer outras percentagens para fundos ou destinos especiais, criados em Assembleia Geral, serão divididos pelos sócios, na proporção das suas quotas, bem como as perdas se as houver.

ARTIGO 12.º

1. Dissolvida a sociedade por acordo dos sócios e nos demais casos legais, todos eles serão liquidatários e na liquidação e partilha procederão como acordarem.
2. Na falta de acordo e se algum dos sócios o pretender, será o activo social lícitado em conjunto com a obrigação do pagamento do passivo e adjudicado ao sócio que melhor preço oferecer em igualdade de condições.

ARTIGO 13.º

A sociedade não se dissolverá por morte ou interdição de qualquer dos sócios, continuando com os sobrevivente e os herdeiros ou representantes do sócio falecido ou interdito, devendo este nomear um que, a todos represente enquanto a quota estiver indivisa.

ARTIGO 14.º
Em todo o omissso regularão as deliberações sociais, as disposições da Lei n.º 1/04, de 13 Fevereiro e demais legislação aplicável.

(13-21522-L02)

Glofarma, Limitada

Cessão de quotas admissão de novos sócios e alteração parcial do pacto social da sociedade «Glofarma, Limitada».

Certifico que, por escritura de 11 de Dezembro de 2013, lavrada com início a folhas 3 do livro de notas para escrituras diversas n.º 180-A, do Cartório Notarial do Guiché Único da Empresa, a cargo do Notário, Lúcio Alberto Pires da Costa, Licenciado em Direito, compareceu como outorgante:

António de Sousa Penelas, casado, natural de Lucala, Província do Kwanza-Norte, residente habitualmente em Luanda, no Distrito Urbano e Bairro do Rangel, Rua Ngola Mbandi, Casa n.º 51, Zona 15, que outorga neste acto como mandatário das sociedades «SOCSOL — Participações, S. A.», com sede em Luanda, no Município da Ingombota, Bairro Ingombota, Rua Pedro Félix Machado, Casa n.º 2, rés-do-chão; «Goodteam, Limitada», com sede em Luanda, no Distrito Urbano e Bairro da Ingombota, Rua João Monteiro Morais, n.º 9, 2.º andar, e «GRUPO AMFEC — Prestação de Serviços e Comércio Geral, Limitada», com sede em Luanda, no Distrito Urbano da Maianga, Bairro Rocha Pinto, Rua da FAPA, casa sem número;

Verifiquei a identidade do outorgante pelo mencionado documento de identificação, bem como certifico a qualidade em que intervém e a suficiência dos seus poderes para a prática do acto, conforme os documentos que no final menciono e arquivo;

E por ele foi dito;

Que, a sua primeira e segunda representadas, são as únicas e actuais sócias da sociedade por quotas denominada «Glofarma, Limitada», com sede em Luanda, no Município de Luanda, Distrito Urbano e Bairro da Maianga, Rua Fernando Pascoal Verissimo da Costa, n.os 17/17-A, constituída por escritura datada de 10 de Outubro de 2013, com início a folhas 12 verso a folhas 13 do livro de notas para escrituras diversas n.º 170-A, deste Cartório Notarial com o capital social de Kz: 200.000,00 (duzentos mil kwanzas), integralmente realizado em dinheiro, dividido e representado por duas quotas, sendo uma no valor nominal de Kz: 150.000,00 (cento e cinquenta mil kwanzas), pertencente à sócia «SOCSOL — Participações, S.A.» e outra no valor nominal de Kz: 50.000,00 (cinquenta mil kwanzas), pertencente à sócia «Goodteam, Limitada»;

Que, conforme deliberado por acta datada de 4 de Dezembro de 2013, pela presente escritura o outorgante

no uso dos poderes que lhe foram conferidos, manifesta vontade da sua primeira representada, titular de uma quota no valor nominal de Kz: 150.000,00 (cento e cinquenta mil kwanzas), divide a sua quota em duas novas, sendo uma no valor nominal de Kz: 50.000,00 (cinquenta mil kwanzas) que cede à sua terceira representada «GRUPO AMFEC — Prestação de Serviços e Comércio Geral, Limitada», no precisos termos exarados e reserva para sua primeira representada, outra quota no valor nominal de Kz: 100.000,00 (cem mil kwanzas);

Ainda no uso dos poderes que lhe foram conferidos, o outorgante aceita em nome da sua terceira representada as referidas cessões nos precisos termos exarados e admite-a como nova sócia da sociedade.

Nesta conformidade altera-se a redacção do artigo 4.º do pacto social que passa a ser a seguinte:

ARTIGO 4.º

O capital social é de Kz: 200.000,00 (duzentos mil kwanzas), integralmente realizado em dinheiro, dividido e representado por três quotas, sendo uma no valor nominal de Kz: 100.000,00 (cem mil kwanzas), pertencente à sócia «SOCSOL — Participações, S.A.», outra no valor nominal de Kz: 50.000,00 (cinquenta mil kwanzas), pertencente à sócia «Goodteam, Limitada» e a terceira quota, no valor nominal de Kz: 50.000,00 (cinquenta mil kwanzas), pertencente à sócia «GRUPO AMFEC — Prestação de Serviços e Comércio Geral, Limitada».

Declara ainda o outorgante que mantêm-se firmes e válidas todas as demais disposições não alteradas pela presente escritura; Assim o disse e outorgou.

Está conforme.

Cartório Notarial do Guiché Único da Empresa, em Luanda, aos 17 de Dezembro de 2013. — O ajudante, ilegível. (13-21485-L02)

Conservatória do Registo Comercial de Luanda

CERTIDÃO

- Que a cópia apensa a esta certidão está conforme o original;
- Que foi requerida sob Apresentação n.º 0004.131205 em 2013-12-05;
- Que foi extraída dos registos respeitantes à sociedade comercial denominada «Acor Trading, Limitada», com o NIF 5401146930, registada sob o n.º 2004.64945;
- Que ocupa as folhas rubricada(s) por mim, leva(m) o selo branco desta Conservatória.

Matrícula — Averbamentos — Anotações

Acor Trading, Limitada;

Identificação Fiscal: 5401146930;

Matrícula — Averbamentos — Anotações

AP.7/2004-12-27 Contrato de Sociedade

Sede: Luanda, na Rua da Missão, n.º 42.

Objecto: comércio geral, indústria, importação e exportação, representações comerciais, construção civil e prestação de serviços.

Capital: KzR: 12.000.00, (doze mil kwanzas reajustados).

Sócios e quotas: 1.º Alberto Ricardo Roca de Azevedo, solteiro, maior, residente em Luanda, na Rua da Missão, n.º 139, 7.º andar, 13;

2.º Deolinda Queiroz Roca Moreira, com uma quota de KzR: 6.000.00 (seis mil kwanzas reajustados), cada um.

Gerência: exercida por ambos os sócios.

Forma de obrigar: Sendo bastante a assinatura de um só dos nomeados gerentes.

O Conservador-Adjunto, Joaquim David.

AP.68/2007-05-23 Aumento de capital e alteração parcial do pacto social.

Montante do aumento: Kz: 999.988,00, (novecentos e noventa e nove mil novecentos e oitenta e oito kwanzas).

Artigos alterados 2.º e 4.º

ARTIGO 2.º

A sociedade tem como objecto social o exercício do comércio geral, por grosso e a retalho e indústria, representações comerciais, importação e exportação, pesca, agro-pecuária, agricultura, hotelaria, turismo e similares, informática, telecomunicações, comercialização de telefones e seus acessórios, construção civil e obras públicas, fabrico de blocos e vigotas, fiscalização de obras, exploração florestal, desminagem, segurança privada, tipografias, plastificação de documentos, transporte marítimo, camionagem, compra e venda de viaturas novas ou usadas e seus acessórios, aluguer de viaturas com ou sem condutor, reparação de veículos, transitários, agente despachante, desalfandegamento de mercadorias, venda de equipamentos de caça, de combustíveis ou estação de serviços, venda de gás, comercialização de medicamentos, materiais cirúrgicos e hospitalares, produtos químicos e farmacêuticos, serviços médicos e clínicos, venda de material de escritório e escolar, modas e confecções, prestação de serviços e decorações, salão de cabeleireira, ourivesaria, relojoaria, perfumaria, mediação imobiliária, pastelaria, geladaria, panificação, agência de viagens, relações públicas, produção de espectáculos culturais, desporto e recreação, vídeo clube, clube, colégio, creche,

educação e ensino, escola de condução, recolha e reciclagem de resíduos sólidos, saneamento básico, manutenção de espaços verdes e jardinagem, indústria de exploração mineira, aéreos e actividades afins.

ARTIGO 4.º

Capital: Kz: 1.000.000,00 (um milhão de kwanzas), integralmente subscrito e realizado em dinheiro, dividido e representado por duas quotas iguais no valor nominal de Kz: 500.000,00 (quinhentos mil kwanzas) cada uma, pertencentes aos sócios Alberto Ricardo Roca de Azevedo e Deolinda Queirós Roca Moreira.

O Conservador-Adjunto, Joaquim David.

Anotação: 2013-12-04.

AP.10/2013-12-04 Cessão de Quota

Transmissão por mortis causa da quota de Kz: 500.000,00 (quinhentos mil kwanzas) a favor de Bruno Ricardo dos Santos Adão de Azevedo, residente em Luanda, no Bairro Nelito Soares, Rua da Liberdade, pertencente a Alberto Ricardo Roca Azevedo, falecido aos 24 de Janeiro de 2013.

O Conservador-Adjunto, Joaquim David.

AP.11/2013-12-04 Cessão de Quota

Transmissão por mortis causa da quota de Kz: 500.000,00 (quinhentos mil kwanzas) a favor de Bruno Ricardo dos Santos Adão de Azevedo, solteiro, maior, residente em Luanda, no Bairro Nelito Soares, Rua da Liberdade, pertencente a Deolinda Queirós Roca Moreira, falecida, aos 8 de Dezembro de 1995.

O Conservador-Adjunto, Joaquim David.

AP.3/2013-12-05 Nomeação de Gerente ou Procurador

Nomeação da gerente Lurdes da Conceição Martins da Silva, divorciada, residente em Luanda, Rua da Liberdade, n.º 119, Bairro Nelito Soares, Rangel. Data da deliberação: 1 de Dezembro de 2013.

Forma de obrigar: Pela assinatura da nomeada gerente.

Por ser verdade se passa a presente certidão, que depois de revista e consertada assino.

Conservatória do Registo Comercial de Luanda, em Luanda, aos 5 de Dezembro de 2013. — O Conservador-Adjunto, Joaquim David.

(13-21088-L02)

Conservatória do Registo Comercial de Luanda

CERTIDÃO

- Que a cópia apensa a esta certidão está conforme o original;
- Que foi requerida sob Apresentação n.º 0005.130513;
- Que foi extraída do registo respeitante ao comerciante em nome individual Mabiala Carreira,

com o NIF 2411022522, registada sob o n.º 2013.9126;

- d) Que ocupa as folhas rubricada(s) por mim, leva(m) o selo branco desta Conservatória.

Matrícula — Averbamentos — Anotações

Mabiala Carreira;

Identificação Fiscal: 2111022522;

AP.5/2013-05-13 Matrícula

Mabiala Carreira, solteiro, maior, residente em Luanda, casa s/n.º, Sector 7, Bairro Augusto Ngangula-Kikolo, Município de Cacuaco, que usa a firma o seu nome completo, exerce a actividade de comércio a retalho não especificado, tem escritório e estabelecimento denominado «Mabiala Carreira — Comercial», situado na Rua Direita do Mercado do Kikolo, Sector 7, Bairro Augusto Ngangula-Kikolo, Município de Cacuaco, nesta cidade.

Por ser verdade se passa a presente certidão, que depois de revista e concertada assino.

Conservatória do Registo Comercial de Luanda, aos 17 de Maio de 2013. — A Ajudante-Principal, *Joana Miguel*.
(13-21379-L01)

Conservatória do Registo Comercial de Luanda

CERTIDÃO

Andrade Manuel Neto, Licenciado em Direito, Conservador do Registo Comercial de Luanda.

Satisfazendo ao que me foi requerido em petição apresentada sob o n.º 10, do livro-diário de 20 de Setembro de 2011, a qual fica arquivada nesta Conservatória.

Certifico que, sob o n.º 7.130 a folhas 154, do livro B-63, se acha matriculado o comerciante em nome individual João Alfredo, casado, residente em Luanda, no Município de Viana, Bairro Grafanil, Rua da Liberdade, Casa n.º 807, Km 12, que usa firma o seu nome, exerce a actividade de comércio a retalho de produtos farmacêuticos, cosméticos, tem escritório e estabelecimento denominado «Farmácia Dolfred», situado no local do domicílio, nesta cidade.

Por ser verdade se passa a presente certidão, que depois de revista e concertada assino.

Conservatória do Registo Comercial de Luanda, em Luanda, de 23 de Setembro de 2011. — O conservador, *illegível*.
(13-21410-L01)

Conservatória do Registo Comercial de Luanda

CERTIDÃO

- a) Que a cópia apensa a esta certidão está conforme o original;

- b) Que foi requerida sob Apresentação n.º 0003.130502;

- c) Que foi extraída do registo respeitante ao comerciante em nome individual Osvaldo Martins da Costa Alfredo, com o NIF 2405251973, registada sob o n.º 2013.9091;

- d) Que ocupa as folhas rubricada(s) por mim, leva(m) o selo branco desta Conservatória.

Matrícula — Averbamentos — Anotações

Osvaldo Martins da Costa Alfredo;

Identificação Fiscal: 2405251973;

AP. 3/2013-05-02 Matrícula

Osvaldo Martins da Costa Alfredo, solteiro, maior, residente em Luanda, no Município do Kilamba Kiaxi, Bairro Neves Bendinha, Casa n.º 10, que usa a firma o seu nome completo, exerce a actividade de comércio por grosso e a retalho de produtos alimentares, não especificado e de tabaco, tem escritório e estabelecimento denominado «O.M.C.A — Comercial», situado no Município de Viana, Bairro Zango II, casa s/n.º, nesta cidade.

Por ser verdade se passa a presente certidão, que depois de revista e concertada assino.

Conservatória do Registo Comercial de Luanda, aos 2 de Maio de 2013. — A Ajudante Principal, *Joana Miguel*.
(13-21404-L01)

Conservatória do Registo Comercial de Luanda

CERTIDÃO

- a) Que a cópia apensa a esta certidão está conforme o original;

- b) Que foi requerida sob Apresentação n.º 0008.130719;

- c) Que foi extraída do registo respeitante à comerciante em nome individual Antonica Miguel Mesa Luís, com o NIF 2402331062, registada sob o n.º 2013.9291;

- d) Que ocupa as folhas rubricada(s) por mim, leva(m) o selo branco desta Conservatória.

Matrícula — Averbamentos — Anotações

Antonica Miguel Mesa Luís;

Identificação Fiscal: 2402331062;

Matrícula — Averbamentos — Anotações

AP.6/2013-07-19 Matrícula

Antonica Miguel Mesa Luís, casada, residente em Luanda, Município de Belas, Distrito do Kilamba Kiaxi, Rua de Alegria, de nacionalidade angolana, que usa a firma o seu nome completo, exerce a actividade de comércio por grosso não especificado, tem escritório e estabelecimento denominados «Organizações Mesa Luís & Filhos», situados no Município de Belas, Distrito do Kilamba Kiaxi, Zona 20, Casa n.º 187, nesta cidade.

Por ser verdade se passa a presente certidão, que depois de revista e concertada assino.

Conservatória do Registo Comercial de Luanda, aos 22 Julho de 2013. — A Ajudante-Principal, *Joana Miguel*.
(13-21415-L01)

Conservatória do Registo Comercial de Luanda**CERTIDÃO**

Andrade Manuel Neto, Licenciado em Direito, Conservador do Registo Comercial de Luanda.

Satisfazendo ao que me foi requerido em petição apresentada sob o n.º 15 do livro-diário de 11 de Dezembro do corrente ano, a qual fica arquivada nesta Conservatória.

Certifico que, sob o n.º 7.474, a folhas 131, do livro B-64, se acha matriculada a comerciante em nome individual, Ivone Carlos Magalhães de Campos, casada, residente em Luanda, Bairro Marçal, Rua de Oliveira, Zona 14, Casa n.º 1, Zona 14, Município do Rangel, que usa a firma o seu nome, exerce actividades de pastelaria e de restaurante com lugares ao balcão (Snack-bar), tem escritório e estabelecimento denominado «Pastelaria Snack-Bar Olivença», situado no local do domicílio, nesta cidade.

Por ser verdade se passa a presente certidão, que depois de revista e consertada assino.

Conservatória do Registo Comercial de Luanda, em Luanda, aos 11 de Dezembro de 2013. — O conservador, *ilegível*. (13-21419-101)

Conservatória do Registo Comercial de Luanda**CERTIDÃO**

Andrade Manuel Neto, Licenciado em Direito, Conservador do Registo Comercial de Luanda.

Satisfazendo ao que me foi requerido em petição apresentada sob o n.º 31 do livro-diário de 18 de Novembro do corrente ano, a qual fica arquivada nesta Conservatória.

Certifico que, sob o n.º 15.270, a folhas 137, do livro B-34, se acha matriculada a comerciante em nome individual Marcelina Manuel Zilhão Paulo da Cruz, solteira, maior, residente em Luanda, Município da Samba, Bairro e Rua do Futungo, casa sem número, Zona 3, que usa a firma o seu nome, exerce a actividade de comércio por grosso e a retalho, tem o escritório e estabelecimento denominado «Marauda — Comercial», no local do domicílio.

Por ser verdade se passa a presente certidão, que depois de revista e consertada assino.

Conservatória do Registo Comercial de Luanda, em Luanda, 8 de Dezembro de 2005. — O conservador, *ilegível*. (13-21422-L01)

Conservatória do Registo Comercial de Luanda**CERTIDÃO**

- a) Que a cópia apensa a esta certidão está conforme o original;

- b) Que foi requerida sob Apresentação n.º 0012.130806;
c) Que foi extraída do registo respeitante ao comerciante em nome individual Feliciano Kaunji da Costa, com o NIF 2402357428, registada sob o n.º 2013.9347;

- d) Que ocupa as folhas rubricada(s) por mim, leva(m) o selo branco desta Conservatória.

Matrícula — Averbamentos — Anotações

Feliciano Kaunji da Costa;

Identificação Fiscal: 2402357428;

AP. 8/2013-08-06 Matrícula

Feliciano Kaunji da Costa, solteiro, maior, residente em Luanda, Município de Luanda, Distrito da Maianga, Bairro Mártires do Kifangondo, Rua n.º 16, Casa n.º 33, de nacionalidade angolana, que usa a firma o seu nome completo, exerce as actividades de serviços prestados principalmente as empresas, tem escritório e estabelecimento denominados «F.C.K. — Lavandaria», situados no Município de Belas, Distrito de Kilamba Kiaxi, Bairro Camama I, casa s/n.º, nesta cidade.

Por ser verdade se passa a presente certidão, que depois de revista e consertada assino.

Conservatória do Registo Comercial de Luanda, aos 7 de Agosto de 2013. — A Ajudante Principal, *Joana Miguel*. (13-21436-L01)

Conservatória do Registo Comercial de Luanda**CERTIDÃO**

- a) Que a cópia apensa a esta certidão está conforme o original;
b) Que foi requerida sob Apresentação n.º 0009.131127;
c) Que foi extraída do registo respeitante à comerciante em nome individual Janeta da Sónia Francisco dos Santos, com o NIF 2402361719, registada sob o n.º 2013.9704;
d) Que ocupa as folhas rubricada(s) por mim, leva(m) o selo branco desta Conservatória.

Matrícula — Averbamentos — Anotações

Janeta da Sónia Francisco dos Santos;

Identificação Fiscal: 2402361719;

AP. 20/2013-11-27 Matrícula

Janeta da Sónia Francisco dos Santos, solteira, maior, residente em Luanda, Município de Luanda, Distrito Urbano do Kilamba Kiaxi, Bairro Capolo II, de nacionalidade angolana, que usa a firma o seu nome completo, exerce a actividade de comércio a retalho de têxteis e de vestuário, tem escritório e estabelecimento denominados «Javane — Comercial», situados no Panguila, Sector 1, Província do Bengo.

Por ser verdade se passa a presente certidão, que depois de revista e consertada assino.

Conservatória do Registo Comercial de Luanda, aos 29 de Novembro de 2013. — A Ajudante Principal, *Joana Miguel*.
(13-21442-L01)

Conservatória do Registo Comercial de Luanda

CERTIDÃO

Andrade Manuel Neto, Licenciado em Direito, Conservador do Registo Comercial de Luanda.

Satisfazendo ao que me foi requerido em petição apresentada sob o n.º 15, do livro-diário de 18 de Dezembro de 2009, a qual fica arquivada nesta Conservatória.

Certifico que, sob o n.º 4.453 a fls. 200, verso, do livro B-56, se acha matriculada a comerciante em nome individual Filomena Domingos Faustino, solteira, maior, residente em Luanda, Município de Viana, Bairro Km 30, casa s/n.º, que usa a firma o seu nome completo, exerce actividade de comércio a retalho de electrodomésticos, aparelhos de rádio e de comércio a retalho de produtos, alimentares não especificado e de tabaco, tem o seu escritório e estabelecimento denominados «Tuchana», situados em Luanda, Município de Viana, Km 30.

Por ser verdade se passa a presente certidão, que depois de revista e consertada assino.

Conservatória do Registo Comercial de Luanda, em Luanda, 28 de Dezembro de 2009. — O conservador, *ilegi-vel*.
(13-21448-L01)

Conservatória do Registo Comercial de Luanda

CERTIDÃO

Andrade Manuel Neto, Licenciado em Direito, Conservador do Registo Comercial de Luanda.

Satisfazendo ao que me foi requerido em petição apresentada sob o n.º 18 do livro-diário de 19 de Maio de 2010, a qual fica arquivada nesta Conservatória.

Certifico que, sob o n.º 5.148, a fls. 148, do Livro B-58, se acha matriculada a comerciante em nome individual, Filipa António da Conceição Garcia Dianzambi, casada, residente em Luanda, Bairro Prenda, Casa n.º 59, Rua 24, Zona 6, que usa a firma o seu nome, exerce as actividades de comércio a retalho e outras actividades de serviços prestados, tem o seu escritório e estabelecimento denominados «BLACK AND WHITE — Sauna And Beauty - Comercial», situados no local do domicílio, nesta cidade.

Por ser verdade se passa a presente certidão que depois de revista e consertada assino.

Conservatória do Registo Comercial de Luanda, em Luanda, aos 31 de Maio de 2010. — O conservador, *ilegi-vel*.
(13-21378-L01)

Loja dos Registos do Kilamba Kiaxi — Luanda

CERTIDÃO

Francisco Zeca, Conservador de 1.ª Classe, da Loja dos Registos do Kilamba Kiaxi — Luanda

Satisfazendo ao que me foi requerido em petição apresentada sob o n.º 2 do livro-diário do Registo Comercial de 9 de Dezembro do corrente ano, a qual fica arquivada nesta Loja dos Registos.

Certifico que, sob o n.º 125, a folhas 64, Livro B-1, se acha matriculada a comerciante em nome individual Dionilda Mause Manuel Ferreira, solteira, maior, residente em Luanda, Distrito de Cacuaco, Bairro Forno do Cal, casa sem número, que usa a firma o seu nome, exerce actividade de comércio a retalho de outros artigos para o lar, não especificados e serviços prestados principalmente às empresas, tem escritório e estabelecimento denominado «Dimafer — Comercial», situado no local do domicílio, nesta cidade.

Por ser verdade se passa a presente certidão, que depois de revista e consertada assino.

Loja dos Registos do Kilamba Kiaxi, em Luanda, aos 11 de Dezembro de 2013. — O Conservador, *Francisco Zeca*.
(13-21416-L01)

Conservatória dos Registos da Comarca do Moxico

CERTIDÃO

- Que a cópia apensa a esta certidão está conforme o original;
- Que foi requerida sob Apresentação n.º 0003.120625;
- Que foi extraída do registo respeitante ao comerciante em nome individual João Angelo Paulo, com o NIF, registada sob o n.º 2012.1066;
- Que ocupa as folhas rubricada(s) por mim, leva(m) o selo branco desta Conservatória.

Matricula — Averbamentos — Anotações

João Angelo Paulo;

Identificação Fiscal;

AP. 3/2012-06-25 Matricula

João Angelo Paulo, solteiro, maior, residente em Luena, no Bairro Kapango, casa s/n.º, que usa a firma o seu nome, exerce as actividades comércio oficina instalações afins, tem seu escritório e estabelecimento situado no Luena.

Por ser verdade se passa a presente certidão, que depois de revista e consertada assino.

Conservatória dos Registos da Comarca do Moxico, aos 25 de Junho de 2012. — O Conservador de 1.ª Classe, *Alberto Chicomba*.
(13-21437-L01)

Conservatória dos Registos da Comarca do Moxico**CERTIDÃO**

- a) Que a cópia apensa a esta certidão está conforme o original;
- b) Que foi requerida sob Apresentação n.º 0001.130829;
- c) Que foi extraída do registo respeitante ao comerciante em nome individual Cesaltino Neves da Costa, com o NIF 2141041180, registada sob o n.º 2013.1248;
- d) Que ocupa as folhas rubricada(s) por mim, leva(m) o selo branco desta Conservatória.

Matrícula — Averbamentos — Anotações

Cesaltino Neves da Costa;

Identificação Fiscal: 2141041180;

AP. 1/2013-08-29 Matrícula

Cesaltino Neves da Costa, solteiro, maior, residente em Luená, no Bairro Tchifuchi, casa s/n.º, que usa a firma o seu nome, exerce as actividades de comércio a retalho e prestação de serviços, tem escritório e estabelecimento denominado «CCS», situado no Luená.

Por ser verdade se passa a presente certidão, que depois de revista e consertada assino.

Conservatória dos Registos da Comarca do Moxico, aos 3 de Setembro de 2013. — O Conservador de 1.ª Classe, *Alberto Chicomba*. (13-21449-L01)

Conservatória do Registo Comercial da 2.ª Secção do Guiché Único da Empresa**CERTIDÃO**

Bárbara Celeste Ferreira Gamboa, Conservadora-Adjunta da Conservatória do Registo Comercial de Luanda, 2.ª Secção do Guiché Único da Empresa.

Satisfazendo ao que me foi requerido em petição apresentada sob o n.º 14, do livro-diário de 16 de Dezembro do corrente ano, a qual fica arquivada nesta Conservatória.

Certifico que, sob o n.º 3.602, se acha matriculado o comerciante em nome individual, Paulo da Viegas Fernandes, solteiro, maior, residente em Luanda, Município de Luanda, Distrito Urbano do Rangel, Bairro Marçal, Rua N'Gola Kiluange, n.º 11, que usa a firma «P.V.F. — Comércio e Prestação de Serviços», exerce as actividades de comércio a retalho em estabelecimentos n.e., e serviços prestados, tem escritório e estabelecimento denominado «P.V.F. — Comércio e Prestação de Serviços», situado em Luanda, Município de Viana, Bairro Mulevo de Cima, Rua da Epal, Casa n.º 128, Sector E.

Por ser verdade se passa a presente certidão, que depois de revista e consertada assino.

Conservatória do Registo Comercial de Luanda, da 2.ª Secção do Guiché Único, 16 de Dezembro de 2013. — A conservadora-adjunta, *ilegível*. (13-21479-L02)

Conservatória do Registo Comercial de Luanda da 2.ª Secção do Guiché Único da Empresa.

Israel Carlos de Sousa Nambi, Licenciado em Direito, Conservador-Adjunto da Conservatória do Registo Comercial de Luanda, 2.ª Secção do Guiché Único da Empresa.

Satisfazendo ao que me foi requerido em petição apresentada sob o n.º 66, do livro-diário de 17 de Dezembro do corrente ano, a qual fica arquivada nesta Conservatória.

Certifico que, sob o n.º 3.607, se acha matriculado o comerciante em nome individual Custódio Paulo Agostinho Vidal, solteiro, maior, residente em Luanda, Município de Viana, Bairro Km 9, Casa n.º 19, usa a firma «C.P.A.V. — Comercial», exerce actividade de comércio a grosso n.e., comércio a retalho de produtos novos, tem escritório e estabelecimento denominado «Custódio Vidal — Comercial» situado em Luanda, Município do Cazenga, Bairro Km 9, Rua da Combal, Casa n.º 19, próximo à estrada do Grafanil.

Por ser verdade se passa a presente certidão, que depois de revista e consertada assino.

Conservatória do Registo Comercial de Luanda, da 2.ª Secção do Guiché Único, aos 17 de Dezembro de 2013. — O conservador-adjunto, *ilegível*. (13-21507-L02)

Loja de Registos do Namibe**CERTIDÃO**

- a) Que a cópia apensa a esta certidão está conforme o original;
- b) Que foi requerida sob Apresentação n.º 0001.131029;
- c) Que foi extraída do registo respeitante ao comerciante em nome individual «Elfrio», com o NIF 216103192, registada sob o n.º 2011.863;
- d) Que ocupa as folhas rubricada(s) por mim, leva(m) o selo branco desta Conservatória.

Matrícula — Averbamentos — Anotações

«Elfrio»;

Identificação Fiscal: 216103192;

AP.1/2011-06-21 Matrícula

Nome: Yuri Kibabi da Silva Alves, solteiro, de 23 anos de idade, natural do Namibe, residente na Rua Amílcar Cabral, casa sem número, Município do Namibe, de nacionalidade angolana. Usa como denominação da sua firma «Elfrio»,

exerce o comércio de construção civil e prestação de serviço. Iniciou a sua actividade comercial em 26 de Abril de 2011.

Tem o seu estabelecimento principal situado na Rua Amílcar Cabral, casa sem número, Município do Namibe.

Anotação: 29 de Outubro de 2013.

Extractado do Livro B-3/C, n.º 863, folhas 32, ano 2011.

Por ser verdade se passa a presente certidão, que depois de revista e consertada assino.

Loja de Registos do Namibe, no Namibe, aos 29 Outubro de 2013. — O Conservador-Adjunto, *Sabi Adjé*.
(13-21429-L01)

**Conservatória do Registo Comercial de Luanda — BUE
Km 30**

CERTIDÃO

- a) Que a cópia apensa a esta certidão está conforme o original;
- b) Que foi requerida sob Apresentação n.º 0008.130806;
- c) Que foi extraída do registo respeitante à comerciante em nome individual Cetelina Marcelina Cordeiro da Mata, com o NIF 24570004136, registada sob o n.º 2013.931;
- d) Que ocupa as folhas rubricada(s) por mim, leva(m) o selo branco desta Conservatória.

Matrícula — Averbamentos — Anotações
Cetelina Marcelina Cordeiro da Mata;
Identificação Fiscal: 24570004136;
AP.8/2013-08-06 Matrícula

Cetelina Marcelina Cordeiro da Mata, solteira, maior, residente em Luanda, Município de Viana, Bairro Vila Nova, casa s/n.º, que usa a firma o seu nome, exerce actividade de restaurantes com lugares ao balcão (snack-bares), tem o escritório e estabelecimento denominado «Cetelina Mata», situado no local do domicílio.

Por ser verdade se passa a presente certidão, que depois de revista e consertada assino.

Conservatória do Registo Comercial de Luanda — BUE Km 30, aos 8 de Agosto de 2013. — A Conservadora, *Francisca Fernandes Marta de Carvalho*. (13-20143-B04)

**Conservatória do Registo Comercial de Luanda — BUE
Km 30**

CERTIDÃO

- a) Que a cópia apensa a esta certidão está conforme o original;
- b) Que foi requerida sob Apresentação n.º 0001.130806;

- c) Que foi extraída do registo respeitante ao comerciante em nome individual Carlos Osvaldo de Jesus Raposo Macedo, com o NIF 2457014441, registada sob o n.º 2013.924;

- d) Que ocupa as folhas rubricada(s) por mim, leva(m) o selo branco desta Conservatória.

Matrícula — Averbamentos — Anotações
Carlos Osvaldo de Jesus Raposo Macedo;
Identificação Fiscal: 2457014441;
AP.1/2013-08-06 Matrícula

Carlos Osvaldo de Jesus Raposo Macedo, solteiro, maior, residente em Luanda, Município de Viana, Bairro Mulenvos de Cima, Rua 15, casa s/n.º, que usa a firma o seu nome, exerce actividade de comércio misto, tem o escritório e estabelecimento denominados «Tisangol», situados no local do domicílio.

Por ser verdade se passa a presente certidão, que depois de revista e consertada assino.

Conservatória do Registo Comercial de Luanda — BUE Km 30, aos 9 de Outubro de 2013. — A Conservadora, *Francisca Fernandes Marta de Carvalho*. (13-20145-B04)

**Conservatória do Registo Comercial de Luanda — BUE
Km 30**

CERTIDÃO

- a) Que a cópia apensa a esta certidão está conforme o original;
- b) Que foi requerida sob Apresentação n.º 0014.131007;
- c) Que foi extraída do registo respeitante ao comerciante em nome individual Bento Esteves Nonjamba Canganjo, com o NIF 2457015022, registada sob o n.º 2013.976;
- d) Que ocupa as folhas rubricada(s) por mim, leva(m) o selo branco desta Conservatória.

Matrícula — Averbamentos — Anotações
Bento Esteves Nonjamba Canganjo;
Identificação Fiscal: 2457015022;
AP.14/2013-10-07 Matrícula

Bento Esteves Nonjamba Canganjo, solteiro, maior, residente em Luanda, Município de Viana, Bairro Km 12-B, casa s/n.º, que usa a firma o seu nome, exerce actividade conexas à informática, tem o escritório e estabelecimento denominados «Beliana — Comercial», situados no local do domicílio.

Por ser verdade se passa a presente certidão, que depois de revista e consertada assino.

Conservatória do Registo Comercial de Luanda — BUE Km 30, aos 16 de Outubro de 2013. — A Conservadora, *Francisca Fernandes Marta de Carvalho*. (13-20146-B04)

**Conservatória do Registo Comercial de Luanda — BUE
Km 30**

CERTIDÃO

- a) Que a cópia apensa a esta certidão está conforme o original;
- b) Que foi requerida sob Apresentação n.º 0002.131029;
- c) Que foi extraída do registo respeitante ao comerciante em nome individual Vladimir da Costa Fernandes Pimentel, com o NIF 2457005264, registada sob o n.º 2013.1000;
- d) Que ocupa as folhas rubricada(s) por mim, leva(m) o selo branco desta Conservatória.

Matrícula — Averbamentos — Anotações
Vladimir da Costa Fernandes Pimentel;
Identificação Fiscal: 2457005264;
AP.2/2013-10-29 Matrícula

Vladimir da Costa Fernandes Pimentel, casado, residente em Luanda, Município de Viana, Bairro Km 9-B, casa s/n.º, que usa a firma o seu nome, exerce actividade de consultoria para os negócios e a gestão e construção geral de edifícios, tem o escritório e estabelecimento denominados «Vlako — Comercial», situados no local do domicílio.

Por ser verdade se passa a presente certidão, que depois de revista e consertada assino.

Conservatória do Registo Comercial de Luanda — BUE
Km 30, aos 29 de Outubro de 2013. — A Conservadora,
Francisca Fernandes Marta de Carvalho. (13-20147-B04)

**Conservatória do Registo Comercial de Luanda — BUE
Km 30**

CERTIDÃO

- a) Que a cópia apensa a esta certidão está conforme o original;
- b) Que foi requerida sob Apresentação n.º 0008.130826;
- c) Que foi extraída do registo respeitante à comerciante em nome individual Antonieta Tatiana Alberto Soares, com o NIF 2457003415, registada sob o n.º 2013.945;
- d) Que ocupa as folhas rubricada(s) por mim, leva(m) o selo branco desta Conservatória.

Matrícula — Averbamentos — Anotações
Antonieta Tatiana Alberto Soares;
Identificação Fiscal: 2457003415;
AP.8/2013-08-26 Matrícula

Antonieta Tatiana Alberto Soares, solteira, maior, residente em Luanda, Município de Viana, Bairro Caop A, Casa n.º 20, que usa a firma o seu nome, exerce actividade de restaurantes com lugares ao balcão (snack-bares), tem o

escritório e estabelecimento denominados «Tatiana Soares», situados no local do domicílio.

Por ser verdade se passa a presente certidão, que depois de revista e consertada assino.

Conservatória do Registo Comercial de Luanda — BUE
Km 30, aos 16 de Outubro de 2013. — A Conservadora,
Francisca Fernandes Marta de Carvalho. (13-20148-B04)

**Conservatória do Registo Comercial de Luanda — BUE
Km 30**

CERTIDÃO

- a) Que a cópia apensa a esta certidão está conforme o original;
- b) Que foi requerida sob Apresentação n.º 0001.131029;
- c) Que foi extraída do registo respeitante à comerciante em nome individual Evódia Antonieta Domingos de Castro Sales, com o NIF 2457015596, registada sob o n.º 2013.999;
- d) Que ocupa as folhas rubricada(s) por mim, leva(m) o selo branco desta Conservatória.

Matrícula — Averbamentos — Anotações
Evódia Antonieta Domingos de Castro Sales;
Identificação Fiscal: 2457015596;
AP.1/2013-10-29 Matrícula

Evódia Antonieta Domingos de Castro Sales, casada, residente em Luanda, Município de Viana, Bairro Capalanga, Sector 3, Zona 2, Rua 4.F, Casa n.º 32, que usa a firma o seu nome, exerce actividade de comércio a retalho em estabelecimentos não especificados, tem o escritório e estabelecimento denominados «Aidove», situados no local do domicílio.

Por ser verdade se passa a presente certidão, que depois de revista e consertada assino.

Conservatória do Registo Comercial de Luanda — BUE
Km 30, aos 29 de Outubro de 2013. — A Conservadora,
Francisca Fernandes Marta de Carvalho. (13-20149-B04)

**Conservatória do Registo Comercial de Luanda — BUE
Km 30**

CERTIDÃO

- a) Que a cópia apensa a esta certidão está conforme o original;
- b) Que foi requerida sob Apresentação n.º 0016.130826;
- c) Que foi extraída do registo respeitante ao comerciante em nome individual Samuel André José Francisco, com o NIF 2457013429, registada sob o n.º 2013.962;
- d) Que ocupa as folhas rubricada(s) por mim, leva(m) o selo branco desta Conservatória.

Matrícula — Averbamentos — Anotações
 Samuel André José Francisco;

Identificação Fiscal: 2457013429;

AP.16/2013-08-26 Matrícula

Samuel André José Francisco, solteiro, maior, residente em Luanda, Município de Viana, Bairro Mulenvos de Cima, Zona I, Rua Projecto, que usa a firma o seu nome, exerce actividade de comércio a retalho em estabelecimentos não especificados, tem o escritório e estabelecimento denominados «Samuel Francisco», situados no local do domicílio.

Por ser verdade se passa a presente certidão, que depois de revista e consertada assino.

Conservatória do Registo Comercial de Luanda — BUE
 Km 30, aos 22 de Outubro de 2013. — A Conservadora,
Francisca Fernandes Marta de Carvalho. (13-20153-B04)

Conservatória do Registo Comercial de Luanda — BUE
 Km 30

CERTIDÃO

- a) Que a cópia apensa a esta certidão está conforme o original;
- b) Que foi requerida sob Apresentação n.º 0009.131007;
- c) Que foi extraída do registo respeitante ao comerciante em nome individual Eduardo António Mateus, com o NIF 2457005809, registada sob o n.º 2013.971;
- d) Que ocupa as folhas rubricada(s) por mim, leva(m) o selo branco desta Conservatória.

Matrícula — Averbamentos — Anotações

Eduardo António Mateus;

Identificação Fiscal: 2457005809;

AP.9/2013-10-07 Matrícula

Eduardo António Mateus, solteiro, maior, residente em Luanda, Município de Viana, Bairro Capalanga, Sector n.º 6, Zona 3, Q. 3, Casa n.º 61, que usa a firma o seu nome, exerce actividade de recauchutagem, tem o escritório e estabelecimento denominado «António Mateus», situados no local do domicílio.

Por ser verdade se passa a presente certidão, que depois de revista e consertada assino.

Conservatória do Registo Comercial de Luanda — BUE
 Km 30, aos 22 de Outubro de 2013. — A Conservadora,
Francisca Fernandes Marta de Carvalho. (13-20154-B04)

Conservatória do Registo Comercial de Luanda — BUE
 Km 30

CERTIDÃO

- a) Que a cópia apensa a esta certidão está conforme o original;

b) Que foi requerida sob Apresentação n.º 0001.130824;

c) Que foi extraída do registo respeitante à comerciante em nome individual Suzana Kindai António, com o NIF 2457009014, registada sob o n.º 2013.947;

d) Que ocupa as folhas rubricada(s) por mim, leva(m) o selo branco desta Conservatória.

Matrícula — Averbamentos — Anotações

Suzana Kindai António;

Identificação Fiscal: 2457009014;

AP.1/2013-08-26 Matrícula

Suzana Kindai António, solteira, maior, residente em Luanda, Município de Viana, Bairro Km 12, Casa n.º 253, que usa a firma o seu nome, exerce actividade de salões de cabeleireiro e institutos de beleza, tem o escritório e estabelecimento denominados «Suzana Kindai», situados no Bairro Mirú.

Por ser verdade se passa a presente certidão, que depois de revista e consertada assino.

Conservatória do Registo Comercial de Luanda — BUE
 Km 30, aos 22 de Outubro de 2013. — A Conservadora,
Francisca Fernandes Marta de Carvalho. (13-20156-B04)

Conservatória do Registo Comercial de Luanda — BUE
 Km 30

CERTIDÃO

- a) Que a cópia apensa a esta certidão está conforme o original;
- b) Que foi requerida sob Apresentação n.º 0005.131007;
- c) Que foi extraída do registo respeitante ao comerciante em nome individual José Lino Sonhi, com o NIF 2457014972, registada sob o n.º 2013.967;
- d) Que ocupa as folhas rubricada(s) por mim, leva(m) o selo branco desta Conservatória.

Matrícula — Averbamentos — Anotações

José Lino Sonhi;

Identificação Fiscal: 2457014972;

AP.5/2013-10-07 Matrícula

José Lino Sonhi, solteiro, maior, residente em Luanda, Município de Viana, Bairro Caop B, Sector 6, casa s/n.º, que usa a firma o seu nome, exerce actividade de comércio a retalho em estabelecimentos não especificados, tem o escritório e estabelecimento denominados «José Lino Sonhi», situados no local do domicílio.

Por ser verdade se passa a presente certidão, que depois de revista e consertada assino.

Conservatória do Registo Comercial de Luanda — BUE
 Km 30, aos 22 de Outubro de 2013. — A Conservadora,
Francisca Fernandes Marta de Carvalho. (13-20157-B04)

**Conservatória do Registo Comercial de Luanda — BUE
Km 30**

CERTIDÃO

- a) Que a cópia apensa a esta certidão está conforme o original;
- b) Que foi requerida sob Apresentação n.º 0002.130822;
- c) Que foi extraída do registo respeitante à comerciante em nome individual Maria António de Lima Manuel, com o NIF 2457009529, registada sob o n.º 2013.942;
- d) Que ocupa as folhas rubricada(s) por mim, leva(m) o selo branco desta Conservatória.

Matrícula — Averbamentos — Anotações

Maria António de Lima Manuel;

Identificação Fiscal: 2457009529;

AP.2/2013-08-22 Matrícula

Maria António de Lima Manuel, casada, residente em Luanda, Município de Viana, Bairro Km 12-B, Rua da Fapa, casa s/n.º, que usa a firma o seu nome, exerce actividade de comércio a retalho em estabelecimentos não especificados, tem o escritório e estabelecimento denominado «Kudikuatequessa», situado no Mercado da Estalagem.

Por ser verdade se passa a presente certidão, que depois de revista e consertada assino.

Conservatória do Registo Comercial de Luanda — BUE Km 30, aos 22 de Outubro de 2013. — A Conservadora, *Francisca Fernandes Marta de Carvalho*. (13-20158-B04)

**Conservatória do Registo Comercial de Luanda — BUE
Km 30**

CERTIDÃO

- a) Que a cópia apensa a esta certidão está conforme o original;
- b) Que foi requerida sob Apresentação n.º 0001.130822;
- c) Que foi extraída do registo respeitante à comerciante em nome individual Joana Afonso Correia, com o NIF 2457012031, registada sob o n.º 2013.941;
- d) Que ocupa as folhas rubricada(s) por mim, leva(m) o selo branco desta Conservatória.

Matrícula — Averbamentos — Anotações

Joana Afonso Correia;

Identificação Fiscal: 2457012031;

AP.1/2013-08-22 Matrícula

Joana Afonso Correia, solteira, maior, residente em Luanda, Município de Viana, Bairro Zango I, Q. D1, Casa n.º 361, que usa a firma o seu nome, exerce actividade de comércio a retalho em estabelecimentos não especifica-

dos, tem o escritório e estabelecimento denominado «Joana Correia», situado no Zango III.

Por ser verdade se passa a presente certidão, que depois de revista e consertada assino.

Conservatória do Registo Comercial de Luanda — BUE Km 30, aos 22 de Outubro de 2013. — A Conservadora, *Francisca Fernandes Marta de Carvalho*. (13-20159-B04)

**Conservatória do Registo Comercial de Luanda — BUE
Km 30**

CERTIDÃO

- a) Que a cópia apensa a esta certidão está conforme o original;
- b) Que foi requerida sob Apresentação n.º 0004.130822;
- c) Que foi extraída do registo respeitante à comerciante em nome individual Teresa Sanjala Sangueve, com o NIF 2457009995, registada sob o n.º 2013.944;
- d) Que ocupa as folhas rubricada(s) por mim, leva(m) o selo branco desta Conservatória.

Matrícula — Averbamentos — Anotações

Teresa Sanjala Sangueve;

Identificação Fiscal: 2457009995;

AP.4/2013-08-22 Matrícula

Teresa Sanjala Sangueve, solteira, maior, residente em Luanda, Município de Viana, Bairro Km 9, casa s/n.º, que usa a firma o seu nome, exerce actividade de comércio a retalho em estabelecimentos não especificados, tem o escritório e estabelecimento denominado «Sanjala — Comercial», situado no local do domicílio.

Por ser verdade se passa a presente certidão, que depois de revista e consertada assino.

Conservatória do Registo Comercial de Luanda — BUE Km 30, aos 22 de Outubro de 2013. — A Conservadora, *Francisca Fernandes Marta de Carvalho*. (13-20161-B04)

**Conservatória do Registo Comercial de Luanda — BUE
Km 30**

CERTIDÃO

- a) Que a cópia apensa a esta certidão está conforme o original;
- b) Que foi requerida sob Apresentação n.º 0010.130826;
- c) Que foi extraída do registo respeitante ao comerciante em nome individual Felícia João Hunha, com o NIF 2457004403, registada sob o n.º 2013.956;
- d) Que ocupa as folhas rubricada(s) por mim, leva(m) o selo branco desta Conservatória.

Matrícula — Averbamentos — Anotações

Felícia João Hunha;

Identificação Fiscal: 2457004403;

AP.10/2013-08-26 Matrícula

Felícia João Hunha, solteira, maior, residente em Luanda, Município de Viana, Bairro Regedoria, Zona F, casa s/n.º, que usa a firma o seu nome, exerce actividade de comércio a retalho em estabelecimentos não especificados, tem o escritório e estabelecimento denominado «Felícia Hunha», situado na Sanzala.

Por ser verdade se passa a presente certidão, que depois de revista e consertada assino.

Conservatória do Registo Comercial de Luanda — BUE
Km 30, aos 16 de Outubro de 2013. — A Conservadora,
Francisca Fernandes Marta de Carvalho. (13-20166-B04)

**Conservatória do Registo Comercial de Luanda — BUE
Km 30**

CERTIDÃO

- a) Que a cópia apensa a esta certidão está conforme o original;
- b) Que foi requerida sob Apresentação n.º 0010.131007;
- c) Que foi extraída do registo respeitante ao comerciante em nome individual Jacinto Abel Bianda, com o NIF 2457006333, registada sob o n.º 2013.972;
- d) Que ocupa as folhas rubricada(s) por mim, leva(m) o selo branco desta Conservatória.

Matrícula — Averbamentos — Anotações

Jacinto Abel Bianda;

Identificação Fiscal: 2457006333;

AP.10/2013-10-07 Matrícula

Jacinto Abel Bianda, solteiro, maior, residente em Luanda, Município de Viana, Bairro Km 14, Sector 1, Zona A, Rua do Embondeiro-Incutal, casa s/n.º, que usa a firma o seu nome, exerce actividade de comércio a retalho em estabelecimentos não especificados, tem o escritório e estabelecimento denominado «Bianda — Comercial», situado no local do domicílio.

Por ser verdade se passa a presente certidão, que depois de revista e consertada assino.

Conservatória do Registo Comercial de Luanda — BUE
Km 30, aos 22 de Outubro de 2013. — A Conservadora,
Francisca Fernandes Marta de Carvalho. (13-20167-B04)

**Conservatória do Registo Comercial de Luanda — BUE
Km 30**

CERTIDÃO

- a) Que a cópia apensa a esta certidão está conforme o original;

- b) Que foi requerida sob Apresentação n.º 0011.131007;
- c) Que foi extraída do registo respeitante ao comerciante em nome individual Iladio Leonor Rosendo André, com o NIF 2457015197, registada sob o n.º 2013.973;

- d) Que ocupa as folhas rubricada(s) por mim, leva o selo branco desta Conservatória.

Matrícula — Averbamentos — Anotações

Iladio Leonor Rosendo André;

Identificação Fiscal: 2457015197;

AP.11/2013-10-07 Matrícula

Iladio Leonor Rosendo André, solteiro, maior, residente em Luanda, Município de Viana, Bairro Mulembo de Cima, Rua Projectada, Q. 4, Zona 1, Sector 3, que usa a firma o seu nome, exerce actividade de comércio a retalho em estabelecimentos não especificados, tem o escritório e estabelecimento denominado «Iladio Rosendo», situado no local do domicílio.

Por ser verdade se passa a presente certidão, que depois de revista e consertada assino.

Conservatória do Registo Comercial de Luanda — BUE
Km 30, aos 22 de Outubro de 2013. — A Conservadora,
Francisca Fernandes Marta de Carvalho. (13-20168-B04)

**Conservatória do Registo Comercial de Luanda — BUE
Km 30**

CERTIDÃO

- a) Que a cópia apensa a esta certidão está conforme o original;
- b) Que foi requerida sob Apresentação n.º 0014.130826;
- c) Que foi extraída do registo respeitante ao comerciante em nome individual Emília Massamba António Tito, com o NIF 2457004497, registada sob o n.º 2013.973;
- d) Que ocupa as folhas rubricada(s) por mim, leva(m) o selo branco desta Conservatória.

Matrícula — Averbamentos — Anotações

Emília Massamba António Tito;

Identificação Fiscal: 2457004497;

AP.14/2013-08-26 Matrícula

Emília Massamba António Tito, solteira, maior, residente em Luanda, Município de Viana, Bairro Mulembo de Cima, Rua Projectada, Zona 1, Q. 2, Sector A, casa s/n.º, que usa a firma o seu nome, exerce actividade de restaurantes com lugares ao balcão (snack-bares), tem o escritório e estabelecimento denominado «Emília Tito», situado no local do domicílio.

Por ser verdade se passa a presente certidão, que depois de revista e consertada assino.

Conservatória do Registo Comercial de Luanda — BUE
Km 30, aos 16 de Outubro de 2013. — A Conservadora,
Francisca Fernandes Marta de Carvalho. (13-20169-B04)

**Conservatória do Registo Comercial de Luanda — BUE
Km 30**

CERTIDÃO

- a) Que a cópia apensa a esta certidão está conforme o original;
- b) Que foi requerida sob Apresentação n.º 0006.130826;
- c) Que foi extraída do registo respeitante ao comerciante em nome individual António Delgado Xique, com o NIF 2457006180, registada sob o n.º 2013.952
- d) Que ocupa as folhas rubricada(s) por mim, leva(m) o selo branco desta Conservatória.

Matrícula — Averbamentos — Anotações

António Delgado Xique;

Identificação Fiscal: 2457006180;

AP.6/2013-08-26 Matrícula

António Delgado Xique, solteiro, maior, residente em Luanda, Município de Viana, Bairro Caop-B, Rua de Fevereiro, Q. 29, Sector 1, Casa n.º 37, que usa a firma o seu nome, exerce actividade de moto-táxi, tem o escritório e estabelecimento denominados «Delgado Xique», situados no local do domicílio.

Por ser verdade se passa a presente certidão, que depois de revista e consertada assino.

Conservatória do Registo Comercial de Luanda — BUE Km 30, aos 22 de Outubro de 2013. — A Conservadora, *Francisca Fernandes Marta de Carvalho*. (13-20151-B04)

**Conservatória do Registo Comercial de Luanda — BUE
Km 30**

CERTIDÃO

- a) Que a cópia apensa a esta certidão está conforme o original;
- b) Que foi requerida sob Apresentação n.º 0015.130826;
- c) Que foi extraída do registo respeitante à comerciante em nome individual Maria Sofia Francisco Bernardo, com o NIF 2457003890, registada sob o n.º 2013.961;
- d) Que ocupa as folhas rubricada(s) por mim, leva(m) o selo branco desta Conservatória.

Matrícula — Averbamentos — Anotações

Maria Sofia Francisco Bernardo;

Identificação Fiscal: 2457003890;

AP.15/2013-08-26 Matrícula

Maria Sofia Francisco Bernardo, solteira, maior, residente em Luanda, Município de Viana, Bairro das 500 Casas, Rua 6.ª, Casa n.º 628, que usa a firma o seu nome, exerce actividade de salão de cabeleireiro, tem o escritório e estabelecimento denominados «Sofia Francisco», situados no local do domicílio.

Por ser verdade se passa a presente certidão, que depois de revista e consertada assino.

Conservatória do Registo Comercial de Luanda — BUE Km 30, aos 16 de Outubro de 2013. — A Conservadora, *Francisca Fernandes Marta de Carvalho*. (13-20170-B04)

**Conservatória do Registo Comercial de Luanda — BUE
Km 30**

CERTIDÃO

- a) Que a cópia apensa a esta certidão está conforme o original;
- b) Que foi requerida sob Apresentação n.º 0009.130826;
- c) Que foi extraída do registo respeitante à comerciante em nome individual Graciete Figueira Carlos, com o NIF 2457008743, registada sob o n.º 2013.955;
- d) Que ocupa as folhas rubricada(s) por mim, leva(m) o selo branco desta Conservatória.

Matrícula — Averbamentos — Anotações

Graciete Figueira Carlos;

Identificação Fiscal: 2457008743;

AP.9/2013-08-26 Matrícula

Graciete Figueira Carlos, solteira, maior, residente em Luanda, Município de Viana, Bairro Regedoria, Zona H, casa s/n.º, que usa a firma o seu nome, exerce actividade de comércio a retalho em estabelecimentos não especificados, tem o escritório e estabelecimento denominados «Graciete — Comercial», situados no local do domicílio.

Por ser verdade se passa a presente certidão, que depois de revista e consertada assino.

Conservatória do Registo Comercial de Luanda — BUE Km 30, aos 16 de Outubro de 2013. — A Conservadora, *Francisca Fernandes Marta de Carvalho*. (13-20171-B04)

**Conservatória do Registo Comercial de Luanda — BUE
Km 30**

CERTIDÃO

- a) Que a cópia apensa a esta certidão está conforme o original;
- b) Que foi requerida sob Apresentação n.º 0013.130826;
- c) Que foi extraída do registo respeitante à comerciante em nome individual Esperança Sebastião Adão, com o NIF 2457005671, registada sob o n.º 2013.959;
- d) Que ocupa as folhas rubricada(s) por mim, leva(m) o selo branco desta Conservatória.

Matrícula — Averbamentos — Anotações

Esperança Sebastião Adão;

Identificação Fiscal: 2457005671;

AP.13/2013-08-26 Matrícula

Esperança Sebastião Adão, solteira, maior, residente em Luanda, Município de Viana, Bairro Km 12-B, casa s/n.º, que usa a firma o seu nome, exerce actividade de corte e costura, tem o escritório e estabelecimento denominados «Esperança Sebastião Adão», situados no local do domicílio.

Por ser verdade se passa a presente certidão, que depois de revista e consertada assino.

Conservatória do Registo Comercial de Luanda — BUE
Km 30, aos 22 de Outubro de 2013. — A Conservadora,
Francisca Fernandes Marta de Carvalho. (13-20172-B04)

**Conservatória do Registo Comercial de Luanda — BUE
Km 30**

CERTIDÃO

- a) Que a cópia apenas a esta certidão está conforme o original;
- b) Que foi requerida sob Apresentação n.º 0007.130826;
- c) Que foi extraída do registo respeitante à comerciante em nome individual Paula Domingos Adão, com o NIF 2457006589, registada sob o n.º 2013.953;
- d) Que ocupa as folhas rubricada(s) por mim, leva(m) o selo branco desta Conservatória.

Matrícula — Averbamentos — Anotações

Paula Domingos Adão;

Identificação Fiscal: 2457006589;

AP.7/2013-08-26 Matrícula

Paula Domingos Adão, casada, residente em Luanda, Município de Viana, Bairro Km 28, Zona 12, Casa n.º 13, que usa a firma o seu nome, exerce actividade de restaurantes n. e., tem o escritório e estabelecimento denominados «Paula Adão», situados no local do domicílio.

Por ser verdade se passa a presente certidão, que depois de revista e consertada assino.

Conservatória do Registo Comercial de Luanda — BUE
Km 30, aos 22 de Outubro de 2013. — A Conservadora,
Francisca Fernandes Marta de Carvalho. (13-20173-B04)

**Conservatória do Registo Comercial de Luanda — BUE
Km 30**

CERTIDÃO

- a) Que a cópia apenas a esta certidão está conforme o original;
- b) Que foi requerida sob Apresentação n.º 0004.130826;

- c) Que foi extraída do registo respeitante à comerciante em nome individual Helena Clotilde José Manuel, com o NIF 2457004942, registada sob o n.º 2013.950;

- d) Que ocupa as folhas rubricada(s) por mim, leva(m) o selo branco desta Conservatória.

Matrícula — Averbamentos — Anotações
Helena Clotilde José Manuel;

Identificação Fiscal: 2457004942;

AP.4/2013-08-26 Matrícula

Helena Clotilde José Manuel, solteira, maior, residente em Luanda, Município de Viana, Bairro Bitá-Vacaria, Sector F, casa s/n.º, que usa a firma o seu nome, exerce actividade de comércio precário, tem o escritório e estabelecimento denominados «Helena Clotilde», situados no Jacinto Tchipa.

Por ser verdade se passa a presente certidão, que depois de revista e consertada assino.

Conservatória do Registo Comercial de Luanda — BUE
Km 30, aos 22 de Outubro de 2013. — A Conservadora,
Francisca Fernandes Marta de Carvalho. (13-20174-B04)

**Conservatória do Registo Comercial de Luanda — BUE
Km 30**

CERTIDÃO

- a) Que a cópia apenas a esta certidão está conforme o original;
- b) Que foi requerida sob Apresentação n.º 0011.130826;
- c) Que foi extraída do registo respeitante ao comerciante em nome individual José André, com o NIF 2457006732, registada sob o n.º 2013.957;
- d) Que ocupa as folhas rubricada(s) por mim, leva(m) o selo branco desta Conservatória.

Matrícula — Averbamentos — Anotações

José André;

Identificação Fiscal: 2457006732;

AP.11/2013-08-26 Matrícula

José André, solteiro, maior, residente em Luanda, Município de Viana, Bairro Caop-A, Quarteirão F, casa s/n.º, que usa a firma o seu nome, exerce actividade de comércio a retalho em estabelecimentos não especificados, tem o escritório e estabelecimento denominados «O. F. R.», situados no local do domicílio.

Por ser verdade se passa a presente certidão, que depois de revista e consertada assino.

Conservatória do Registo Comercial de Luanda — BUE
Km 30, aos 22 de Outubro de 2013. — A Conservadora,
Francisca Fernandes Marta de Carvalho. (13-20175-B04)